

Um terremoto sem precedentes no Olimpo e um Supremo sangrando

MAGNAVITA - PÁGINA 31

Conselho estadual cobra novo projeto no Convivência

Condephaat solicitou que a Prefeitura apresente novo projeto para o entorno do Centro de Convivência Cultural, incluindo o gradil

PÁGINA 5

Reajuste de tarifa pode ir a conselho

Projeto em tramitação na Câmara condiciona aumento da passagem ao parecer técnico e deliberativo do Conselho Municipal de Mobilidade, ampliando a participação social nas decisões sobre o trans-

porte público e reduzindo o poder unilateral do Executivo para definir reajustes. Proposta prevê análise de custos, impactos econômicos e exemplos de outras cidades, além de mais transparência e controle social.

PÁGINA 3

TJ barra escola cívico-militar

Decisão do Tribunal de Justiça suspende regras das escolas cívico-militares de São Paulo por possível discriminação e falta de gestão democrática.

PÁGINA 12

Dos bailes aos blocos: a origem do Carnaval em Campinas

Firmino Pinton/Prefeitura de Campinas



Antes dos destiles atuais, o Carnaval de Campinas já animava ruas desde o século XIX, com festas populares e disputas entre elites e trabalhadores, moldando uma tradição que atravessou gerações e ajudou a formar a identidade cultural da cidade

PÁGINA 18

Unicamp se prepara para receber calouros

Antonio Scarpinetti/SEC Unicamp



O programa de recepção aos calouros deste ano será dias 23 e 24 de fevereiro

Universidade Estadual de Campinas prepara recepção aos aprovados com programação de acolhimento em 23 e 24/2 e novo Kit Boas-Vindas

PÁGINA 5

LUMMERTZ

Pequenos burgueses e a escala 6 por 1

PÁGINA 2

DORA KRAMER

Lula põe Donald Trump no palanque

PÁGINA 4

Viracopos tem melhor janeiro da história

PÁGINA 4

Paulínia retoma construção de ponte

TJ-SP autoriza Paulínia a retomar obra da 3ª ponte do município após apresentação de licenças ambientais exigidas pela legislação.

PÁGINA 8

Estresse hídrico atinge Piracicaba

As regiões das Bacias PCJ, isto é, as cidades de Piracicaba, Capivari e Jundiaí, enfrentam cenário de vulnerabilidade ambiental.

PÁGINA 10

Vinícius Lummertz*

Escala 6 por 1, pergunte aos pequenos burgueses

Antes de avançar em propostas como o fim da escala 6x1 ou a redução da jornada de trabalho, é preciso fazer a pergunta que raramente aparece no centro do debate público brasileiro: alguém perguntou aos micros e pequenos empresários? Sim, porque eles são os maiores empregadores do país. É a eles que se deveria perguntar. E, mais do que isso, é preciso chamá-los formalmente para a mesa onde as decisões são tomadas, trazendo desde o início para a discussão temas centrais como a desoneração da folha, o custo do emprego formal e as condições reais de adaptação das empresas de menor porte.

É possível, sim, discutir avanços trabalhistas e uma organização do trabalho mais humana. Mas essa discussão só é consistente se vier acompanhada, desde o início, de um eixo que tem sido sistematicamente ignorado: qual será o impacto sobre as micro e pequenas empresas e quais instrumentos concretos lhes serão oferecidos para absorver mudanças que recaem diretamente sobre seus custos? Sem isso, o debate nasce incompleto e tende a produzir efeitos concentrados justamente sobre quem tem menos margem de adaptação.

A micro e pequena empresa é a espinha dorsal do emprego formal brasileiro. Ela emprega mais trabalhadores com carteira assinada do que qualquer outro segmento, sustenta economias locais, absorve mão de obra em momentos de crise e funciona como principal porta de entrada no mercado formal. Está no comércio, nos serviços, na indústria leve, no turismo, na logística urbana e regional. É um universo diverso, espalhado por todo o território nacional, mas marcado por características comuns: margens estreitas, crédito caro, elevada carga regulatória e limitada capacidade de diluir custos fixos.

Aplicar mudanças estruturais no mercado de trabalho de forma homogênea, sem diferenciação por porte e sem políticas compensatórias, produz efeitos assimétricos evidentes. Grandes empresas contam com escala, capital, tecnologia e acesso a instrumentos de reorganização produtiva. Micro e pequenas não contam com essas mesmas condições. Para muitas delas, reduzir jornada sem redução proporcional de custo significa contratar mais, informalizar ou simplesmente fechar as portas. Não se trata de resistência ideológica nem de desumanidade, mas de limite econômico objetivo.

Esse erro se agrava quando o debate é capturado por uma narrativa simplificadora que opõe trabalhador e empregador como blocos morais antagônicos. No Brasil real, o empregador é, em grande medida, um pequeno empresário, muitas vezes um ex-trabalhador que se tornou MEI, microempreendedor ou comerciante local. Essa fluidez social, que permite a transição entre trabalho assalariado e empreendedorismo, é uma das poucas engrenagens efetivas de mobilidade social

do país. Penalizá-la é bloquear o próprio movimento que sustenta a economia popular. A direita dá pouca atenção aos pequenos empreendedores brasileiros, enquanto a esquerda os vê como pequenos burgueses.

O contexto macroeconômico atual e futuro tampouco ajuda. A reforma tributária não foi concebida para reduzir carga nem para elevar o poder de compra no curto prazo. Ao contrário, o Brasil caminha para operar com um dos IVAs mais altos do mundo, pressionando preços, comprimindo margens e reduzindo produtividade. Para empresas que vivem de giro rápido e caixa curto, o impacto é imediato. Nesse ambiente, discutir redução de jornada sem desoneração da folha, sem crédito acessível, sem simplificação regulatória e sem estratégia clara de aumento de produtividade equivale a deslocar o custo da política social para quem menos pode absorvê-lo: os “pequenos burgueses” que movem o país pela base.

Na falta de representação dos “pequenos”, o debate ganha visibilidade, e quem ocupa o espaço público são as grandes entidades empresariais. Fiesp, CNI e Abimaq cumprem seu papel institucional. O Sebrae, historicamente, foi decisivo em conquistas estruturantes como o Simples e o MEI, que representaram avanços reais para milhões de empreendedores. Mas já não basta. O próprio arranjo revela um limite: as micro e pequenas empresas seguem sem representação política direta, permanente e estruturada, sem proporção de discurso, entrando no debate quase sempre muito depois que as decisões centrais já foram tomadas.

Se as micro e pequenas empresas são os maiores empregadores do Brasil, então precisam ter uma grande pauta nacional, à altura do seu peso econômico e social. A convergência atual entre Executivo e Legislativo em torno de uma jornada de trabalho mais humana é uma oportunidade rara. Mas, para que essa agenda seja positiva e sustentável, não pode ser carregada pelos menores empresários do país, que são muitos, estão em toda parte e já operam em um ambiente hostil ao crescimento.

Por isso, a pergunta inicial precisa ser repetida, agora como exigência democrática e institucional: alguém perguntou ao micro e pequeno empresário? Se não perguntou, então que se pergunte. Este é um excelente momento para chamar os micros e pequenos empresários brasileiros, os pequenos burgueses, para a mesa, discutir desoneração da folha, custo do emprego formal e produtividade e dar-lhes voz nessa agenda. Talvez daí saia algo de novo. E talvez, pela primeira vez, uma política social avance sem penalizar justamente quem mais emprega e sustenta a economia real do país.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

EDITORIAL

Estamos formando alunos-clientes?

O lamentável episódio ocorrido em uma escola particular - e cara - de Campinas em que um porteiro denunciou ter sido chamado de “negro sujo”, “macaco” e “sub-raça” por alunos da instituição, revela-se como um sintoma de uma ferida histórica que insiste em permanecer aberta: o racismo estrutural, que atravessa gerações, ambientes e classes sociais. Quando a vítima relata ter se sentido “muito constrangido”, a palavra constrangimento soa até branda diante da violência simbólica e moral presente nas expressões dirigidas a ele.

A gravidade do caso se amplia por ter ocorrido dentro de uma instituição de ensino, um espaço que deveria ser, por definição, território de formação ética, respeito e cidadania. Afinal, a escola não pode ser apenas uma rele transmissora de conteúdo acadêmico, aparentemente mais preocupada em garantir o nome de seus alunos nas nas melhores universidades. Ela é, fundamentalmente, importante formadora de valores. Quando adolescentes reproduzem ofensas racistas com tamanha naturalidade e sem temer as consequências, torna-se legítimo perguntar: quais referências estão recebendo no âmbito escolar? Os temas basilares e cruciais de igualdade, diversidade e direitos humanos.

Outro ponto que causa per-

plexidade diz respeito à demissão do trabalhador após a denúncia, ainda que a instituição negue relação entre os fatos. A decisão corrobora com a percepção pública de que denunciar gera consequências, ainda que seja o correto e justo para você e a sociedade.

Caso seja confirmado que houve retaliação, o cenário se torna ainda mais preocupante, no qual a vítima, além de sofrer a agressão, arcaria com o ônus profissional de ter buscado justiça. Cabe ao Ministério Público do Trabalho e à Polícia Civil realizar apuração rigorosa e transparente dos acontecimentos, para não minimizar episódios dessa natureza. Campinas orgulha-se do seu desenvolvimento econômico e educacional. Entretanto, progresso material não é sinônimo de evolução social automática. O verdadeiro avanço se mede pela capacidade de enfrentar preconceitos arraigados e promover ambientes seguros e respeitosos para todos. O porteiro ofendido representa milhares de trabalhadores que sustentam, com dignidade, o funcionamento das instituições de ensino. Respeitá-los não é favor, é OBRIGAÇÃO. A esperança é a de que este indigno fato vá além e sirva de chamado coletivo à responsabilidade. Porque educação de qualidade não combina com racismo.

Opinião do leitor

Fraternidade

“Fraternidade e Moradia”, esse será o tema da Campanha da Fraternidade de 2026, que propõe uma discussão sobre o déficit habitacional no país. O tema é bastante atual e oportuno. Iniciaremos a Quaresma no próximo dia 18, Quarta-feira de Cinzas. Vamos iniciar um tempo especial de conversão e penitência, em preparação para a Páscoa.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrick.bertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SR - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

HÁ 95 ANOS: JUSTIÇA ESPANHOLA LIBERTA 80 REVOLUCIONÁRIOS

As principais notícias do Correio da Manhã em 13 de fevereiro de 1931 foram: Governo consegue vitórias no Parlamento alemão, com aprovação de orçamentos para ministérios. Justiça

espanhola põe em liberdade 80 revolucionários de movimentos anteriores. Ghandi acha difícil a pacificação na Índia ficar só nas propostas inglesas. País em luto com a morte do Barão de Tefé.

HÁ 75 ANOS: VARGAS VAI APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO BANCO DO BRASIL

As principais notícias do Correio da Manhã em 13 de fevereiro de 1951 foram: Tropas Aliadas e Comunistas travam duelo pela posse de Seul. Governo francês consegue ajustar um plano

para evitar o armamento da Alemanha. Andres Trueba e Alfredo Brum foram proclamados presidente e vice do Uruguai. Getúlio Vargas vai apurar supostas irregularidades no Banco do Brasil.



CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



O vereador Gustavo Petta (PCdoB), autor da proposta

Dário desmonta ‘Caramelo’, mas Petta segue firme 1

O vereador Gustavo Petta (PCdoB-SP) conseguiu esta semana na Câmara Municipal o compromisso de construção de uma emenda para que a essência da Lei Caramelo seja preservada. Isso porque o prefeito Dário Saddi (Republicanos-SP) vetou trechos do documento, descaracterizando completamente a proposta. Barrou a colocação voluntária, por parte da população, de casinhas e comedouros em espaços públicos. Mas, a ideia consiste justamente em ajudar, de forma concreta, os animais que vivem em determinada comunidade. De contrário, para que serviria a lei? Mais burocracia inútil? Mais propaganda vazia para colocar nas redes sociais?

Dário desmonta ‘Caramelo’ 2

Só que ainda piora. A justificativa do prefeito? Custos à Prefeitura. Mas, “não há nenhum lugar no projeto que diz isso. Fala do direito do cidadão de oferecer melhores condições aos animais comunitários”, afirma Petta, talvez tendo que desenhar. A bola fora de Dário ganha destaque após o caso do cão Orelha (SC) ter comovido o Brasil, apontado a necessidade de legislações para pets comunitários.

Câmara Municipal de Campinas



Proposta é do vereador Marrom Cunha (MDB-SP)

Programa de Proteção ao Idoso 1

O vereador Marrom Cunha (MDB-SP) protocolou um projeto de lei na Câmara que institui o Programa Municipal de Proteção e Apoio ao Idoso (PMPAI) em Situação de Violência e Vulnerabilidade Social. Estabelece um conjunto de medidas permanentes voltadas à prevenção, combate e erradicação de todas as formas de violência, abandono e negligência contra a pessoa idosa no município. Entre as principais medidas previstas, a criação do Centro Especializado de Atendimento ao Idoso (CEAI).

Programa de Proteção ao Idoso 1

O CEAi atuará em parceria com a Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacia do Idoso e a rede socioassistencial do município, com foco na adoção de medidas protetivas e responsabilização dos agressores. “A ausência de uma rede municipal estruturada, integrada e especializada compromete a efetividade das políticas públicas existentes”, afirma o vereador.

PINGA-FOGO

Pra inglês ver 1

“Tem político que inaugura até lombada”. Assim foi a analogia feita por um especialista em segurança pública, com mais de 30 anos de serviços prestados a Campinas, sobre a cerimônia de entrega das novas armas à Guarda, realizada pelo prefeito Dário no Salão Vermelho. “Ano eleitoral”, completou o PM.

Pra inglês ver 2

“Por que que uma simples troca de armamento vira um evento público? E por que demorou tanto tempo para comprar essas armas? A GM de Campinas é segunda maior guarda do Estado. Só perde pra Capital”, aponta o especialista.

Pra inglês ver 3

“Equipamento tinha que ser rotina, ser atualizado, trocado, substituído por novo. É uma obrigação do município. Uma consideração com os guardas e com a população, porque os caras estão na rua”, informa sobre o óbvio. “E as reclamações de viatura velha, de não ter uniforme novo?”

Encargo 1

É extremamente louvável que os vereadores se preocupem com a população e com os buracos de rua - causadores de transtornos. Mas, é curioso observar a quantidade de parlamentares da base do governo que precisam diariamente solicitar à Prefeitura que a Administração Municipal faça a obrigação dela.

Encargo 2

O mato em áreas públicas é de fato um problema, sobretudo em tempos de dengue, que a prefeitura orgulhosa afirma combater assiduamente. Talvez seja por isso que todos os dias vereadores que a apoiam precisem solicitar o corte e agradecê-la pelo cumprimento do dever.

Até que enfim

A situação de moradores em situação de rua em Campinas conta com assistência fragmentada, pior que Frankenstein. Mas, há uma luz no fim do túnel. Foi criada a comissão para estudar a implantação de uma fazenda de acolhimento, concentrando os serviços.



Paolla (PT-SP) quer descentralizar a decisão sobre aumento

Reajuste de tarifa pode ser submetido a conselho

Projeto quer democratizar a decisão tomada pelo Executivo

Raquel Valli e Moara Semeghini

O reajuste da tarifa do transporte público de Campinas (SP) só poderá ser instituído após ser analisado pelo Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (CMMU) e receber o aval do colegiado. Isto é o que propõe um projeto protocolado na Câmara Municipal de Campinas pela vereadora Paolla Miguel (PT-SP). “O projeto transforma a participação social institucionalizada em elemento efetivo do processo decisório, e não meramente formal ou consultivo”, aponta a parlamentar. A tramitação, entretanto, enfrenta obstáculos no próprio sistema político para poder virar lei. Exige aprovação dos vereadores em duas votações no plenário e, na sequência, sanção do prefeito, conforme o rito administrativo padrão. O cenário apresenta complexidade pois o chefe do Executivo detém o poder de determinar reajustes tarifários de maneira unilateral, sem necessidade de aval de colegiados. Por este motivo, existe a possibilidade de resistência do governo municipal em descentralizar essa prerrogativa decisória. Mas, a Prefeitura de Campinas mantém a política de não emitir declarações sobre projetos de lei em andamento.

O projeto

Altera a Lei Complementar 378/2022 acrescentando um pa-

rágrafo ao artigo 23, determinando que o parecer do conselho se fundamente em estudos técnicos, planilhas de custos, demonstrativos de impacto econômico e social. Modifica a Lei 11.833/2003 para incluir um inciso que atribui ao colegiado a competência de analisar, deliberar e emitir parecer vinculante sobre a correção tarifária. Baseia-se nas diretrizes da Lei Federal 12.587, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecendo como princípios a gestão democrática, a transparência e a participação social na formulação e avaliação das políticas do setor. Cita o exemplo de Belém (PA), Conselheiro Lafaiete (MG), Florianópolis (SC) e João Pessoa (PB), que condicionam reajustes tarifários à deliberação prévia dos colegiados.

Complexidade

O mestre em planejamento urbano, Ayrton Camargo e Silva, ex-diretor da Emdec (empresa municipal responsável pelo trânsito campineiro) e professor da PUC-Campinas, lembra que o reajuste tarifário é apenas a ponta do iceberg.

“O conselho pode ajudar a levar demandas da sociedade, que muitas vezes o poder público desconhece ou despreza” porque “os desafios da mobilidade em uma cidade como Campinas são muito maiores do que apenas esse tema”.

Prefeitura proíbe que sejam feitas imagens no DPBea

Medida serve para evitar desinformação, sustenta o Executivo

Por Raquel Valli

O Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal (DPBea) de Campinas (SP) proibiu fotos e vídeos e a divulgação desses conteúdos em redes sociais e aplicativos de mensagem, alegando ser necessário evitar desinformação. A medida, entanto, gerou forte oposição de autoridades e de protetores independentes, especialmente porque imagens registradas no local já serviram de denúncias ao Ministério Público. Entre elas, a presença de ratos e medicamentos vencidos.

Além disso, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC) já havia denunciado, no ano anterior, condições precárias, também utilizando fotos e vídeos feitos no local. Diante das críticas, a Secretaria Municipal do Clima e Meio Ambiente (Seclimas), sob a gestão do secretário Braz dos Santos Adegas Júnior, formalizou a restrição abrangendo instalações, animais e documentos, o que reforçou a percepção de cerceamento da fiscalização externa.

Ao ser questionada, a Prefeitura justificou que a decisão partiu também de uma demanda dos servidores para evitar exposições descontextualizadas, embora a própria ordem preveja punições administrativas aos próprios funcionários.

Obstrução

“Recebi com muita preocupação essa ordem emitida pelas Seclimas porque entendo que é mais um passo na tentativa de dificultar a transparência e a fiscalização sobre o que acontece no departamento. Temos feito algumas visitas com protetoras e com o conselho (de proteção animal) e identificado problemas estruturais gravíssimos: faltas de exames, medicamentos básicos, salas inadequadas para a finalização de procedimentos e de procedimentos cirúrgicos”, afirma a vereadora Fernanda Souto (PSol-SP).

“Até pouco tempo, encontrei animais com suspeita de doença infectocontagiosa sem isolamento. A sala de pré-operatório era onde ficavam também os gatos com suspeita de esporotricose. O pós-operatório dos animais submetidos à cirurgia era feito no chão, sem testes para a detecção de cinomose, aumentando o risco de infecção generalizada entre os animais. Situações muito graves, problemas de infraestrutura que trazem risco não só para os ani-



Departamento já foi vistoriado pelo STMC, que constatou precariedades por fotos e vídeos
Câmara Municipal de Campinas



Souto (PSol-SP) denuncia situação do departamento

mais, mas para os trabalhadores também: risco de incêndio, instalações elétricas inadequadas”, complementa.

Favor nenhum

A parlamentar lembra que as políticas públicas são financiadas com dinheiro público e, portanto, precisam ser fiscalizadas, além de feita a prestação de contas para quem quiser saber como está sendo aplicado esse recurso e completa: “me parece uma tentativa de blindar o governo Dário Saadi (Republicanos-SP) e a própria secretaria das críticas cada vez mais evidentes e cada vez mais frequentes sobre a precariedade da política pública de proteção animal de Campinas. Me parece uma tentativa de minar os debates públicos que têm sido levantados por protetores, por

representantes de ONGs e também por vereadores da oposição que têm exposto essa realidade, essa triste realidade da política pública de proteção animal em Campinas”.

Sociedade civil

A protetora independente Maria Aparecida Martinelli César atua na área há cerca de 15 anos e se diz indignada. “Nunca vi a situação da causa animal nesse estado. Estou indignada. Não só eu, como todos. Se a coisa estivesse tão certa, tão bem, por que proibir? Uma protetora, às vezes, pode dar uma segunda chance a um animal de lá de dentro, pode achar uma adoção. O secretário Adega Júnior está dificultando muito o acesso. A indignação é muito grande, a gente gostaria da substituição do secretário para

um outro que pudesse ter mais transparência. A gente está de pés e mãos atados, porque a Constituição rege que o poder público tem que socorrer essas vidas, e é o que não está sendo feito por esse departamento”.

O outro lado

De acordo com a Prefeitura, a medida foi adotada após a abertura de inquérito para apuração de maus-tratos envolvendo dois cães, ocasião em que houve vazamento de imagens internas da DPBea. As imagens registravam o momento exato da chegada dos animais à unidade — antes do início do atendimento veterinário. Ambos chegaram trazidos pelo Samu Animal, em situação extremamente grave. Um deles tinha um tumor, e o outro, ferimentos graves de pele e quadro de desnutrição. Foram resgatados dentro de uma sacola às margens de um córrego.

“As imagens divulgadas retratavam o estado inicial dos animais, no momento da entrada, o que gerou a interpretação equivocada de que não foram acolhidos ou tratados. Em razão da divulgação, foi instaurado um inquérito, e todos os servidores da unidade foram chamados a prestar esclarecimentos”, diz a nota. “Cabe esclarecer que os dois animais receberam atendimento veterinário completo, se recuperaram e estão aptos para adoção”, acrescenta o comunicado.

Viracopos registra melhor janeiro da história

Depois de encerrar 2025 com recorde de passageiros, o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), começou 2026 com uma marca inédita, registrando o melhor mês de janeiro da história do terminal em relação ao movimento de passageiros: 1.160.942, embarcando ou desembarcando no primeiro mês do ano. O recorde anterior havia sido atingido em 2023, com 1.151.211 passageiros, seguido de janeiro de 2025, com 1.116.623.

Já no comparativo entre janeiro de 2026 e o mesmo mês de 2025, a alta foi de 4%, com 1.160.942 passageiros neste ano ante 1.116.623 do primeiro mês do ano passado.

O resultado do acumulado de 2025 e o recorde atingido em janeiro de 2026 indicam que Viracopos deve manter a tendência de altas no decorrer deste ano, segundo a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos, quem administra o terminal.

Em 2025, Viracopos estabeleceu um novo recorde anual de movimentação de passageiros com 12,8 milhões embarcando ou desembarcando, número que ficou 3,47% acima de 2024, com 12,4 milhões. O recorde anual anterior havia sido atingido em 2023, com 12,5 milhões. A expectativa da concessionária é chegar à marca de 13,5 milhões de passageiros em 2026.

Antes do início da concessão, em 2011, o aeroporto registrou 7,6 milhões de passageiros e, em 2012, já com a concessionária, o movimento subiu para 8,9 milhões.

Passageiros Internacionais

Viracopos registrou alta de 12% em janeiro deste ano na comparação com mesmo período do ano passado. Foram 108.303 embarques e desembarques, ante 96.700 do mesmo mês de 2025. Em 2025, também alcançou o recorde histórico de embarques e desembarques internacionais.

Pela segunda vez, encerrou um ano com mais de 1 milhão de transportados em voos para o exterior. Embarcaram ou desembarcaram em 2025 de voos internacionais 1.109.617, número 29,21% acima de 2024, que teve 858.767 passageiros.

O recorde anterior de movimentos para o exterior havia sido registrado em 2023, com 1.068.500 passageiros.

Condephaat cobra novo projeto e Justiça analisa gradil no CCC

Prefeitura tem 90 dias para apresentar alternativa ao Centro de Convivência

Por Moara Semeghini

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) determinou que a Prefeitura de Campinas apresente um novo projeto para o entorno do Centro de Convivência e Cultura “Carlos Gomes”, incluindo alternativas ao atual gradil de cercamento.

Segundo o órgão, a administração municipal foi oficiada em 12 de novembro de 2025 e tem prazo de 90 dias para encaminhar a proposta. O conselho solicitou que o estudo contemple a fluidez do bem protegido, soluções de paisagismo e uma nova abordagem para o fechamento do espaço, de modo a preservar as características arquitetônicas e históricas do conjunto. O Condephaat também foi notificado oficialmente no dia 4 de fevereiro deste ano e deve se manifestar no processo até 13 de fevereiro.

A discussão sobre o cercamento também chegou à Justiça. O juiz Mauro Iuji Fukumoto, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Campinas, determinou que o conselho apresente esclarecimentos técnicos sobre a regularidade do gradil e indique quais normas de preservação se aplicam ao



Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

A instalação de gradis no entorno do Centro de Convivência Cultural (CCC), em Campinas

caso. A manifestação deve subsidiar a análise judicial sobre a compatibilidade da intervenção com o tombamento do complexo cultural.

O tema opõe diferentes visões sobre preservação e uso do espaço público. Para o professor de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas João Verde, conselheiro da Associação Regional de Escritórios de Arquitetura (Área) e integrante do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (Condepacc), o

fechamento é justificável diante do histórico recente do local. Ele lembra que o projeto original do arquiteto Fábio Penteadou previa um espaço aberto e integrado à cidade, mas afirma que a realidade atual exige medidas de proteção. “O ideal seria manter o Centro de Convivência aberto, como foi concebido, mas os tempos mudaram. O fechamento praticamente não interfere na arquitetura e ajuda a preservar o edifício”, afirma.

Segundo o professor, antes da reforma o complexo enfrentou

anos de abandono, com episódios de vandalismo, pichações e até fogueiras nas arquibancadas, que comprometeram estruturas e a impermeabilização da cobertura. Para ele, portões e gradis funcionam como barreira preventiva contra novas depredações e ajudam a resguardar o investimento público recente, superior a R\$ 4 milhões.

Verde também cita furtos de monumentos históricos da cidade, como bustos e peças decorativas, para defender mecanismos

de controle de acesso. “Diante desse cenário, os gradis se tornam uma forma de proteção do patrimônio”, diz.

Prefeitura

Em nota, a Prefeitura de Campinas informou que o cercamento integra as ações de proteção, organização e gestão do espaço e foi definido em diálogo com os órgãos de preservação.

De acordo com o município, equipes das secretarias de Cultura e Turismo e de Infraestrutura receberam técnicos do Condephaat para uma visita ao local no ano passado, quando teriam sido discutidas medidas de segurança para conservação do patrimônio. A administração afirma ainda que o modelo atual segue parâmetros acordados com os conselhos e que um aprimoramento do projeto está sendo desenvolvido em conjunto com o Condephaat e o Condepacc, com previsão de ampliação da área interna protegida, mantendo as características da estrutura já instalada.

O Executivo também destacou que o complexo possui Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, com protocolos de segurança e evacuação para grandes eventos. Mesmo com o fechamento, o espaço permanece aberto ao público diariamente, das 7h às 21h.

Unicamp se prepara para receber calouros

No ano em que completa seis décadas de existência, a Unicamp preparou uma festa especial para receber os calouros de 2026. A Pró-Reitora de Graduação (PRG) planejou uma série de atividades culturais, pedagógicas e de orientação, nas quais os novos alunos terão oportunidade de conhecer colegas e professores, além de estabelecer contato com os órgãos de apoio da Universidade onde receberão informações sobre matrículas, bolsas, auxílios e programas de permanência estudantil. O programa de recepção aos calouros deste ano será realizado nos dias 23 e 24 de fevereiro e traz como novidade o Kit Boas Vindas, nome adotado pela PRG para um conjunto de ações voltadas aos ingressantes.

O destaque do kit é um projeto-piloto em que a Universidade oferece apoio pedagógico aos novos alunos. Num trabalho conjunto com o Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica (Imecc), a PRG

preparou o curso de Pré-Cálculo (Rumo à Matemática). Trata-se de um curso de extensão na modalidade difusão produzido pelo Imecc, com apoio técnico do Grupo Gestor de Tecnologias Educacionais da Unicamp (GGTE) e da Escola de Extensão da Unicamp (Extcamp). O curso é gratuito e à distância, no horário que melhor convier ao aluno. Segundo a PRG, o objetivo do curso é reforçar para o estudante os conteúdos de ensino médio que são pré-requisitos importantes para as disciplinas de matemática no ensino superior, em especial Cálculo I e Geometria Analítica e Vetores.

A pró-reitoria avalia que, com isso, o estudante chegará à sala de aula mais bem preparado e com maior possibilidade de sucesso acadêmico, reduzindo os índices de retenção e evasão. O Kit Boas Vindas traz, ainda, uma série de vídeos que apresentam a universidade aos estudantes e falam dos serviços que a instituição oferece.

Civil e Arquitetura

Como parte do programa de recepção aos calouros, a Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (Fecfau) da Unicamp vai entregar um kit de desenho aos ingressantes. De acordo com a direção da unidade, o material tem como objetivo oferecer suporte adequado aos alunos para o desenvolvimento das disciplinas de desenho ao longo da graduação, contribuindo para a adaptação acadêmica e a qualificação do processo formativo desde o ingresso.

A entrega dos kits será em 3 de março, às 19h. Segundo a direção, a medida evidencia o compromisso da Universidade com a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes. Os novos alunos do curso de arquitetura vão receber também um kit de desenho – composto por uma ecobag, um jogo de esquadros, um conjunto de canetas, lapiseira, um compasso e uma prancheta A3 com régua.



Antonio Scarpinetti/Unicamp

Programa de recepção aos calouros será nos dias 23 e 24



Centro de Campinas iluminado: cidade concentra turismo de negócios, hotelaria e grandes eventos ao longo do ano

Campinas senta à mesa do turismo sustentável e assume liderança do interior

Campinas se destaca como liderança do interior ao aderir a pacto nacional que cria metas, métricas e regras contra o greenwashing no turismo de negócios e eventos

Por Patrick Bertholdo

A assinatura da Declaração de Belém para o Turismo Sustentável nesta última terça (10) em São Paulo, marca uma tentativa rara do próprio setor organizar uma “régua comum” de sustentabilidade e governança — com menos discurso e mais métrica. A proposta é alinhar critérios, indicadores e compromissos para toda a cadeia (hotelaria, agências, viagens corporativas, organizadores, atrações), com um recado explícito contra greenwashing - termo inglês que traduzido ao português seria algo como “lavagem verde”, que é quando se vende uma imagem “sustentável”, sem práticas reais.

O peso institucional do ato também chama atenção pela composição: foram listadas como signatárias a Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC Brasil), a Associação Brasileira de Agências de Viagens de São Paulo (ABAV-SP), a Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (ABRACORP), a Associação Latino-Americana de Gestão de Eventos e Viagens Corporativas (ALAGEV), a Associação de Marketing Promocional (AMPRO), a Brazilian Luxury Travel Association (BLTA), o Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB), a MPI Brasil, o Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (SINDEPAT), a União Nacional de Convention & Visitors Bureaux (entidades de destinos e bureaus de convenções e visitantes) e o Visite Campinas (Campinas e Região Convention & Visitors Bureau).

É aqui que Campinas ganha relevo político e econômico: entre as entidades de



Representantes do trade turístico na assinatura da Declaração de Belém

destino citadas nominalmente, o Visite Campinas aparece como a principal voz do interior em um pacto nacional que tende a influenciar padrões de contratação, exigências a fornecedores e, no limite, políticas públicas. “Nosso propósito, através de todas essas ações de disseminação e conscientização, muito direcionadas às práticas de ESG, é mitigar o impacto dos grandes eventos e da atividade turística na região”, afirma Luís Felipe Campos Almeida, presidente do Visite Campinas, em entrevista exclusiva ao Correio da Manhã. Toda essa centralidade não é simbólica: Campinas é a “capital” do interior paulista também na escala, com população estimada em 1.187.974 pessoas e PIB per capita de R\$ 80.741,47 (IBGE), além de ancorar a Região Metropolitana com cerca de 3 mi-

lhões de habitantes. E há um elemento de posicionamento que conversa diretamente com investimento e confiança: no Global Cities Index (índice global de cidades) de 2025, da Oxford Economics, Campinas foi apontada como a melhor cidade do interior da América Latina para investimentos e a quarta melhor do Brasil.

No território, essa força se explica pelo peso do turismo de negócios e eventos — o universo MICE (turismo de reuniões, incentivos, congressos e feiras). Em 2024 (ano fechado), Campinas registrou 1.663 eventos; em 2023 foram 867. Em 2025, até agosto, a cidade já havia contabilizado 1.664 eventos, igualando (e superando por pouco) todo o volume do ano anterior, com impacto total de R\$ 90,85 milhões (R\$ 34,94 milhões diretos e R\$ 55,91 milhões indiretos).

No recorte de mão de obra, o setor chegou a mais de 24,9 mil contratações em 2025 (até agosto), frente a 4.995 contratações no 1º semestre de 2024, expondo a potência social de uma cadeia que emprega em larga escala e pulveriza renda em centenas de fornecedores. Esse motor ganha tração com a logística: o sistema Anhangueira-Bandeirantes é corredor estruturante, com a Bandeirantes figurando no pelotão de elite da Pesquisa CNT, e a Dom Pedro I aparecendo entre as mais bem avaliadas; ao mesmo tempo, projetos em discussão em Brasília sobre licenciamento e gestão de resíduos em grandes eventos indicam que a régua regulatória tende a subir — reforçando o valor de um padrão nacional que antecipe rotinas e reduza imprevisto.

Na prática, a Declaração de Belém tende a projetar Campinas em posição de vantagem: dá protagonismo para influenciar padrões (em vez de apenas reagir), oferece acesso a metodologias e ferramentas que permitem comprovar desempenho — e não só “prometer” — e reforça a competitividade na captação de congressos e feiras que já chegam com exigências de sustentabilidade no briefing. Soma-se a isso um argumento técnico para orientar políticas municipais e compras públicas com base em indicadores, além do efeito multiplicador sobre hotelaria, alimentação, transporte e serviços técnicos. Com o peso de “cidade-polo” reconhecida por rankings de atratividade a investimentos, o recado fica claro quando a sustentabilidade vira métrica e a métrica vira regra, Campinas não será apenas coadjuvante; será interlocutora estruturante.

Divulgação/Visite Campinas

GRANDE CAMPINAS

Jornal da USP/Lívia Borges/EEFE-USP



Projeto incentiva esporte entre crianças e revela talentos

USP e Indaiatuba firmam parceria em projeto esportivo

A Escola de Educação Física e Esporte da USP firmou parceria com a Prefeitura de Indaiatuba para fortalecer a prática esportiva entre crianças e adolescentes de 6 a 14 anos atendidos pelo Projeto Esporte Cidadão. O acordo prevê a aplicação de uma metodologia baseada no desenvolvimento motor e na motivação dos alunos, aliando ciência, tecnologia e prática pedagógica. A proposta inclui capacitação de professores, avaliações e acompanhamento individual, com foco na redução do sedentarismo, na melhora das habilidades motoras e na identificação de talentos. O projeto terá duração de três anos, com etapas de avaliação e ampliação das modalidades promovendo saúde e inclusão por meio do esporte.

Início de mês mais chuvoso em 10 anos

Americana registrou o início de fevereiro mais chuvoso da última década, com 182,1 mm acumulados nos primeiros 11 dias, segundo o Ciiagro. O volume supera os índices dos anos anteriores e pode ultrapassar 200 mm no mês, conforme a Defesa Civil. A previsão indica mais temporais, com risco de raios e granizo. Diante do cenário, o município estruturou o Centro de Operações de Emergência para reforçar o atendimento em situações de risco.

Prefeitura de Hortolândia



Novo espaço no CEM já está em pleno funcionamento

Hortolândia amplia sala oftalmologica

Hortolândia implantou a segunda sala de oftalmologia no Centro de Especialidades Médicas (CEM), no Jardim Green Park. O novo espaço começou a funcionar nesta quarta-feira (11) e recebeu equipamentos modernos, como projetor digital, refrator de Greens, autorrefrator e tonômetro. A ampliação garante mais conforto e agilidade nos atendimentos. Atualmente, o CEM realiza mais de 300 consultas e exames por semana, incluindo teste de refração e mapeamento de retina, ampliando o acesso da população aos cuidados com a saúde ocular.

Projeto reduz dependência tecnológica

Um projeto em tramitação na Câmara de Sumaré neste mês de fevereiro, cria o Dia de Conscientização e Prevenção à Dependência Tecnológica. A proposta prevê campanhas educativas, palestras em escolas e divulgação de conteúdos informativos sobre os riscos do uso excessivo de telas. A iniciativa busca alertar sobre impactos sociais e emocionais, especialmente entre crianças e jovens.

Conecta Educação

Com o início do ano letivo, Sumaré lançou o programa Conecta Educação para fortalecer o uso da tecnologia em todas as escolas municipais. A partir de agora, os estudantes passam a contar com a integração em habilidades digitais, estímulo ao pensamento lógico e ampliação do letramento tecnológico.

‘Fevereiro Laranja’

Valinhos lançou a campanha Fevereiro Laranja para alertar sobre FIV e FeLV, doenças virais que afetam gatos. A ação orienta sobre prevenção, testagem e cuidados, reforçando que, apesar de não terem cura, os animais podem viver bem com diagnóstico precoce. As doenças não são transmitidas a humanos.

Plano de Habitação

A Prefeitura de Paulínia contratou a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo para elaborar o primeiro Plano Municipal de Habitação. O estudo, com duração de seis meses, vai mapear o déficit habitacional e definir políticas permanentes para ampliar o acesso à moradia popular.

Agenda Ambiental

Vinhedo oficializou adesão à Agenda Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. O programa estabelece práticas sustentáveis na administração pública, como redução do consumo de papel, água e energia, além de gestão adequada de resíduos e compras responsáveis. A medida fortalece a eficiência do município com a sustentabilidade.

Clube faz 55 anos

A Associação do Clube de Mães de Valinhos completa 55 anos nesta semana. Fundada em 1971, a entidade reúne hoje cerca de 700 mulheres em 26 núcleos e é referência em voluntariado e geração de renda. A comemoração oficial será neste sábado (17), com almoço no Parque Municipal, celebrando a trajetória do grupo.

Feiras em Valinhos

As seis feiras livres de Valinhos funcionarão normalmente durante o Carnaval, de sábado (14) até a Quarta-Feira de Cinzas. A população poderá comprar hortifrúteis, produtos artesanais e aproveitar opções gastronômicas. A ação fortalece produtores locais e garante alimentos de qualidade durante o período festivo.



Prefeitura de Paulínia

A faculdade conta com o curso de Análise e Desenvolvimento

Fatec inicia atividades em Paulínia com 35 alunos

Unidade começa com curso gratuito e amplia oportunidades

Da Redação

A Faculdade de Tecnologia (Fatec) inaugurada no início de 2026 marca um novo capítulo para a educação superior em Paulínia. A unidade já começa suas atividades atendendo 35 estudantes da cidade, matriculados no curso gratuito de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. A chegada da instituição representa uma ampliação concreta das oportunidades de formação em nível superior, especialmente em uma área como a tecnologia.

O projeto começou a ser estruturado em abril de 2025 e foi viabilizado em menos de dez meses. Para a administração municipal, a instalação da Fatec é resultado de articulação junto ao Governo do Estado e simboliza um avanço importante na política educacional local. A proposta sempre esteve alinhada ao perfil econômico do município, que possui forte vocação industrial e demanda por profissionais qualificados na área de inovação e tecnologia da informação.

De acordo com o prefeito Danilo Barros, a implantação da unidade foi tratada como prioridade desde o início da gestão. Em publicação nas redes sociais, ele destacou que a conquista é fruto de parceria institucional com o governador Tarcísio de Freitas e com o deputado estadual André do Prado, presidente da Assembleia Legislativa. O chefe do

Executivo também reconheceu o trabalho da equipe da Secretaria de Inovação.

Ensino tecnológico

A escolha do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas dialoga diretamente com as necessidades do mercado regional. Empresas instaladas em Paulínia e em cidades do entorno têm ampliado a busca por profissionais capacitados em programação, desenvolvimento de softwares e soluções digitais. Ao oferecer a graduação de forma gratuita e dentro do próprio município, a Fatec contribui para reduzir barreiras de acesso ao ensino superior e evitar que jovens precisem se deslocar para outras cidades.

Além do impacto individual na vida dos estudantes, a nova unidade fortalece o desenvolvimento econômico local. Investir em formação tecnológica significa ampliar a competitividade do município e preparar mão de obra especializada para setores estratégicos. A presença da Fatec também pode estimular parcerias futuras com empresas, estágios e projetos de inovação.

Com a primeira turma já em andamento, a expectativa é de que a instituição amplie gradativamente sua oferta de vagas e cursos nos próximos anos. Para os 35 jovens que iniciam essa trajetória, a Fatec Paulínia representa uma porta de entrada para uma carreira promissora.

Paulínia retoma a construção da 3ª ponte sobre o Rio Atibaia

Decisão ocorreu após a apresentação de licenças ambientais

A Prefeitura de Paulínia está autorizada a dar continuidade à construção da terceira ponte sobre o Rio Atibaia. A liberação ocorreu após decisão liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), concedida na quarta-feira (11), que permitiu a retomada dos serviços depois da apresentação, por parte do município, de licenças ambientais exigidos pela legislação.

Continuação da obra

A nova decisão judicial torna sem efeito a determinação expedida em dezembro de 2025 que havia interrompido o andamento da obra. A paralisação foi efetivada em 14 de janeiro, quando a administração municipal recebeu notificação oficial sobre a suspensão. Com a liminar agora concedida, o canteiro poderá voltar a operar normalmente.

Em execução desde junho de 2023, o projeto tem conclusão estimada para o fim de 2026. A estrutura contará com aproximadamente 350 metros de extensão e fará a ligação entre as regiões dos Jardins Fortaleza e Calegaris e os bairros Alto dos Pinheiros, São José e áreas vizinhas. A expectativa é que a nova travessia contribua para aliviar o fluxo intenso na Avenida José Paulino, principal corredor viário da cidade, além de ampliar as alternativas de deslocamento.

Na decisão, o relator destacou que, em análise preliminar, não



Prefeitura de Paulínia

Estrutura terá 350 metros e deverá melhorar o trânsito na Avenida José Paulino

foram identificadas irregularidades. Segundo o entendimento apresentado, a legislação municipal autoriza o licenciamento para supressão de vegetação que inclua árvores isoladas, vegetação pioneira e fragmentos de mata secundária em estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, desde que situados fora de Área de Preservação Permanente (APP).

Também foi considerada válida a licença para intervenção em APP, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Código Florestal. O magistrado ressaltou que o município possui competência para conduzir o processo de li-

cenciamento, desde que observe todos os critérios técnicos e legais aplicáveis, afastando, nesse momento processual, as alegações de ilegalidade apresentadas na ação popular que questionava a obra.

Aval técnico

Um parecer técnico da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) reforçou a regularidade do procedimento adotado. O documento reconhece que Paulínia tem atribuição para autorizar intervenções classificadas como de baixo e médio impacto ambiental de âmbito local.

De acordo com a norma, em-

preendimentos viários que envolvam movimentação de solo de até 1 milhão de metros cúbicos ou supressão de vegetação nativa em área de até 10 hectares são enquadrados como de médio impacto ambiental.

No caso da terceira ponte, além das autorizações municipais, houve anuência da Cetesb para a retirada de vegetação nativa secundária em estágio médio de regeneração, conforme exigências ambientais vigentes.

Ao final, o relator concedeu a liminar suspendendo os efeitos da decisão anterior que havia determinado a interrupção das atividades.

Conselho Tutelar aprimora atendimentos

Os conselheiros tutelares de Americana participaram, nesta semana, de uma etapa de formação voltada ao aperfeiçoamento do atendimento prestado à população. A capacitação integra um processo iniciado no ano passado, que incluiu encontros presenciais para análise de registros e avaliação dos fluxos adotados no município.

A proposta envolveu um diagnóstico participativo sobre os formulários e instrumentos utilizados no cotidiano do Conselho Tutelar. O trabalho foi conduzido pelos profissionais Reinaldo Balbino e Sônia Bonfanti, em parceria com os próprios conselheiros, permitindo a identificação de pontos de melhoria nos procedimentos internos.

Revisão técnica

Com base nesse levantamento, os formulários de atendimento passaram por revisão e padronização. Segundo a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), a medida busca qualificar os registros, organizar as informações e dar mais segurança jurídica às decisões tomadas pelos conselheiros.

O coordenador do Conselho Tutelar, Rodrigo Mileta, ressaltou que a formação continuada é essencial para o bom desempenho da função. De acordo com ele, a atualização permanente contribui para alinhar a atuação às normas legais e aprimorar a análise dos casos envolvendo crianças e adolescentes.

Apoio institucional

Além da revisão documental, a programação incluiu supervisão técnica com reuniões bimestrais destinadas à discussão de situações complexas e definição de encaminhamentos adequados. Como suporte complementar, foi disponibilizada consultoria especializada por meio de atendimento online via WhatsApp Business.

Também foram elaborados modelos padronizados para registros, relatórios e encaminhamentos, fortalecendo a organização interna e a uniformidade das ações. Para a coordenadora de Direitos Humanos da SASDH, Cibele Ascari, a iniciativa representa um avanço no fortalecimento institucional do Conselho Tutelar.

Banco do Povo amplia atendimentos e reforça geração de renda em Sumaré

Agência SP/Pablo Jacob

A Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico de Sumaré iniciou 2026 com crescimento significativo nas ações do Banco do Povo Paulista (BPP). O programa reforçou seu papel como ferramenta de estímulo ao empreendedorismo e à geração de renda no município.

Em janeiro, foram realizados 133 atendimentos, número muito superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Do total, 61 ocorreram presencialmente, enquanto 72 foram feitos por meios digitais e telefônicos, como WhatsApp, ligações e e-mail. O formato híbrido ampliou o acesso dos empreendedores ao serviço e contribuiu para o aumento da procura.

Na comparação com janei-



Programa registra alta de 291% nos atendimentos

ro de 2025, quando houve 34 atendimentos, o crescimento foi superior a 290%. O avanço é atribuído à maior divulgação do programa, à confiança da população e à atuação dos agentes de crédito, que oferecem orientação

técnica e acompanhamento aos interessados.

Crédito liberado

O volume de recursos concedidos também apresentou evolução expressiva. Em janeiro de

2026, foram formalizadas sete operações de crédito, somando R\$ 139.085,26. No mesmo mês do ano anterior, o valor liberado havia sido de R\$ 21 mil, o que representa aumento superior a 560%.

Outro destaque foi a participação feminina: mais de 70% dos contratos firmados tiveram como beneficiárias mulheres empreendedoras, fortalecendo as políticas de incentivo à autonomia financeira e à inclusão produtiva.

A administração municipal atribui os resultados ao trabalho técnico da equipe responsável pelo atendimento, análise e acompanhamento das propostas. O objetivo é garantir acesso ao crédito de forma segura e adequada à realidade dos pequenos negócios locais.

CORREIO DAS REGIÕES

Prefeitura de Bauru



Programação gratuita conta com seis escolas de samba

Confira como será o ‘abre-alas’ do Carnaval no interior paulista

O Carnaval de 2026 traz grandes celebrações no interior paulista. Em Bauru, os desfiles ocorrem de 14 a 17 de fevereiro na Avenida Jorge Zaiden. A programação gratuita conta com seis escolas de samba e dois blocos de rua, encerrando-se na Quarta-feira de Cinzas. Já Cafelândia celebra o seu “Carnaval do Centenário”, abrindo oficialmente as comemorações dos 100 anos do município. Entre os dias 14 e 17, a cidade terá três noites de folia e duas matinês voltadas a moradores e turistas. O evento terá shows e desfiles de blocos organizados, com 20 a 30 integrantes cada, que utilizarão abadás exclusivos para marcar a data histórica. Ambas as cidades prometem infraestrutura completa para receber os foliões.

Reinado de Momo em Sorocaba

Já por Sorocaba, o destino é especial para os apreciadores do Reinado de Momo. Entre 14 e 17 de fevereiro, o “Sorofofia” agita o Parque Kasato Maru com blocos e abadás, enquanto o CARNAFest Krucatá celebra 110 anos de samba no Largo de São Bento. A folia segue com o Carnaval Decadente na Lucky Friends Arena e eventos como Carna Ragga, Bloco do Caranguejo, Carna Rock e Carnaval Imperatriz, garantindo espaço para todos os estilos musicais.

Prefeitura de Sorocaba



Até o dia 17 de fevereiro, não falta opções para a folia

Ainda na região sorocabana

O Carnaval do município de Araçoiaba da Serra agita a Praça Coronel Almeida de 13 a 17 de fevereiro. A festa começa na sexta (13), às 19h, com DJ GK e Julinho Simpatia. No sábado, o destaque é o Samba em Família e Amanda Lins. O domingo e a terça contam com matinês infantis às 15h para a alegria das crianças. Na segunda, o Bloco Tô que Tô na Inclusão abre a noite, seguido por Andressa Leme e Preto do Axé. O encerramento, na terça à noite, terá a Banda Astro Luz e a Cia de Dança DNA, garantindo diversão gratuita e variada.

‘A cidade é sua e o samba é nosso’

Botucatu promove seu Carnaval de 14 a 17 de fevereiro na Avenida do Fórum, das 18h às 22h. Com estrutura para famílias, inclui shows, área kids e praça de alimentação. A programação musical é o ponto alto: Os Travessos (sábado), Rosas de Ouro (domingo), Negritude Jr. (segunda) e Art Popular (terça). O evento une ícones do samba e pagode em um espaço de fácil acesso e gratuito para todos.

Proteção social

Ribeirão Preto incorporou novos destinos ao Programa Recâmbio — política de proteção social especial. A iniciativa tem objeto de viabilizar o retorno ao município de origem, promovendo a reinserção familiar. A ampliação inclui as cidades de Campinas, Santos, Araçatuba e Andradina.

Educação em alta

A UFSCar apresentou avanços no Times Higher Education (THE) Subject Rankings 2026, ranking internacional que avalia o desempenho das universidades por grandes áreas do conhecimento. A Universidade se destacou em Ensino, Internacionalização e Indústria, com crescimento em oito de nove áreas avaliadas.

Voluntários

Pesquisadores da Educação Física da USP Ribeirão Preto buscam homens de 40 a 60 anos com lesão meniscal para estudo sobre treino de força. É necessário ter diagnóstico há 12 semanas e não ter operado o joelho. Interessados devem contatar o número (14) 99758-5182 para avaliação.

Concursos na Unesp

Inscrições abertas para concursos na Unesp em Bauru, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. As vagas oferecem salários de até R\$ 16 mil. Candidatos devem realizar a inscrição mediante taxas que variam de R\$ 141 a R\$ 286, conforme o cargo pretendido. Mais detalhes e prazos disponíveis no site oficial da instituição.

Blitz em Ribeirão

A campanha “Folia de Respeito” abordou 198 pessoas em blitz na Avenida Elpidio Gomes, em Ribeirão Preto. Com apoio da PM e GCM, a RP Mobi orientou motoristas sobre os riscos de dirigir sob efeito de álcool e o respeito aos limites de velocidade para garantir um Carnaval seguro.

Pontos MIS

Piracicaba renovou a adesão ao Pontos MIS pelo 3º ano. A parceria entre o Estado e o museu local (MISP) visa ampliar o acesso gratuito a filmes e oficinas audiovisuais na cidade. As atividades ocorrem no Engenho Central, Armazém 8A, fortalecendo a formação cultural e a difusão do cinema para a população.



Equipe é formada por médicos, fisioterapeutas e enfermeiros

Tratamento de saúde em casa economiza R\$ 121 milhões

Programa alia gestão financeira com cuidados humanizados

Da Redação

A transição do leito hospitalar para o ambiente doméstico tem se mostrado uma alternativa viável para desafogar o sistema de saúde em São José dos Campos. O Programa de Hospitalização Domiciliar (PHD), operado no Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence, atua na interface entre a necessidade de liberar vagas e a busca por um tratamento menos invasivo ao cotidiano do paciente. A iniciativa foca em transferir para o domicílio pessoas com quadro clínico estável, mas que ainda demandam cuidados profissionais.

Viabilidade econômica

Os números levantados entre 2020 e 2025 revelam o peso financeiro dessa modalidade. No último ano, o custo diário de um paciente no regime domiciliar foi de R\$ 149,82, valor consideravelmente inferior aos R\$ 1.141,80 despendidos em uma internação convencional nas dependências da unidade. No acumulado de cinco anos, a desospitalização de mais de 14 mil pessoas gerou uma economia superior a R\$ 121 milhões.

Para o diretor técnico do hospital, Dr. Carlos Alberto Maganha, o modelo reflete uma adaptação necessária na administração da saúde. “O Programa de Hospitalização Domiciliar alia qualidade assistencial, humanização do cuidado e responsabilidade na gestão dos recursos. Ele gera eco-

nomia não apenas para o hospital, mas também para o erário público, já que a unidade é mantida com recursos do município, mesmo contando com um modelo de gestão privada.”, explica o médico.

Estrutura operacional

A equipe, formada por médicos, fisioterapeuta e profissionais de enfermagem, realizou mais de 3 mil atendimentos diretos em 2025. A logística envolveu o deslocamento de 137 mil quilômetros para cobrir os tratamentos em domicílio. O crescimento de 147% no volume de pacientes atendidos desde 2020 indica que o sistema de saúde local está absorvendo a prática como padrão para casos de média complexidade.

Além da questão orçamentária, o aspecto emocional do tratamento é destacado pela supervisora de enfermagem, Andréa de Fátima Cornelio Mota. Segundo ela, o impacto vai além dos indicadores técnicos: “O PHD não é apenas um programa para desospitalização. Contribui diretamente com sustentabilidade financeira e também com a melhora da experiência do paciente, que em meio a um momento difícil tem a oportunidade de terminar o tratamento no conforto da sua casa recebendo o carinho da família, e isso é muito gratificante”. A prática reduz a exposição a riscos hospitalares, como infecções, e permite que o hospital concentre seus recursos físicos em casos críticos e cirurgias complexas.

MPT soma mais de 200 denúncias de trabalho escravo no interior

Sorocaba e Bauru aparecem registrando os maiores números de delações

O Ministério Público do Trabalho (MPT) revelou um cenário preocupante sobre a exploração laboral no interior de São Paulo. Entre os anos de 2024 e 2025, o órgão contabilizou mais de 200 denúncias relacionadas ao trabalho análogo à escravidão. O levantamento estatístico reuniu informações colhidas em áreas estratégicas como os municípios de Bauru, Sorocaba, Itapetininga, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.

Além das denúncias, a atuação jurídica do MPT resultou na assinatura de 58 Termos de Ajuste de Conduta (TACs) e no ajuizamento de nove Ações Cíveis Públicas (ACPs) ao longo desses dois anos. O órgão esclarece que as indenizações previstas nos TACs devem ser quitadas imediatamente.

Caso o pagamento não ocorra, o Ministério Público recorre à Justiça por meio das ações civis.

Dados regionais

Na análise por localidade, as regiões de Sorocaba e Bauru aparecem com os maiores números de registros de denúncias de exploração. Sorocaba, que dentro da estrutura do MPT também engloba Itapetininga, teve 43 denúncias em 2025 e 36 em 2024. Já em Bauru, os números saltaram de 17



Captura de tela/Google Maps

Em Sorocaba foram registrados quase 200 resgates de pessoas em situações precárias em 2025

casos no primeiro ano para 28 no segundo.

A região de Presidente Prudente também registrou um aumento, passando de seis para nove queixas anuais.

Em contrapartida, houve queda significativa em outras cidades. Segundo as informações, em São José do Rio Preto, as denúncias recuaram de 30 para 11 registros. Queda semelhante foi vista em Araçatuba, que passou de 18 casos em 2024 para apenas três no ano seguinte.

Ocorrências recentes

O ano de 2026 já apresentou casos graves. No dia 26 de janeiro, uma fiscalização em Sorocaba resgatou 33 trabalhadores baianos em uma obra de construção civil. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o grupo era submetido a condições insalubres, o que levou à paralisação imediata das atividades no local.

Em Presidente Prudente, no dia 14 de janeiro, uma decisão liminar da Justiça obrigou um supermercado a regularizar as

jornadas de seus funcionários. De acordo com as informações divulgadas, a investigação, iniciada ainda em 2022, apontou que os empregados trabalhavam mais de 10 horas por dia e cumpriam horas extras obrigatórias sem o devido descanso ou pagamento. O relatório oficial classificou a prática como uma fraude aos direitos de repouso dos trabalhadores.

Vale destacar que, apenas na região de Sorocaba, o balanço da Secretaria de Inspeção do Trabalho registrou quase 200

resgates de pessoas em situações precárias durante todo o ano de 2025.

Histórico grave

A retrospectiva de casos anteriores reforça a gravidade do problema no interior paulista. Em julho de 2025, em Ourinhos, a Polícia Federal resgatou 14 paraguaios em uma fábrica clandestina de cigarros. As vítimas viviam em quartos sujos, com janelas bloqueadas, sem acesso a celulares e sob vigilância constante para que não tivessem contato com o mundo externo.

Na região de São José do Rio Preto, em Birigui, uma operação realizada em novembro de 2025 localizou mais de 100 adolescentes trabalhando de forma ilegal. A fiscalização passou por 53 empresas da cidade em apenas quatro dias.

Outro caso emblemático ocorreu em Itapetininga, em junho de 2024. Uma idosa de 73 anos foi resgatada após trabalhar por duas décadas como cuidadora de outra senhora, de 99 anos, sem direito a folgas. Durante os 20 anos de serviço, ela recebeu autorização para dormir em sua própria casa apenas uma vez. Pela jornada ininterrupta, ela recebia apenas R\$ 220 por semana, vivendo em total isolamento social e privação de direitos básicos.

Estresse hídrico atinge as bacias da região do PCJ

A região compreendida pelas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) enfrenta um cenário alarmante de vulnerabilidade ambiental. Segundo Francisco Lahóz, Secretário Executivo do Consórcio PCJ — entidade que reúne municípios e o setor privado para a gestão estratégica de recursos naturais —, a localidade vive sob um estado de estresse hídrico crônico. Esse fenômeno ocorre quando o volume de água disponível é incapaz de suprir as necessidades básicas da sociedade, afetando diretamente o consumo doméstico, o setor industrial e a produção agrícola.

A gravidade da situação torna-se evidente durante as épocas de seca. Segundo as informações, nesses períodos, a oferta natural de água nos rios consegue suprir apenas metade da demanda total da região.



Prefeitura de Piracicaba

Espaços enfrentam cenário de vulnerabilidade ambiental

Desafios

Além da escassez física, o especialista destaca que o quadro é agravado por estiagens cada vez mais longas, que se estendem de abril a dezembro. Somado a isso, há uma pressão constante exercida pelo crescimento populacio-

nal e pela expansão econômica acelerada da região. Esse conjunto de fatores exige ações urgentes de preservação e uso racional, sob o risco de comprometer o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nas cidades que compõem o sistema PCJ.

Justiça barra despejo de famílias em R. Preto

A Justiça suspendeu a ordem de reintegração de posse que afetaria 45 famílias na comunidade Vila Guiomar, em Ribeirão Preto. A decisão atende a um pedido da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que busca evitar a remoção forçada agendada para 19 de fevereiro. O caso agora passa pela análise da Comissão Regional de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça (TJSP), visando uma mediação que garanta os direitos fundamentais dos moradores, entre eles crianças e idosos em situação de vulnerabilidade social.

Conflito

A ação foi movida pela empresa proprietária do terreno, que alegou pressão de órgãos ambientais por se tratar de uma área de preservação. No entanto, a Defensoria interveio com o argumento de que desocupações coletivas exigem protocolos rigorosos de pro-

teção social. A suspensão permite que o Município realize um levantamento sobre o perfil das famílias e as condições de habitabilidade do local. O objetivo é construir uma alternativa menos gravosa, evitando que dezenas de pessoas fiquem desamparadas sem um plano de assistência pública.

Doação

Um fator determinante para a pausa no processo foi a sinalização da própria empresa sobre a possível doação da área à Prefeitura de Ribeirão Preto. Essa alternativa, discutida em âmbito administrativo, poderia encerrar o conflito jurídico e permitir a regularização fundiária da comunidade. Segundo as informações, a Defensoria segue acompanhando os desdobramentos para assegurar que qualquer solução respeite o direito à moradia digna e o tratamento humano das famílias envolvidas.

CORREIO PAULISTA

Divulgação Governo de SP



Grupo distribuía eletrônicos em esquema de lavagem

Dark Trader: R\$ 1,1 bilhão em lavagem de dinheiro

A Polícia Civil de São Paulo, com o Ministério Público e a Sefaz-SP, realizou operação contra esquema de lavagem de dinheiro de um grupo de distribuição de eletrônicos. As vendas eram feitas por uma plataforma principal, mas pagamentos iam para empresas de fachada e notas fiscais eram emitidas por terceiros para ocultar receitas. Em sete meses, o sistema movimentou ao menos R\$ 1,1 bilhão, gerando discrepância patrimonial. A Justiça determinou o sequestro desse valor e já bloqueou cerca de R\$ 25 milhões em imóveis de luxo, veículos e contas em nome de “laranjas”, alguns ligados a facções. Foram cumpridos 20 mandados de busca e três prisões em SP e SC, com apoio de policiais e auditores fiscais estaduais.

Delegacias reabertas no Estado

São Paulo reinaugurou as instalações do 16º Distrito Policial e da 2ª Delegacia de Defesa da Mulher, na Avenida Onze de Junho, na Vila Clementino. As unidades passaram por obras de modernização que somaram investimento de R\$ 3,6 milhões do Estado, com foco na melhoria da estrutura, da acessibilidade e da qualidade do atendimento à população. Durante as obras, os atendimentos foram mantidos em unidades de apoio na região.

Divulgação/Governo de SP



O Governo ampliou as ações de proteção às mulheres

Segurança para mulheres no Carnaval

O Estado vai reforçar, pela primeira vez, a segurança para mulheres no Sambódromo do Anhembi durante o Carnaval com o Ônibus SP Por Todas e uma unidade móvel da Delegacia de Defesa da Mulher. Os veículos atenderão casos de assédio e violência, prestarão orientação e poderão registrar boletins de ocorrência durante os desfiles. O espaço funciona como ponto de acolhimento com atendimento humanizado e encaminhamento aos serviços de proteção do Estado, integrado ao Protocolo Não Se Cale, que busca garantir resposta rápida às vítimas.

Novo diretor-presidente da Arsesp

A Comissão de Infraestrutura da Alesp aprovou por unanimidade o nome indicado pelo governador para a presidência da Arsesp, e Diego Domingues assumirá o cargo. A agência regula serviços de energia, gás e saneamento no estado, incluindo Enel SP e Sabesp. Domingues afirmou que atuará com rigor técnico e pretende ampliar o uso de tecnologia para monitorar serviços.

Carnaval Legal

O TJSP lançou a campanha Carnaval Legal 2026 nas redes sociais para prevenir crimes na folia. A orientação é respeitar o consentimento: toques sem permissão são assédio ou importunação sexual. Racismo e LGBTfobia são crimes. Em caso de violência, a vítima deve pedir ajuda imediatamente.

Carnaval Legal II

A campanha também alerta para furtos e golpes: evitar dinheiro em excesso, cuidado com cartão e apps bancários. Haverá drones, torres de vigilância, policiais e reconhecimento facial. Crimes podem ser denunciados nas tendas da PM ou pelos telefones 190, 180, 100 e 181, disponíveis durante toda a folia.

IPVANET

A Sefaz-SP lançou o novo Portal de Serviços de Veículos, substituindo o IPVANET. A plataforma reúne consultas em uma única página e reforça a segurança, evitando sites falsos e protegendo dados dos contribuintes, especialmente no período de pagamento do IPVA 2026 e de maior acesso ao sistema.

TEA Paulista

O Centro TEA Paulista fará o “Baile da Alegria Inclusiva”, com atividades de Carnaval adaptadas a pessoas no espectro, como oficina de máscaras, pintura facial, brincadeiras e desfile de fantasias. Não haverá competição, para garantir inclusão e bem-estar aos atendidos e seus familiares durante toda a programação festiva.

Acordo Paulista

Mutirões do Acordo Paulista aconteceram em unidades do Poupatempo da capital, Campinas, Bauri e Ribeirão Preto, renegociando mais de R\$ 218 milhões em dívidas. Até 27 de fevereiro, débitos como ICMS, IPVA, ITCMD e multas do Procon podem ser parcelados online, com descontos de até 75% e até 120 parcelas.

Exporta SP

Empresários que buscam expandir os negócios para o exterior encontram suporte gratuito da InvestSP, agência de promoção de investimentos vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. O programa oferece cursos online e gratuitos. As inscrições para a próxima turma vão até o dia 13 de fevereiro.



Dino suspendeu o pagamento dos penduricalhos ilegais

TJSP recorre ao STF contra suspensão de penduricalhos

Julgamento da decisão do ministro Flávio Dino será dia 25

Por Agência Brasil

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) recorreu, nesta quarta-feira (11), ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, para derrubar decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu o pagamento dos penduricalhos ilegais nos Três Poderes, benefícios concedidos a servidores públicos e que não cumprem o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil.

Na semana passada, Dino concedeu liminar para determinar que as verbas indenizatórias que não têm base legal devem ser suspensas no prazo de 60 dias.

No recurso, o TJSP alegou que o pagamento não pode ser suspenso antes de o Congresso aprovar regras para definir quais verbas indenizatórias podem ser admissíveis como exceção ao teto constitucional- R\$ 46,3 mil conforme determinado pelo ministro.

“Antes do decurso de prazo razoável a ser assegurado ao legislador para a adoção das medidas legislativas necessárias à regulamentação definitiva pendente não se mostra adequado estabelecer disciplina substitutiva geral, ou seja, não é possível à Suprema Corte, mediante decisão aditiva, fixar o regramento aplicável”, argumentou o TJSP.

O tribunal também defendeu a autocontenção do Supremo para julgar o caso.

Parcelas indenizatórias

“A suspensão generalizada de parcelas indenizatórias, antes da lei ordinária nacional prevista na Constituição, pode gerar assimetria federativa, comprometer irremediavelmente a administração da justiça, produzir efeitos financeiros irreversíveis e criar insegurança jurídica sistêmica”, disse o TJSP.

O plenário do Supremo Tribunal Federal marcou para o dia 25 de fevereiro o julgamento definitivo da decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu o pagamento dos penduricalhos.

Associações recorrem

Além do Tribunal de Justiça paulista, entidades que representam magistrados, promotores, defensores públicos e membros de tribunais de contas também pediram ao STF a manutenção dos pagamentos. As associações argumentam que as verbas possuem respaldo legal ou estão previstas em normas editadas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, não configurando irregularidade. O pedido foi apresentado após a liminar que determinou a suspensão, em até 60 dias, de benefícios sem base legal nos Três Poderes. As entidades também solicitaram participação formal no processo. O julgamento do dia 25 de fevereiro deverá unificar o entendimento da Corte.

Justiça suspende regras das escolas cívico-militares em São Paulo

Decisão liminar atende pedido do Ministério Público e da Defensoria Pública

Por Raphaela Cordeiro

A Justiça de São Paulo determinou a suspensão das regras do programa de escolas cívico-militares da rede estadual após ação civil pública do Ministério Público e da Defensoria Pública. A decisão é liminar, em caráter prévio, antes da análise do mérito, e estabelece prazo de 48 horas para cumprimento, sob pena de multa diária.

O modelo começou a ser implantado neste ano letivo e prevê a presença de policiais militares da reserva como monitores responsáveis por atividades de organização e convivência escolar.

Na decisão, a magistrada apontou possível violação ao princípio da legalidade e à gestão democrática do ensino. O entendimento é de que o regulamento apresenta “grave potencial discriminatório”, especialmente nas normas relacionadas à aparência dos estudantes.

Entre as exigências questionadas estão regras sobre corte de cabelo, uso de acessórios e padrões de vestimenta. A avaliação judicial indica que essas determinações podem restringir manifestações culturais, identidade de gênero e direitos assegurados pela Constituição e pelo Estatuto da Igualdade Racial.

A ação proposta pelo Ministério Público e pela Defensoria sustenta que a regulamentação



Divulgação/Governo de SP

Entre os questionamentos estão regras sobre corte de cabelo, uso de acessórios e vestimenta

do programa fere a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e normas educacionais estaduais. Segundo os órgãos, a implantação ocorreu sem participação efetiva dos Conselhos de Escola, o que contraria o princípio da gestão democrática do ensino público.

Os autores também apontam possível violação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e a tratados internacionais de proteção à infância, ao prever medidas disciplinares consideradas excessivas e possibilidade de transferência

de alunos que não se adaptem às regras do modelo.

Outro ponto levantado é a atuação de militares no ambiente escolar. De acordo com o processo, há relatos de monitores realizando orientações diretas a estudantes em atividades pedagógicas, função atribuída exclusivamente a profissionais da educação. A ação pede que policiais não exerçam qualquer atribuição de ensino ou avaliação escolar.

O Ministério Público e a Defensoria também solicitaram que o Estado comunique oficialmen-

te as unidades sobre a impossibilidade de aplicar as regras contestadas enquanto durar a análise judicial, evitando punições disciplinares baseadas no regulamento suspenso.

O governo estadual afirma que o programa não altera o currículo escolar e tem como objetivo reforçar valores de cidadania, organização e convivência. Segundo a Secretaria da Educação, professores seguem responsáveis pelo conteúdo pedagógico e pela avaliação dos estudantes.

O caso segue em análise judi-

cial e ainda terá julgamento definitivo do mérito da ação.

Fato ou fake do Estado

Na quinta-feira (12), o Estado publicou material informativo para esclarecer dúvidas sobre o programa. De acordo com a Secretaria da Educação, policiais não ministram aulas nem substituem docentes, atuando apenas como monitores de organização, segurança e acolhimento dos alunos.

O governo também afirma que o modelo não militariza o ensino, mantém o currículo regular da rede pública e depende de adesão da comunidade escolar por meio de consulta prévia. Segundo a pasta, a proposta busca melhorar o ambiente escolar e reduzir conflitos, sem interferência na autonomia pedagógica das escolas.

Em nota, a Secretaria da Educação informou que ainda não foi formalmente notificada da decisão e que a Procuradoria Geral do Estado irá analisá-la. Segundo a pasta, a liminar não suspende a lei do Programa Escola Cívico-Militar nem impede seu funcionamento. O Estado afirma que militares atuam apenas em apoio à segurança sem participação pedagógica, responsabilidade exclusiva dos professores.

*Com informações da FolhaPress

DER-SP espera 4 milhões de veículos nas rodovias

O Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo está realizando a Operação Carnaval 2026 entre até a Quarta-feira de Cinzas para garantir segurança e fluidez nas rodovias estaduais não concedidas. A expectativa é de cerca de 4,1 milhões de usuários, número 5% maior que no ano passado.

Estão mobilizados aproximadamente 1.260 colaboradores em mais de 12 mil km de estradas, com 335 veículos de apoio, incluindo guinchos leves e pesados, motocicletas de inspeção e vans de atendimento. Nas regiões serranas e do litoral haverá reforço específico de equipes e viaturas em vias de grande movimento, como a Rio-Santos (SP-055), Oswaldo Cruz (SP-125) e Flórida no Rodrigues Pinheiro (SP-123).

Entre as medidas previstas estão monitoramento de tráfego,



Divulgação/DER-SP

Na sexta-feira (13) deve concentrar mais de 664 mil veículos

uso de acostamento em trechos críticos, implantação de faixa reversível e desvios operacionais para melhorar o fluxo e reduzir congestionamentos. O objetivo é manter condições de circulação semelhantes às de dias normais e garantir resposta rápida a ocor-

rências.

O maior fluxo deve ocorrer rumo ao litoral e ao Vale do Paraíba, principalmente pela Rio-Santos. Apenas nesse trecho são esperados cerca de 181 mil veículos em Caraguatatuba e 165 mil em Bertioga.

Tarcísio adia encontro com Flávio Bolsonaro

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), informou que a reunião com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), prevista para esta quinta-feira (12), foi adiada para depois do Carnaval. Segundo Tarcísio, o encontro tem o objetivo de discutir estratégia política, apoios e os próximos passos para as eleições de 2026. Este será o primeiro encontro entre os dois desde a crise envolvendo o governador e o clã Bolsonaro, ocorrida há cerca de um mês. A declaração foi feita durante evento em Guarulhos (Grande SP), para o anúncio de R\$ 80 milhões em obras de infraestrutura no município. O governador destacou o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à sua trajetória política.

Tarcísio também comentou sobre a corrida eleitoral para o Senado por São Paulo, afirmando que pretende eleger dois represen-

tantes. Uma das candidaturas já está definida: Guilherme Derrite (PP), ex-secretário do governador, considerado “bem posicionado e consolidado”. A segunda vaga será escolhida com base em pesquisas, sem favoritismo definido, e em diálogo com partidos aliados.

Sobre o Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), Tarcísio afirmou que São Paulo ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) após aderir ao novo regime e ser cobrado por regras anteriores. O governador também comentou a situação de Bolsonaro, preso no 19º Batalhão da Polícia Militar do DF. Segundo Tarcísio, “o presidente não tem saúde para estar no regime fechado, ele precisa estar com a família para ter a melhor assistência possível”.

*Com informações da FolhaPress

MP apreende R\$ 2,4 mi em nova fase da Operação Ícaro em SP

Crimes investigados envolvem auditores fiscais e empresas, com bloqueio de dinheiro

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) apreendeu, na terça-feira (10), cerca de US\$ 68 mil, equivalentes a aproximadamente R\$ 354 mil, e R\$ 288 mil em espécie na Delegacia Regional Tributária do Butantã, na zona oeste da capital. A unidade é vinculada à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), responsável por fiscalizar, arrecadar e gerir tributos estaduais, como ICMS, IPVA e ITCMD, e funciona como braço operacional da fiscalização tributária na região.

A ação integra uma nova fase da Operação Ícaro, conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão aos Delitos Econômicos (Gedec), que investiga um suposto esquema de corrupção envolvendo a liberação e o inflacionamento de créditos tributários de ICMS na Sefaz-SP. Além do dinheiro em espécie, foram bloqueados cryptoativos avaliados em cerca de R\$ 1,8 milhão, mantidos em bitcoins. O total de bens apreendidos soma R\$

2,4 milhões, que serão submetidos a perícia e análise financeira para identificar a origem dos recursos e eventual relação com o esquema, que tramita sob sigilo.

O caso é desdobramento da Operação Ícaro iniciada em agosto de 2025, que resultou na prisão de auditores fiscais estaduais, entre eles Artur Gomes da Silva Neto e Alberto Toshio Murakami. Gomes Neto permanece detido em Potim (SP) e é apontado pelo MP como operador central do esquema, suspeito de ter recebido mais de R\$ 1 bilhão em propinas. Murakami segue foragido, com o nome incluído na Rede de Difusão Vermelha da Interpol.

Promotores identificaram indícios de que milhões de reais em cryptoativos estão associados aos dois auditores. A suspeita é que os ativos digitais tenham sido utilizados para ocultar valores provenientes de propina, dificultando a rastreabilidade dos recursos.

Também foram presos em agosto, e posteriormente liberados, o



Agentes realizaram apreensão de valores em espécie e cryptoativos na Delegacia do Butantã

empresário Sidney Oliveira, dono da Ultrafarma, e Mário Otávio Gomes, executivo da Fast Shop. No início deste mês, Sidney foi denunciado pelo MP-SP sob acusação de corrupção; a defesa do empresário não se manifestou.

Os sócios-proprietários da Fast Shop, Milton Kazuyuki Kakumoto e Júlio Atsushi Kakumoto, e o diretor da rede, Mário Otávio Gomes, firmaram acordos de não persecução penal com a promotoria, reconhecendo participação no esquema. Juntos, eles devem restituir R\$ 100 milhões aos cofres públicos, segundo a promotoria.

Segundo os investigadores, os pedidos de ressarcimento de créditos fiscais seguiam a portaria CAT 42/2018, que estabelece um rito técnico e demorado para devolução de créditos tributários. Esse procedimento, que normalmente funciona como um mecanismo de controle, teria sido explorado pelos auditores para conceder vantagens indevidas à Ultrafarma, permitindo acelerar a

liberação de valores e ampliar artificialmente os créditos.

A substituição tributária, mecanismo que permite o recolhimento antecipado de tributos pela indústria ou importador, abre espaço para ressarcimento quando o valor pago supera o efetivamente devido. De acordo com a promotoria, empresas e escritórios de consultoria tributária estruturaram esquemas fraudulentos para inflar créditos e reduzir tributos de forma artificial.

Gomes Neto, que ocupava cargo estratégico na Diretoria de Fiscalização (Difis), autorizava a cessão de créditos a terceiros, possibilitando à Ultrafarma transformar o ressarcimento em liquidez imediata. Murakami, lotado na unidade fiscal onde os pedidos eram protocolados, emitia pareceres técnicos favoráveis, viabilizando a liberação dos valores.

Para o MP-SP, os créditos obtidos ilegalmente funcionavam como ativos financeiros, ampliados artificialmente e comercializados após deferimento administrativo. A

operação evidencia um dos maiores esquemas de corrupção tributária já investigados na Sefaz-SP, envolvendo auditores fiscais e empresas de grande porte.

Especialistas apontam que o caso evidencia vulnerabilidades no sistema de ressarcimento fiscal, em que lacunas técnicas podem ser exploradas para obtenção indevida de créditos. As autoridades ressaltam a importância de medidas preventivas e auditorias rigorosas para evitar novos esquemas de fraude e ressarcimento indevido, protegendo os cofres públicos e a transparência tributária.

O Ministério Público de São Paulo (MP-SP) mantém sigilo sobre detalhes da investigação, mas afirma que novas fases da operação podem ocorrer nos próximos meses, à medida que novas provas sejam analisadas e outros envolvidos sejam identificados.

***Com informações da FolhaPress**

FecomercioSP recebe representantes da Turquia e discute ampliação de relações

O Conselho de Relações Internacionais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) recebeu representantes do Consulado Geral da Turquia em reunião institucional voltada ao fortalecimento das relações comerciais bilaterais. O encontro ocorreu na sede da Federação e contou com a presença do presidente do conselho, Rubens Medrano, e dos assessores Natália Tafarello e Douglas Dias. Representaram o consulado turco a adida comercial Seçil Önel e a analista de Comércio Exterior Yasemin de Pinto.

Aprofundando relações comerciais

Durante a reunião, Medra-

no destacou o interesse crescente da FecomercioSP em pavimentar caminhos para que o Brasil amplie suas relações comerciais com países parceiros. Segundo ele, a entidade intensifica o diálogo com o Poder Público com o objetivo de aprimorar o marco legal do Comércio Exterior e criar um ambiente regulatório mais favorável aos negócios. “Mais do que discutir com quem vai criar as leis, estamos recebendo delegações de importantes nações parceiras para tratar de aproximação. É uma honra receber representantes de uma nação com grande peso na produção alimentícia e têxtil”, afirmou o presidente.

Natália Tafarello apresentou às representantes turcas



Edilson Dias

Conselho recebeu Seçil Önel e Yasemin de Pinto

o trabalho da Federação para aproximar empresários estrangeiros de potenciais parceiros brasileiros. Entre os serviços destacados estão distribuição e logística, certificação

de mercadorias e pesquisa de mercado. “Também estamos de portas abertas para recebê-los institucionalmente, para que conheçam a economia brasileira, a tributação, o mercado de

trabalho e as possibilidades de negócios no interior paulista. O nosso propósito é abrir mercados”, disse a assessora.

Compromisso com novos investimentos

Ao final do encontro, Medrano reforçou o suporte integral da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo a negócios turcos interessados em estreitar laços comerciais com o Brasil. “Estamos sempre em busca do que mais pode ser feito para melhorar a relação comercial entre as nações”, concluiu. O encontro representa mais um passo nas ações da Federação para fomentar intercâmbios e fortalecer a presença brasileira no cenário internacional.

CORREIO PAULISTANO

Reprodução/Youtube



Venda de ingressos para shows começa nesta sexta (13)

Alcione, Jorge Aragão e Zeca Pagodinho: data extra em SP

Zeca Pagodinho volta a SP em junho para mais uma apresentação da turnê “O Maior Encontro do Samba”, ao lado de Alcione e Jorge Aragão. O trio confirmou uma segunda data na capital paulista após a primeira noite ter os ingressos esgotados. O novo show será realizado em 21 de junho, no Allianz Parque. A apresentação do dia 20 já não tem mais entradas disponíveis. A venda de ingressos para a nova data começa nesta sexta-feira (13), às 13h, pelo site da Eventim. Os valores variam conforme o setor escolhido. As entradas inteiras para a cadeira superior partem de R\$ 175. Para quem prefere a pista, o preço é de R\$ 265. Na cadeira inferior, os ingressos custam R\$ 345. Já a pista premium tem tíquetes a R\$ 545.

Turnê do trio por grandes cidades

A turnê reúne três dos principais nomes do samba brasileiro e vai passar por diversas capitais do país. Estão previstas apresentações no Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador. A estreia acontece no dia 6 de junho, no Maracanã. O projeto terá participações especiais, como Martinho da Vila, Seu Jorge, Péricles e Alexandre Pires. Em São Paulo, Martinho da Vila sobe ao palco como convidado especial.

Reprodução/Youtube



Convite para participar foi da presidente da escola

Márcia Sensitiva na Rosas de Ouro

Márcia Sensitiva vai estreiar no Carnaval de São Paulo como destaque da Rosas de Ouro no primeiro dia de desfiles do Grupo Especial no Sambódromo do Anhembi. Atual campeã, a escola será a quinta a entrar na avenida na sexta-feira 13, com o enredo Escrito nas Estrelas, que aborda a astrologia. Aos 73 anos, Márcia construiu carreira ligada à espiritualidade e atua como astróloga, numeróloga e terapeuta. O convite para participar do desfile partiu da presidente da escola, Angelina Basílio. A participação ocorre em um ano simbólico.

Ritual de proteção espiritual

Para o desfile, a astróloga prepara um ritual de proteção espiritual. O preparo inclui banho com alecrim e arruda antes de seguir para o sambódromo, além de levar ramos das ervas na fantasia. Marcia diz que a coincidência de o desfile ocorrer em uma sexta-feira 13 reforça o simbolismo da apresentação. Para a astróloga, a data está associada a processos de transformação e renovação.

Show x Hospital 1

A autorização para funcionamento de uma casa de eventos com capacidade para quase 5 mil pessoas no Brooklin, na Zona Sul de SP, provocou reação de moradores da região. O empreendimento está instalado a poucos metros de um hospital voltado à reabilitação e aos cuidados paliativos.

Show x Hospital 2

A autorização de funcionamento foi concedida no fim de janeiro pela Prefeitura de São Paulo. O alvará teria validade de seis meses. Vizinhos ao local relatam preocupação com a emissão de ruídos e apontam que o local não possui estrutura de isolamento acústico compatível com eventos de grande porte.

Saída de Veículos 1

A Prefeitura de São Paulo prevê que 2,5 milhões de veículos devem deixar a capital rumo ao interior e ao litoral neste Carnaval. A informação é da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) via montar uma operação de saída e de retorno para o feriado. O rodízio de veículos será suspenso do dia 16 ao dia 18.

Saída de Veículos 2

Já as regras de rodízio para caminhões na cidade continuam valendo. A zona de máxima restrição a fretados fica liberada na segunda e na terça-feira (17). A previsão é que as estradas da reigão fiquem cheias durante a manhã de sexta-feira (13), às 10h. Na volta do feriado prolongado, o movimento deve ser maior a partir das 11h de terça.

Cloro da piscina 1

O delegado Alexandre Bento, do 42º DP, afirmou que os responsáveis pela academia C4 Gym visavam apenas ao lucro, sem se importar com alunos ou funcionários. Segundo ele, “a carga de cloro que usavam em um dia era para uma semana”, como forma de maquiagem a água e não fechar a piscina da academia.

Cloro da Piscina 2

A investigação teve início após a morte da professora Juliana Faustino Bassetto, 27, depois de uma aula de natação no local no sábado (7). O marido dela seguia internado em estado grave até o fechamento desta edição. Outras duas pessoas estão na UTI. Ao todo, a polícia contabiliza sete vítimas até o momento.



No bairro do Bixiga tem o tradicional bloco dos Esfarrapados

O que fazer na cidade de SP no Carnaval

Shows, blocos e cinema grátis marcam os dias de descanso

Da Redação

A cidade de São Paulo entra no clima de Carnaval com uma programação cultural diversificada que ocupa palcos, ruas e centros culturais neste fim de semana. A agenda reúne shows, blocos tradicionais, música clássica, teatro, exposições e atividades gratuitas para diferentes públicos, incluindo crianças.

Entre os destaques musicais, Sidney Magal apresenta o espetáculo Baile do Magal na Casa Natura Musical, no sábado (14). O cantor revisita sucessos e ritmos que marcaram sua trajetória, com repertório que percorre lambada, Jovem Guarda e samba rock.

No bairro do Bixiga, o tradicional Bloco dos Esfarrapados retorna às ruas mantendo a tradição carnavalesca da região central. Já para quem prefere música eletrônica, o clube D-EDGE promove mais uma edição do projeto D.RETE. O reggaeton também integra a programação com o bloco ¡SÚ-BETE!, previsto para terça-feira, ampliando a diversidade de ritmos neste período de Carnaval.

As unidades do Sesc na capital e na Grande São Paulo também organizam atividades especiais. A programação inclui shows que transitam por diferentes estilos, como apresentações de João Gordo interpretando clássicos da música brasileira em versões próprias e o grupo Pagode da 27, que celebra duas décadas de trajetória. A proposta é reunir públicos de dife-

rentes gerações e idades em eventos que misturam samba, MPB e outras vertentes musicais.

No campo da música brasileira, a cantora Gina Garcia apresenta o show Gina Canta Gal, homenagem ao repertório de Gal Costa. O espetáculo revisita canções que marcaram a carreira da artista e reforça sua influência na história da música nacional.

A música erudita também integra a agenda cultural. O pianista russo Daniil Trifonov se apresenta com a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo na Sala São Paulo, em concerto que integra a temporada da Osesp.

Além dos shows, a programação inclui atrações de teatro com Reynaldo Gianecchini e Maria Casadevall em cartaz na capital. No cinema, o Centro Cultural São Paulo recebe a mostra gratuita Me dê a Câmera, ampliando as opções para quem busca atividades culturais sem custo.

O Itaú Cultural realiza programação especial de Carnaval até o dia 15 de fevereiro, com atividades na Sala Itaú Cultural e no Bulevar do Rádio. Entre as atrações estão o show Choro Cantante, com Hilda Maria, o Bloco Afro É Di Santo e apresentações voltadas ao público infantil, como Trupe Trupé e o espetáculo Carnaval dos Bichos Vermelhos, da Pia Fraus. Aos sábados de fevereiro, o Baitaclá Mirim – Carnavalzinho de Cultura Popular ocorre ao ar livre, às 11h30. A participação é gratuita.

Estudo aponta limite de público nos circuitos Ibirapuera e Consolação

Relatório encomendado pela prefeitura de SP recomenda descentralizar blocos

Um estudo contratado pela Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB) em 2021 estabeleceu a capacidade máxima simultânea de público nos principais circuitos do carnaval de rua de São Paulo e indicou parâmetros de infraestrutura para atender a todos os foliões. O levantamento foi elaborado pela Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), entidade que é vinculada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). O custo do levantamento foi de R\$ 430.222,24.

Relatório

O relatório foi encomendado na gestão Bruno Covas e entregue no primeiro ano da administração de Ricardo Nunes (MDB). O documento detalha os limites de ocupação para diferentes regiões da cidade, além de recomendar a descentralização de grandes blocos. Recomenda, ainda, criar novos circuitos de folia n na cidade, como forma de reduzir riscos associados à superlotação.

Ibirapuera

De acordo com o estudo, o circuito do Parque Ibirapuera, na Zona Sul, comporta até 290 mil pessoas simultaneamente. A estimativa contrasta com números divulgados pelas forças de segurança em eventos



Divulgação/Prefeitura de São Paulo

Circuito do Parque Ibirapuera comporta até 290 mil pessoas simultaneamente, diz estudo

recentes. No último fim de semana, durante apresentação da cantora Ivete Sangalo, a Polícia Militar estimou público de 1,2 milhão de pessoas no local.

Consolação

Já o circuito da Rua da Consolação, na região central da cidade, teria capacidade máxima de 365 mil foliões ao mesmo tempo, segundo a FDTE. O trecho foi apontado como o de maior potencial de concentração de público na capital. No domingo (8), a via registrou

episódios de tumulto, relatos de superlotação e confrontos entre frequentadores dos blocos.

Em declarações públicas recentes, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, mencionou público de 1,5 milhão de pessoas no bloco Baixo Augusta e no evento comandado pelo DJ Calvin Harris no mesmo dia e, praticamente no mesmo horário na região.

Prefeitura

A Prefeitura de São Paulo diz que promoveu adequações

na infraestrutura do carnaval de rua para otimizar a operação do evento, mantendo o padrão de organização das edições realizadas em anos anteriores.

FTDE

O levantamento da FDTE também calculou a capacidade total dos 22 pontos existentes à época da pesquisa. Segundo o estudo, esses circuitos poderiam reunir até 2,88 milhões de pessoas por dia de apresentações. Considerando os oito dias de programação oficial financiada

pelo município, a estimativa apresentada em 2021 indicava potencial de até 14 milhões de foliões ao longo do período.

Carnaval de 2026

Para 2026, a administração municipal projeta público ainda maior. A previsão é de que ao menos 16,5 milhões de pessoas participem dos 627 cortejos oficiais programados para o pré-carnaval, carnaval e pós-carnaval na capital.

Parâmetros mínimos

Além da capacidade de público, o estudo técnico também estabeleceu parâmetros mínimos de infraestrutura sanitária. A recomendação é de um banheiro químico para cada grupo de 900 pessoas. Aplicando esse critério à estimativa atual de 16,5 milhões de participantes ao longo dos oito dias, seriam necessários ao menos 18.333 banheiros químicos para atender a demanda mínima projetada.

Outros blocos

Depois dos megablocos na cidade, o centro de São Paulo recebe também mais de 100 blocos de rua entre os dias 13 e 22 de fevereiro. A programação começa na noite desta sexta (13), com o tradicional cortejo do Ilú Obá De Min, na rua Conselheiro Brotero, às 14h.

Carnaval 2026: ordem dos desfiles no Sambódromo

Divulgação/Agência Brasil/Rafael Neddermeyer/LIGASP/Fotos Públicas



Desfiles às 23h na sexta-feira (13) e às 22h30 no sábado (14)

O Carnaval de São Paulo em 2026 terá desfiles no Sambódromo do Anhembi nos dias 7, 13, 14 e 15 de fevereiro, reunindo escolas do Grupo Especial e dos Grupos de Acesso I e II. A abertura será no sábado, 7 de fevereiro, com o Grupo de Acesso II, a partir das 20h, com desfiles até 4h15, encerrando com a Primeira da Cidade Líder. Antes, passam pelo sambódromo Amizade Zona Leste, Imperatriz da Pauliceia, Torcida Jovem, X-9 Paulistana, Unidos de São Lucas, Unidos do Peruche, Morro da Casa Verde, Imperador do Ipiranga e Uirapuru da Mooca.

O Grupo Especial desfila em duas noites, na sexta-feira, 13 de fevereiro, e no sábado, 14. Na primeira noite, as apresentações começam às 23h com a Mocidade Unida da Mooca e seguem pela madrugada com Colorado do Brás, Dragões da Real, Acadêmicos do Tatuapé, Rosas de Ouro, Vai-Vai e Barroca Zona Sul. No sábado, a programação tem início às 22h30 com a Império da Casa Verde, seguida por Águia de Ouro, Mocidade Alegre, Gaviões da Fiel, Estrela do Terceiro Milênio, Tom Maior e Camisa Verde e Branco.

O Grupo de Acesso I desfila no domingo, 15 de fevereiro, a partir das 21h, com Camisa 12, Unidos de Vila Maria, Acadêmicos do Tucuruvi, Mancha Verde, Nenê de Vila Matilde, Pérola Negra, Dom Bosco de Itaquera e Independente Tricolor.

As vias com maior número de registros de roubos e furtos de celulares, conforme os

Megablocos têm casos de roubos de celular

Quase 20% dos roubos e furtos de celulares registrados durante o carnaval de 2025 na capital paulista ocorreram em circuitos de megablocos. De acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP), foram contabilizadas 6.067 ocorrências entre os oito dias de folia. Desse total, 1.145 casos foram registrados em trajetos associados a grandes blocos.

O período analisado compreende os dias oficiais de carnaval na cidade, quando houve maior concentração de eventos de rua. Segundo estimativa da prefeitura, cerca de 16 milhões de pessoas participaram das comemorações em 2025, distribuídas por 601 blocos cadastrados em todas as regiões da capital.

As vias com maior número de registros de roubos e furtos de celulares, conforme os

boletins de ocorrência compilados pela SSP, foram a Avenida Pedro Álvares Cabral, a Rua da Consolação, a Avenida Marquês de São Vicente, a Rua Augusta e a Praça da República. Esses endereços integram rotas tradicionais de megablocos que reúnem grande público.

A Avenida Paulista, que ao longo do ano costuma aparecer entre os locais com mais registros desse tipo de crime, ocupou a oitava posição durante o carnaval. Apesar de não receber desfiles no período, a via está próxima a circuitos de blocos e concentra circulação intensa de foliões.

Os números indicam a relação entre eventos de grande porte e a concentração de crimes patrimoniais, exigindo reforço no planejamento de segurança para áreas com maior fluxo de pessoas.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Prefeitura de SBC



A apresentação integrou o Projeto Sonoridades

Coral 'A Voz da Galera Idosa' em São Bernardo do Campo

O Teatro Elis Regina, em São Bernardo, recebeu a apresentação do coral "A Voz da Galera Idosa", formado por pessoas da terceira idade atendidas pelo Centro Dia da Pessoa Idosa de São Bernardo, serviço da Prefeitura de São Bernardo e executado pelo Instituto Ficar de Bem. O espetáculo reuniu cerca de 35 participantes e apresenta um repertório composto por clássicos da música tradicional brasileira e marchinhas de carnaval. A apresentação integrou o Projeto Sonoridades, que desenvolve atividades de musicoterapia com os usuários do Centro Dia, utilizando a música como ferramenta para a promoção da saúde emocional, o estímulo cognitivo e a valorização da memória, da identidade e da história de vida delas.

Instituto Ficar de Bem

Coordenadora-geral do Instituto Ficar de Bem, Amanda Wachtler frisou que a iniciativa tem se mostrado fundamental para o fortalecimento da autoestima, do engajamento e da participação social dos participantes, ao mesmo tempo em que reafirma o papel da arte como ferramenta de cuidado e inclusão. "O Centro Dia do Idoso é um equipamento público que atende pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social".

Divulgação/Prefeitura de Barueri



Secretaria reforça que as vagas são limitadas

Barueri: matrículas do Núcleo Wit

A Prefeitura de Barueri, por meio da Secretaria de Educação, está com matrículas abertas para o Núcleo Wit e Sala Maker até o dia 28 de fevereiro. As vagas são limitadas e as aulas têm início previsto para o dia 23 de fevereiro. O Núcleo Wit é voltado para alunos do 4º ao 9º ano do Ensino Fundamental e oferece cursos alinhados às novas tecnologias e às demandas do mundo digital. Entre as opções disponíveis estão metaverso, comunicação digital, inteligência artificial e oficinas de games. A proposta é proporcionar aos estudantes experiências inovadoras.

Matrículas para a Sala Maker

Além do Núcleo Wit, também estão abertas as matrículas para a Sala Maker, espaço para a educação criativa, prática e inovadora. A iniciativa estimula o aprendizado por meio da experimentação, da resolução de problemas e do desenvolvimento de projetos. A novidade para este ano é a oferta de oficinas extras de invenções. As turmas serão com alunos 1º ano do Fundamental.

Guarulhos 1

O Polo Guarulhos da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), vinculada à Prefeitura, pela Secretaria de Gestão, recebe até dia 11 de março inscrições para o vestibular com 134 vagas divididas entre os cursos gratuitos nas áreas de licenciatura (42 vagas) computação (50) e de negócios e produção (42).

Guarulhos 2

Em outros polos da Univesp são oferecidos dez cursos gratuitos: Letras, Matemática e Pedagogia (Licenciatura), Ciência de Dados, Engenharia de Computação, Tecnologia da Informação e o novo curso de Inteligência Artificial (Eixo de Computação), Administração, Engenharia de Produção e Tecnologia em Processos.

Mogi das Cruzes 1

A Secretaria de Serviços Urbanos de Mogi das Cruzes iniciou manutenção no córrego do Conjunto Residencial Álvaro Bovolenta, que é um afluente do Ribeirão Ipiranga. Os serviços consistem na recuperação do leito, que sofre erosão e também reforço das margens, com aplicação de rachão e retaludamento.

Mogi das Cruzes 2

O objetivo dos trabalhos é melhorar o escoamento do curso d'água, logo minimizar a possibilidade de transbordamento e também evitar que a erosão comprometa as construções no entorno do córrego. A previsão é que os trabalhos no local se estendam por 15 dias. O serviço faz parte da rotina diária das equipes da Secretaria.

Osasco 1

A Prefeitura de Osasco inaugura no dia 24 de fevereiro, às 9h, o novo Centro de Inclusão Digital – CID Olaria, dentro da Biblioteca Municipal Heitor Sinaglia, na Praça Sabanta, 98 – Jardim Conceição. Ao todo, são 11 CIDs espalhados pela cidade, com turmas pela manhã e à tarde. O CID Olaria é para cursos gratuitos.

Osasco 2

Os cursos são de informática básica, com carga horária de 45 horas e certificado de conclusão de curso. Além do curso básico de informática, o espaço oferece Oficinas de Inteligência Artificial (IA), com duração de 4 horas e, as sextas-feiras, disponibiliza também o uso de internet livre para a população.



Dinheiro poderá ser direcionado à projetos de acessibilidade

São Caetano: fundo para Pessoas com Deficiência

Lei institui mecanismo de financiamento à inclusão

Da Redação

A Prefeitura de São Caetano do Sul instituiu o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, mecanismo voltado ao financiamento de políticas públicas destinadas a esse público. A medida foi oficializada por meio da Lei nº 6.303, de 11 de fevereiro de 2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico do município nesta quinta-feira (12).

O novo fundo tem como objetivo concentrar recursos financeiros para apoiar ações que promovam inclusão, autonomia e melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência. A iniciativa busca estruturar uma fonte permanente de financiamento para programas, projetos e iniciativas alinhadas às diretrizes de acessibilidade e garantia de direitos.

De acordo com o texto da lei, os recursos poderão ser direcionados à execução de projetos que assegurem acessibilidade urbana e arquitetônica, além de melhorias na mobilidade. Também está prevista a destinação de verbas para iniciativas que ampliem a participação de pessoas com deficiência em atividades sociais, educacionais e profissionais.

Entre as áreas contempladas estão a promoção da inclusão no mercado de trabalho, o incentivo a atividades culturais e esportivas adaptadas e o estímulo ao desenvolvimento e à

implementação de tecnologias assistivas. O fundo poderá ainda apoiar financeiramente projetos elaborados por entidades e organizações que atuem diretamente com esse público.

A legislação estabelece que os valores arrecadados serão aplicados no financiamento de programas de inclusão social e em ações que ampliem o acesso a serviços e espaços públicos. Estão previstas, por exemplo, iniciativas voltadas à formação e capacitação de profissionais que atendem pessoas com deficiência, com foco na qualificação do atendimento em diferentes áreas da cidade.

Outra frente prevista envolve o suporte a políticas públicas relacionadas à saúde e à reabilitação, com possibilidade de investimento em serviços especializados e programas de acompanhamento. O fundo também poderá fomentar atividades educacionais e projetos que promovam a autonomia e o protagonismo das pessoas com deficiência.

Com a criação, a administração municipal de São Caetano passa a contar agora com instrumento específico para organizar e direcionar recursos destinados a essa área. A expectativa é que o fundo contribua para ampliar a efetividade das políticas públicas já existentes e viabilizar novas iniciativas voltadas à garantia de direitos e à inclusão social no município.

Itapevi comemora 67 anos com programação de fevereiro a abril

Agenda inclui eventos culturais, esportivos, religiosos e entrega de obras

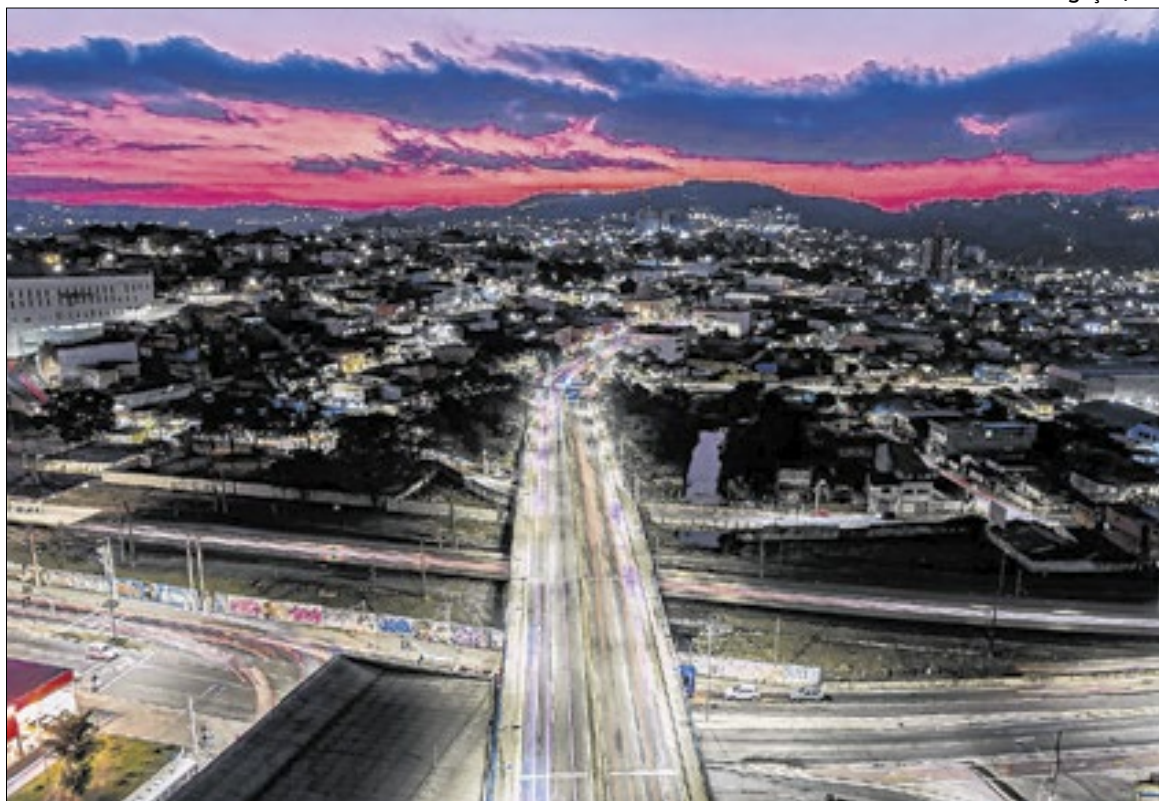
A Prefeitura de Itapevi divulgou a programação oficial em comemoração aos 67 anos de emancipação político-administrativa do município. As atividades tiveram início em 5 de fevereiro, com a entrega de uniformes e materiais escolares aos alunos da rede municipal de ensino, e seguem até abril, com eventos institucionais, culturais, esportivos e anúncios de obras.

Segundo a administração municipal, a agenda foi organizada para marcar a data com ações em diferentes áreas, incluindo educação, saúde, infraestrutura, esporte, assistência social e cultura. O objetivo declarado é associar as celebrações a entregas de serviços e equipamentos à população.

O aniversário da cidade é celebrado oficialmente em 18 de fevereiro. Neste ano, como a data coincide com a Quarta-feira de Cinzas, a programação oficial foi transferida para o sábado, 21 de fevereiro, concentrando as principais cerimônias e eventos.

Atividades em fevereiro

No sábado (14), está prevista a realização do Carnaval Inclusivo, no Parque da Cidade. O evento contará com atividades adaptadas para pessoas com deficiência, com estrutura acessível e programação de recreação e música. Já na quinta-feira (19), a Prefeitura anunciou a demolição do antigo prédio da UBS



Divulgação/PMI

Atividades recreativas e esportivas integram a agenda de comemoração do aniversário da cidade

Cohab I, quando também deverá ser apresentado o projeto da nova unidade de saúde.

A celebração oficial de aniversário, no dia 21, terá missa de ação de graças às 7h, na Igreja Matriz São Judas Tadeu; Sessão Solene às 9h, na Câmara Municipal; distribuição de bolo de 67 metros ao meio-dia, na Praça 18 de Fevereiro; e culto evangélico às 19h, também na Câmara.

Ainda em fevereiro, a programação prevê a entrega da Creche Primeiros Passos, no bairro Amador Bueno, e a conclusão de

serviços de pavimentação em vias urbanas, que segundo a Prefeitura, visam melhorar a mobilidade e a infraestrutura local.

Agenda de março

Para março, a programação inclui a realização da 8ª Corrida Oficial de Itapevi e o lançamento do programa Mãe Itapeviense, voltado a famílias com crianças pequenas. Também estão previstos o início das obras da Escola de Tempo Integral Vale do Sol, que atenderá alunos do Jardim Julietta, e a implantação da Areninha

Rosemary e do Complexo Esportivo do Rainha, com estruturas destinadas a práticas esportivas e recreativas.

Outras ações programadas incluem o início das obras da creche do Jardim Maristela, com 300 vagas; o Bicicletaço Delas; o plantio simbólico de 67 mudas de árvores e a entrega de um veículo ao programa Adote um Pet; a entrega do Prêmio Professor Nota 10, destinado a docentes da rede municipal; e o início da regularização fundiária de aproximadamente 2 mil imóveis no bairro

Vitápolis. No mesmo período, está prevista a conclusão de intervenções de pavimentação em diferentes regiões do município, além de ações de manutenção urbana, que, segundo a Prefeitura, fazem parte do planejamento para reduzir impactos em áreas de tráfego intenso e melhorar a circulação de moradores.

Encerramento em abril

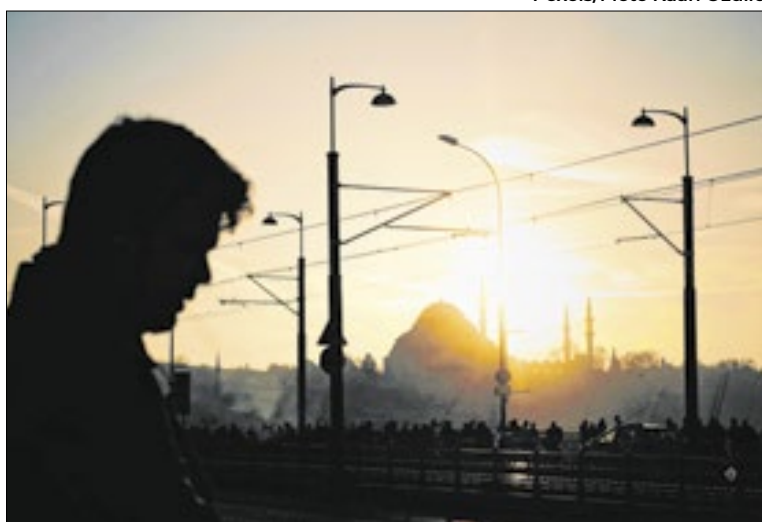
Em abril, está previsto o início das obras de contenção de encostas no Jardim Ruth, com o objetivo de prevenir riscos em áreas inclinadas. A programação também inclui a inauguração do Centro Especializado em Reabilitação (CER), que contará com ala destinada ao atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Entre os eventos culturais, estão programados a encenação da Paixão de Cristo, a Marcha para Jesus, o Festival Força e Ação e o Encontro de Carros Antigos. O encerramento das comemorações ocorrerá no dia 12 de abril, com o Show da Cidade, no Parque da Cidade. De acordo com a Prefeitura, os detalhes sobre horários e demais informações sobre a programação serão divulgados em canais oficiais e veículos de comunicação locais. O conjunto de ações pretende marcar o aniversário com entrega de serviços, obras e eventos voltados ao desenvolvimento urbano e social.

Justiça mantém multa milionária contra Enel em SP

Pexels/Mete Kaan Özdişek

A Justiça Federal em Brasília decidiu manter a multa de R\$ 95,8 milhões aplicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) contra a Enel, concessionária responsável pela distribuição de energia em São Paulo. A penalidade foi imposta em razão de falhas no fornecimento registradas em 2021, que resultaram em interrupções prolongadas no serviço. A decisão foi confirmada pela Advocacia-Geral da União (AGU), que representou a Aneel no processo e defendeu a legalidade do ato administrativo. Após a aplicação da sanção, a empresa recorreu ao Judiciário sob o argumento de que a multa teria sido desproporcional e de que não foram observados princípios do devido processo legal. A concessionária também sustentou que parte das ocorrências decorreu de eventos climáticos adversos. Ao analisar o caso, o juiz Renato Coelho Borelli



Enel SP é responsável por fornecer energia elétrica na região

concluiu que não houve irregularidades na tramitação do processo administrativo que resultou na penalidade. O despacho foi assinado na terça-feira (3) e divulgado posteriormente pela AGU.

Na decisão, o magistrado afirmou que as deliberações da agência

reguladora foram fundamentadas em critérios técnicos e objetivos de fiscalização, com base na legislação e nos indicadores de qualidade do serviço. O advogado-geral da União, Jorge Messias, declarou que o órgão continuará atuando na defesa dos consumidores.

Prefeitura de Cotia inaugura usinas solares

As duas primeiras usinas de energia solar fotovoltaica da Região Metropolitana de São Paulo entraram em operação na segunda-feira (9), no distrito de Caucaia do Alto, em Cotia. As estruturas foram instaladas no Centro Educacional Benedicta Stefano Antunes de Oliveira.

De acordo com a administração municipal, os sistemas somam 428 módulos fotovoltaicos, com previsão de geração média anual de cerca de 420 mil quilowatts-hora (kWh). A estimativa é de economia aproximada de R\$ 378 mil por ano aos cofres públicos. A energia solar é considerada fonte limpa e renovável, produzida a partir da conversão da luz do sol em eletricidade por meio de painéis instalados em áreas expostas à radiação. A eletricidade gerada em corrente contínua passa por inversores, que a transformam em corrente alternada,

padrão utilizado em residências, comércios, indústrias e prédios públicos.

O sistema é integrado à rede da concessionária de distribuição. Quando há excedente, a energia é injetada na rede elétrica e convertida em créditos, medidos em kWh, que são compensados nas faturas do município.

A prefeitura informou que outras 21 usinas estão previstas, incluindo unidades na creche do Arakan e no Ginásio de Esportes. A meta é concluir as 23 instalações até o fim do ano. Com a ampliação, a estimativa é de economia anual de aproximadamente R\$ 4 milhões.

Durante a inauguração na cidade, representantes do Executivo destacaram os impactos ambientais e financeiros da iniciativa e afirmaram que o projeto integra a política municipal de sustentabilidade.

Por Ana Carolina Martins

Em Campinas, a história do Carnaval data de muito antes dos grandes blocos e festas modernas que hoje agitam a agora metrópole. Na segunda metade do século XIX, quando ela ainda era uma cidade pequena, marcada pela lavoura do café e pela intensa presença de imigrantes e trabalhadores livres, as celebrações carnavalescas já ocupavam um lugar singular na vida social.

Registros históricos e estudos acadêmicos apontam que, entre 1871 e 1900, o “entrudo”, festa carnavalesca tradicional de origem europeia, e outras brincadeiras públicas animavam as ruas, mesmo em meio a tensões sociais e disputas por espaço entre diferentes classes e grupos raciais.

‘Entrudo’, um vale-tudo

Aqui, abrimos um parêntese para esclarecer a origem do “entrudo”, que tratava-se de uma festa popular trazida ao Brasil pelos portugueses ainda no período colonial, entre os séculos XVI e XVIII. A palavra vem do latim introitu (“entrada”) e se referia originalmente à entrada da Quaresma no calendário cristão. Antes do período de restrições religiosas, valia tudo: comer, beber, brincar e zombar da ordem cotidiana.

O entrudo acontecia nas ruas centrais, próximas às igrejas e mercados. Incomodava autoridades, comerciantes e proprietários e era frequentemente reprimido pela polícia, mas não desaparecia de vez.

Retomando, nesse período, as elites tentaram controlar e “civilizar” a festa segundo padrões europeus, enquanto as camadas populares resistiam e mantinham práticas mais espontâneas e comunitárias.

Tal disputa de sentidos entre o “Carnaval Veneziano”, mais cerimonioso e elitizado, e as manifestações populares, ludicamente desordenadas, revela um tempo em que a festa ainda não havia sido institucionalizada nem grandes desfiles organizados.

Era apenas uma folia de rua, marcada pela presença popular e de elementos culturais que se consolidariam ao longo do século XX. Entre as décadas de 1930 e 1960, o Carnaval de Campinas começou a ganhar contornos próprios, aproximando-se das celebrações que floresciam nas grandes cidades brasileiras da época.

Evento comunitário

Apesar de ainda não existir um “sambódromo” nem a grandiosidade dos desfiles de capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, grupos de moradores e comunidades locais criaram escolas de samba e blocos carnavalescos que transformaram a festa num evento comunitário importante.

A Estrela D’Alva, por exemplo, fundada em 1950, tornou-se uma das primeiras escolas de samba do



Pré-Carnaval ao som da Bateria Ruidosa, na Praça Carlos Gomes, no Centro, no final de janeiro: o ‘esquenta’ foi animado

Do ‘entrudo’ aos blocos: origem da Folia em Campinas

Evolução da história do Carnaval campineiro revela disputas, dedicação, resistências e celebrações



Reprodução/Prefeitura de Campinas

Imagem reproduzida de exposição sobre a origem da maior festa popular no município

município, acumulando títulos e mobilizando a população por décadas. Com o passar do tempo, outras agremiações e blocos surgiram e se firmaram como tradicionais.

A Rosa de Prata, que surgiu em meados dos anos 1970, passou a protagonizar desfiles no Carnaval campineiro, com a participação ativa da comunidade em ensaios, criação de samba-enredo, confecção de fantasias e no aprendizado de instrumentos musicais. Esse circuito de participação comunitária, registrado inclusive em pesquisas acadêmi-

cas, mostra como a festa popular se transformou em um elemento de construção de identidades locais.

Bailes de salão

Para muitos moradores antigos, o Carnaval local também acontecia nas pequenas festas de bairro e bailes de salão nas décadas de 1960 e 1970, em clubes e espaços comunitários, onde marchinhas, sambas e frevos embalavam os foliões até a madrugada. Uma tradição que, em parte, vive na memória e que hoje inspira resgates culturais em blocos

e apresentações musicais.

No fim do século XX e início do XXI, agora, como uma metrópole em plena expansão, o Carnaval em áreas como Barão Geraldo, distrito que abriga a Unicamp, começou a ganhar vida própria com os blocos de rua populares. Entre eles, o tradicional Berra Vaca, que desfila desde 1999 nas noites da maior festa popular do país, reunindo milhares de foliões ao som de marchinhas e ritmos variados.

Ao mesmo tempo, a presença universitária influenciou a

variedade cultural da folia, com grupos artísticos, performances e intervenções que dialogam com as artes e a música, fazendo do Carnaval de Barão uma expressão híbrida entre tradição popular e criação contemporânea.

Evolução

O crescimento urbano também ajudou na diversificação do Carnaval de Campinas. Hoje, além dos blocos de rua e das escolas de samba, há festas em clubes, eventos temáticos e manifestações culturais que ocupam diferentes espaços da cidade durante os dias da festa.

Essa evolução revela o desenvolvimento populacional e econômico da região, assim como também uma trajetória cultural única, na qual a festa carnavalesca acompanhou, e acompanha, as transformações sociais da cidade: de um pequeno centro urbano do interior paulista a uma metrópole com identidade própria e forte atuação comunitária.

A história do Carnaval no município revela um aos desfiles organizados, blocos autônomos e à multiplicidade de manifestações culturais contemporâneas, sustentada por práticas comunitárias, acadêmicas e artísticas que mantêm viva a tradição da folia nas veias dos campineiros.

Fernando Molica

Toffoli: o Supremo se ataca

Nem mesmo os golpistas que invadiram e depredaram o Supremo Tribunal Federal causaram à instituição danos tão graves quanto os gerados pelas investigações da Polícia Federal sobre o caso Master.

A intentona de 8 de Janeiro representou um ataque externo ao prédio, ao mobiliário, a peças históricas e artísticas. As suspeitas que pesam especialmente sobre o ministro Dias Toffoli atingem o STF por dentro, são como uma doença grave, tornada autoimune pela lógica corporativa da corte.

Toffoli tem direito à mais ampla defesa, mas não pode continuar a usar sua condição de ministro e de relator do caso Master para complicar as investigações.

Na nota que divulgou para se defender, o ministro, na prática, admitiu ter omitido do STF e da sociedade uma informação fundamental: a de que é sócio da empresa que vendeu parte de suas cotas para um fundo ligado a Daniel Vorcaro, dono do Master. Até agora, os únicos sócios aparentes da empresa eram dois irmãos de Toffoli; um deles, padre.

Só este fato deveria ter sido suficiente para que o ministro tivesse recusado a relatoria do caso assim que foi sorteado para a função. Ele não poderia supervisionar investigações nem tomar qualquer medida em um processo que, mais cedo ou mais tarde, esbarraria no seu nome.

Ele, que pegara carona em jatinho ao lado de um advogado do Master, aceitou o pedido da defesa de Vorcaro para levar o caso para o STF e tratou de decretar absoluto sigilo das investigações. Depois, tomou decisões contraditórias e atrapalhadas.

Mesmo diante do avanço das investigações e de notícias publicadas na imprensa, da revelação do resort do Paraná, Toffoli ficou quieto: só revelou sua con-

dição de sócio quando se viu constrangido a fazê-lo, diante das informações da PF.

Ao evitar tornar pública sua participação acionária na então dona do resort é reveladora, indica que ele não queria que este fato fosse conhecido. A situação de Toffoli, no processo e, mesmo, no STF, é insustentável. E ele continua a agir como se tudo estivesse normal — determinou o envio, para suas mãos, de informações obtidas nos celulares apreendidos pela PF no caso Master. Terá, assim, acesso privilegiado às citações de seu próprio nome.

O absurdo chega a superar a situação, ressaltada pela oposição, que trata do ministro Alexandre de Moraes, que comanda investigação em que ele próprio aparece como vítima. Agora é pior: um ministro do STF é a autoridade suprema de apuração em que há a possibilidade de ele ser apontado como suspeito.

O problema criado pela situação do ministro e os exagerados honorários recebidos pela advogada Viviane Barci, mulher de Moraes, também no caso Master, reforçam que nenhum poder pode ser absoluto. Outro dia, Dias Toffoli falou em “autocontenção” da magistratura, recado que parece ter mandado para si, e que tratou de não ouvir.

A coincidência da crise no STF com outros fatos que envolvem magistrados (assédio sexual, libertação de traficante) mostra que, como diriam intérpretes de escolas de samba, a hora é essa.

O STF tem a obrigação de salvar o STF, o que precisa começar com o afastamento de Toffoli do caso Master e inclui a imediata aprovação de um código de conduta para a corte. O Congresso Nacional, por sua vez, não tem mais desculpas para não tomar a iniciativa de investigar toda essa situação.

Tales Faria

Lula teme que saída de Toffoli agora atrapalhe acerto com Pacheco

É verdade que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) considera que o ministro José Antonio Dias Toffoli foi sua pior indicação para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com longa carreira no Partido dos Trabalhadores, Toffoli era advogado-geral da União, em 2009, quando Lula o indicou para o STF por sugestão do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu (PT). Mas o presidente se sente traído pelo antigo subordinado.

É que, quando estava preso por conta das denúncias da Lava Jato, Lula foi impedido, por decisão do ministro Dias Toffoli, de participar do velório do irmão Vavá, morto em 2019. Assim que tomou posse no Palácio do Planalto, ele rechaçou uma tentativa do ministro de se reaproximar.

É verdade também que, caso Toffoli peça para deixar o cargo, abre-se uma vaga na Corte. Teoricamente, isso seria bom para o presidente da República, já que caberia a ele a indicação do substituto.

Então é verdade que o presidente não ficará triste por Toffoli, caso o ministro seja obrigado a pedir afastamento do cargo ou sofra impeachment.

Mais ou menos.

Lula disse a assessores que não moverá uma palha para ajudar Toffoli, mas também não está torcendo para ele perder o cargo neste momento em que o ministro está sob suspeitas de ter escondido suas ligações com o Banco Master, de Daniel Vorcaro, após assumir a relatoria do processo contra o banqueiro no Supremo.

Tem um motivo para Lula não torcer pelo afastamento do ministro neste momento. Chama-se Rodrigo Pacheco. O senador pelo PSD de Minas Gerais com quem o presidente da República se encontrou nesta quarta-feira, 11, e voltou a insistir que ele se candidate a governador de Minas Gerais.

Lula disse a Pacheco que ele “será a melhor e única opção” do PT e do governo federal como candidato ao Palácio da Liberdade. Pacheco ficou lisonjeado, mas não bateu o martelo. Respondeu apenas que se sente “compromissado com Minas e com o Brasil”, mas que ainda irá decidir.

Na verdade, o senador não pode ser candidato por seu partido. O PSD, já tem o vice-governador Mateus Simões como pré-candidato. Então Pacheco terá que se

acertar com outra sigla antes de decidir. As opções partidárias para ele em Minas Gerais são o PSB, o União Brasil, ou o MDB.

O PSB o acolheria certamente, mas Pacheco acredita que seu eleito-rado não quer vê-lo num partido de esquerda. O União Brasil é a primeira opção, mas depende de seu amigo e presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), convencer o Diretório mineiro a adotá-lo como candidato. E, no MDB, precisaria se acertar com o ex-vereador Gabriel Azevedo, que já se anunciou como pré-candidato.

Mas Lula sabe que o jurista Rodrigo Pacheco deseja mesmo é assumir como ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando o ministro Ricardo Lewandowski deixou a Corte, Pacheco esteve cotado para a vaga. Alcolumbre e os senadores do centrão fizeram um forte lobby em seu favor, mas Lula optou pelo advogado-geral da União, Jorge Messias.

Este é o grande temor do presidente: se Dias Toffoli sair do STF, Pacheco voltará a se interessar pela vaga na Corte e não concorrer a governador.

E vão para o espaço os já tão difíceis planos de Lula em Minas Gerais.

Dora Kramer*

Lula põe Trump no palanque

Passou abaixo do radar do noticiário o anúncio que o presidente Luiz Inácio da Silva (PT) fez, na recente entrevista ao UOL, de que pretende levar consigo o ministro da Justiça, o secretário da Receita Federal e o diretor da Polícia Federal na visita a Donald Trump, prevista para o início de março, em Washington.

Comitiva de peso para tratar do combate ao crime organizado. Talvez não por coincidência, Fernando Haddad (PT) tenha dito nesta semana que sua data de saída da Fazenda pode ser retardada em função de pedido do presidente para que dê conta de “algumas entregas importantes” relacionadas à segurança pública.

É possível que Lula pense em levar Haddad aos EUA ainda na condição de ministro e, com isso, integrá-lo como ator eleitoral às tratativas internacionais sobre o tema que ocupa o topo das preocupações dos (sobre) viventes nacionais. A gente sabe como o presidente é bom de cenografia. Sabemos também das dificuldades que o governo tem para emplacar suas iniciativas sobre o assunto. As duas propostas em curso no Congresso -a PEC da Segurança e o projeto anti-

facção- estão no controle da oposição, boa de papo no quesito.

Para contornar o obstáculo, o presidente recorre ao discurso do combate ao crime do “andar de cima”. Providência necessária, mas tampouco deixa de ser urgente cuidar do andar de baixo, sob o domínio da criminalidade nos morros e dos assaltos no asfalto.

Levar o assunto à Casa Branca, e ainda nas companhias dos chefes da economia, da pasta da Justiça, da polícia e da instância capaz de identificar trajetos financeiros suspeitos, carrega o tema da segurança a um patamar inalcançável pelos oponentes.

Com a vantagem de estabelecer mais uma linha de contato com Donald Trump. Também um gesto de desestímulo a qualquer ideia do presidente norte-americano de interferir nas eleições, uma hipótese que, embora seja remota, faz parte das preocupações do governo brasileiro.

Um parceiro neutralizado é sempre um adversário a menos a ser enfrentado.

***Jornalista e comentarista de política**

Aristóteles Drummond*

Um cidadão relevante

As condecorações de toda natureza através dos tempos e sempre oportunas têm o sentido de evocar feitos e personalidades que se destacam no dia a dia das sociedades, sem necessariamente ganharem a notoriedade e a popularidade comum nos políticos, governantes, artistas, escritores, desportistas. São cidadãos que não disputam cargos, não competem, mas são vitoriosos na profissão, nos serviços prestados à comunidade, sem objetivos pessoais que não os de servir. Apesar do anonimato, eles se notabilizam pelo exemplo, pelos ofícios prestados, pelo exercício da cidadania, da fé, da cultura a serviço da sociedade.

Esta semana a Federação do Comércio do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), que é presidida por um homem especial no idealismo, habilidade e competência com que atende à nobre missão da entidade que dirige, Antonio Florencio Queiroz, houve por bem condecorar um cidadão relevante no Rio de Janeiro, o advogado Daniel Konder Homem de Carvalho, com a medalha do Estácio de Sá.

Nada mais merecido e oportuno. Daniel é destes casos de cidadão que, sem prejuízo de sua atividade profissional, nunca deixou de servir a todos, exercendo cargos de responsabilidade no setor público, no privado, religioso e no associativo. Nunca deixou de ser advogado e professor de Direito, funções exercidas com dedicação e correção.

Tendo o espírito público no seu DNA, muito jovem emprestou seu

idealismo na direção da Rioarte, órgão que cuida da cultura em nossa cidade, numa geração que a sensibilidade de Leonel Brizola deu oportunidade em suas passagens pelo poder. Depois, foi dirigente do Detran plantando o modelo de prestação de serviços ao cidadão pelo órgão, responsável pela simplificação de documentos que levavam o cidadão à loucura, como a carteira de motorista, de identidade . Mais adiante, fez da Loterj que presidiu um instrumento de ação social relevante no Estado.

A marca da disponibilidade sem nada pedir e muito a oferecer o fizeram altamente respeitado. Desde o primeiro instante da Associação Cultural da Arquidiocese do Rio, foi braço direito de Sérgio Pereira da Silva e hoje é o vice-presidente de Marcelo Torres. Não se negou à verdadeira cruzada em momento difícil que viveu a Associação Comercial do Rio, ajudando o presidente José Antônio Nascimento Brito em meio à crise vivida pela cidade na pandemia, assumindo a presidência da entidade com exemplar sucesso.

No campo pessoal foi impecável filho e é pai presente e companheiro dos filhos , marido afetuoso. Amigo correto e solidário.

A entrega da medalha nos deixa no dilema de cumprimentar o homenageado pelo merecido reconhecimento ou ao líder da Fecomércio pela feliz iniciativa. Ambos são dignos de aplausos pelo exemplo dado a todos de lembrar que existem cidadãos com compromisso público e responsabilidade social.

CORREIO POLÍTICO

Paulo Pinto/Agência Brasil



Quem iria por o guizo no pescoço de Toffoli?

Quem freia o STF?

Foi Montesquieu quem, em 1748, no seu livro “O Espírito das Leis”, propôs a ideia do sistema de freios e contrapesos que precisariam ser acionados para manter em equilíbrio os três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Por esse mecanismo, quando um desses poderes extrapola, um outro precisa entrar em ação para que o equilíbrio se mantenha. Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro ensaiou dar um golpe de Estado e atijou seus apoiadores, o Supremo Tribunal Federal (STF), representante maior do Judiciário, acionou os seus gatilhos para interferir. O problema é que, ao agir assim, admitiu-se que por um tempo o STF extrapolasse. O problema: a ação desequilibrava também os poderes.

Judiciário é o mais forte

O Judiciário tornou-se o poder mais forte, e o Executivo o mais fraco. A eventual concessão dada ao STF para conter os arroubos autoritários extrapolou para outros casos. Os ministros do Supremo agem como se não tivessem que dar satisfação a ninguém, como última palavra que são. Com relação a eles, não há a quem recorrer. O caso que envolve o ministro Dias Toffoli e o Banco Master virou o ponto agudo dessa extrapolação.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O STF se autocontém ou outro poder será acionado?

Ministros ficaram perplexos

Talvez os freios e contrapesos precisem agora ser acionados contra o Judiciário. Mas quem freia o STF? O que apareceu contra Dias Toffoli desde a tarde de quarta-feira deixou os ministros do STF perplexos. Toffoli recebeu recursos na venda do resort Tayayá para um fundo administrado por Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vercaro, dono do Master. Em nota, Toffoli admitiu que é sócio da empresa Maridt, que vendeu o resort, antes atribuída somente a seus irmãos. Por que Toffoli nada dissera a respeito antes?

Por que não disse nada disso?

Por que Toffoli não admitiu essas relações? Por que não se declarou impedido de julgar o caso? Por que ficou tentando colocar sigilos inusitados nas provas na primeira decisão que determinava que tudo ficasse lacrado com ele? O problema de tudo isso é que há poucos mecanismos de contenção ao caso dentro do próprio STF. Era preciso uma ajuda do próprio Toffoli.

POR
RUDOLFO LAGO

Impedimento

Pelas regras, a suspeição é uma condição subjetiva, depende de interpretação. O impedimento é objetivo. É impedimento, por exemplo, se ele é parte do processo ou se tiver atuado como advogado, ou seu cônjuge ou parente direto. Com relação à suspeição, há outras hipóteses previstas.

Suspeição

Pode ser considerado suspeito se for amigo íntimo ou inimigo de uma das partes e se tiver recebido “dávivas” antes ou depois de iniciado o processo. O que Toffoli recebeu foram “dávivas”? Tem relação com o Master? Toffoli seguia achando não haver contra ele nada importante. E que tudo eram meras “ilações”.

Quem põe o guizo?

Na nota que divulgou na quarta-feira, fala que a PF pediu a declaração da sua suspeição, coisa que, segundo se apurou depois, não é dito claramente na documentação que foi entregue a Edson Fachin. Assim, se Toffoli resistisse e insistisse na relatoria, quem iria colocar o guizo no seu pescoço?

Possibilidades

Haveria duas possibilidades, pelas regras, para um pedido de suspeição que não partisse do próprio ministro. Ele ser feito por uma das partes no processo – o que não parece provável – ou ser pedido pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Mas Gonet já analisou, e negado, três pedidos de suspeição. Pode mudar de ideia?

Possibilidades

O advogado e analista político Melillo Dinis, que atua nas Cortes superiores, via três hipóteses para o STF sair do imbróglio. O primeiro seria Toffoli devolver o caso à primeira instância. O problema é que o conteúdo agora descoberto pela PF pode envolver novos nomes com foro privilegiado.

Enfrenta

Ou, na segunda hipótese, o STF enfrentaria a situação. Antes de ter de confrontar Toffoli, ele parece ter sido convencido a sair por sua própria conta. Mas ainda pode haver a terceira hipótese: o famoso sistema de freios e contrapesos de Montesquieu acionar um outro poder. Aqui, estamos falando do Legislativo.



Desfile poderá acontecer, mas será observado

TSE autoriza desfile de Lula, mas faz alerta

Eventuais abusos poderão voltar a ser julgados pela Justiça

Por Gabriela Gallo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou, por unanimidade, as ações dos partidos Novo e Missão que tentavam barrar a apresentação da escola de samba Acadêmicos de Niterói, que homenageia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em sua apresentação na Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro, no domingo (15).

Ambas as siglas acusam a Acadêmicos de Niterói de, ao escolher homenagear um candidato a Presidência em ano eleitoral, ultrapassar o caráter cultural carnavalesco e transformar o desfile em peça de promoção política, equivalente a um pedido implícito de voto. Os magistrados em plenário na quinta-feira (12) acompanharam a decisão da ministra-relatora Estela Aranha, que destacou que não é possível julgar um fato que ainda não ocorreu.

“Eventual ilícito, mesmo sob os contornos de abuso eleitoral, deve ser apurado posteriormente, de acordo com a legislação. Não se verifica, neste momento, elemento concreto de campanha eleitoral antecipada, nem circunstância que permita afirmar, de forma segura, a ocorrência de irregularidade”, declarou Estela Aranha.

Na avaliação dos ministros, como a apresentação não aconteceria, havia o risco de configurar censura prévia.

O vice-presidente da Corte, ministro Kassio Nunes Marques, ponderou que, como no presente momento do julgamento o TSE ainda não sabia como o evento iria se desencadear, não era possível “vislumbrar com convicção sequer se há algum beneficiado deste ou de outro evento que se apresentará como candidato nas eleições”.

Alerta

Apesar da negativa em primeiro momento, o TSE reiterou que o processo continua. A presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, destacou que o caso não significa que a Justiça esteja dando um “salvo-conduto a quem quer que seja”.

“É um ambiente muito propício a que haja excessos, abusos e ilícitos. A festa popular do Carnaval não pode ser uma fresta para ilícitos eleitorais”, declarou Cármen Lúcia. Ela destacou que o Ministério Público já foi acionado e deve se manifestar sobre a situação.

Com base nisso, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social do governo (Secom), Sidônio Palmeira, proibiu os ministros do primeiro escalão do governo a participarem do desfile ou subir em qualquer carro alegórico. Eles estão autorizados a acompanhar os festejos no camarote, mas a proposta é tentar não vincular uma imagem de propaganda política ao desfile.

Sob suspeição, Toffoli deixa relatoria do caso Master

Menções ao ministro em celulares apreendidos geraram crise no STF

Por Beatriz Matos e Rudolfo Lago

Depois de uma reunião fechada entre os 10 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Dias Toffoli resolveu deixar a relatoria das investigações do caso Master.

A situação de Toffoli agravou-se agravou-se após a Polícia Federal (PF) enviar ao presidente da Corte, Edson Fachin, dados que levavam a um entendimento de suspeição do magistrado na relatoria do inquérito que apura fraudes ligadas ao Banco Master, liquidado pelo Banco Central do Brasil (BC).

As informações extraídas de celulares apreendidos e outros documentos foram encaminhadas depois de a PF informar que encontrou menção ao nome de Toffoli em mensagem extraída do celular do banqueiro Daniel Vorcaro, investigado no caso.

Após ser informado, Fachin abriu procedimento interno e determinou a notificação de Toffoli para apresentar defesa; caberá ao presidente decidir se o ministro continua como relator. Logo em seguida, apresentou aos demais ministros os achados da PF em uma reunião fechada.

Chegou-se, então, a uma solução salomônica. Toffoli tomou a decisão de sair por conta própria e os demais ministros, por unanimidade, divulgaram uma nota em solidariedade a ele. “Os dez ministros do Supremo Tribunal Federal (...) declaram não ser caso de cabimento para a arquição de suspeição”, diz a nota. “Reconhecem, assim, a plena validade dos atos praticados pelo Ministro Dias Toffoli na relatoria da Reclamação n. 88.121 e de todos os processos a ela vinculados por dependência”, continuam. E concluem: “Expressam, neste ato, apoio pessoal ao Exmo. Min. Dias Toffoli, respeitando a dignidade de Sua Excelência, bem como a inexistência de suspeição ou de impedimento”.

Em seguida, a nota comunica a renúncia de Toffoli do caso e a redistribuição do processo. De acordo com um advogado com atuação na Suprema Corte ouvido pelo Correio da Manhã, a solução tinha o condão de não abrir um precedente. O STF nunca aceitou uma arguição de suspeição, deixando sempre tais entendimentos ao próprio ministro envolvido. A situação abriria um precedente que os ministros não quiseram aceitar.

A crise ganhou novo combustível porque as menções mencionam pagamento de dinheiro a Toffoli, relacionado à venda do resort Tayayá, no Paraná, a um fundo administrado pelo cunhado de Vorcaro, Fabiano Zettel. E a fogueira aumentou depois que Toffoli, em nota, de fato admitiu que integra o quadro societário da Maridt, empresa familiar que, segundo a própria defesa, participou do grupo Tayayá Ribeirão Claro e realizou operações de venda de cotas a fundos e holdings. Os valores mencio-



Corte se dividia em três sobre o que fazer com Dias Toffoli

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

“Os dez ministros do Supremo Tribunal Federal (...) expressam, neste ato, apoio pessoal ao Exmo. Min. Dias Toffoli”

Nota dos ministros do STF

nados se refeririam ao negócio, segundo o próprio Toffoli.

O episódio ampliou o constrangimento institucional: nos bastidores. Ministros comentam que o relator deveria ter comunicado previamente a relação e, diante do contexto, avaliar impedimento para seguir à frente do inquérito.

Racha interno

Antes da decisão de Toffoli, o STF se dividiu em três alas. A primeira defendia que Toffoli se afastasse voluntariamente para se preservar e preservar a Corte. Nesse grupo, o relatório da PF é tratado como “o limite do limite” para a continuidade do relator no comando de uma apuração.

A segunda ala entendia que o tribunal “não pode ceder a pressões externas, de quem quer que seja”, e sustentava que Toffoli deveria permanecer até a entrega do relatório final da PF, prevista para março.

Já o terceiro grupo considerava que caberia a Fachin “buscar uma saída institucional”, ouvindo Toffoli, consultando os demais ministros e construindo uma decisão de maioria. O temor, nesse caso, era que uma medida unilateral do presidente, sem pactuação com os colegas, aprofundasse o racha.

Defesa

No relatório, a Polícia Federal não pede claramente a suspeição. Mas o próprio Toffoli mencionou a possibilidade em nota divulgada na noite de quarta-feira (11).

No texto, o gabinete afirma que o pedido da PF “trata de ilações” e sustenta que



Situação desafiava o comando de Edson Fachin

a instituição “não tem legitimidade para o pedido, por não ser parte no processo, nos termos do artigo 145, do Código de Processo Civil”.

“Quanto ao conteúdo do pedido, a resposta será apresentada pelo Ministro ao Presidente da Corte”, acrescentou.

No dia seguinte, Dias Toffoli divulgou uma segunda nota para detalhar a estrutura da empresa Maridt e rebater a leitura de conflito de interesses.

Na nota, o ministro detalhou a Maridt como “empresa familiar, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado”, registrada e com declarações anuais à Receita Federal do Brasil. Em defesa, a nota divulgada pelo gabinete do ministro argumentou que a legislação permite que magistrados sejam sócios e recebam dividendos, desde que não exerçam função de gestão. “O magistrado pode integrar o quadro societário de empresas e dela receber dividendos, sendo-lhe apenas vedado praticar atos de gestão na qualidade de administrador”, diz a nota.

O texto também afirma que a participação da empresa no grupo ligado ao resort Tayayá foi encerrada antes de o caso do Banco Master chegar ao gabinete do magistrado. Segundo a defesa, houve “a

primeira venda de cotas ao Fundo Arllen, em 27 de setembro de 2021, e a segunda a alienação do saldo remanescente à empresa PHD Holding, em 21 de fevereiro de 2025”, data em que a saída teria sido concluída.

A nota sustenta ainda que “a ação referente à compra do Banco Master pelo BRB foi distribuída ao Ministro Dias Toffoli no dia 28 de novembro de 2025”, ou seja, meses após o encerramento formal da participação societária.

Pressão política

Na avaliação de quem acompanha a Suprema Corte, os ministros avaliam que o afastamento de Toffoli, adicionado ao fato de o país viver nos próximos dias o feriado de Carnaval, poderiam ajudar a diminuir a temperatura da crise.

Há, porém, a possibilidade disso não acontecer, porque processos políticos contra Toffoli a essa altura acontecerão. O deputado federal Bibo Nunes (PL-RS) protocolou um pedido de impeachment contra Toffoli, citando indícios de conflito de interesses e o relatório da PF. “Chega, é momento de impeachment de Toffoli. Não tem outra saída. O Brasil precisa de moralidade e não aguenta mais tanta vergonha”, afirmou.

Também, o senador Eduardo Girão (Novo-CE) e o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) protocolaram pedido de impeachment contra o ministro. Girão e o senador Magno Malta (PL-ES) apresentaram aditamento ao pedido que haviam protocolado com Damares Alves (Republicanos-DF) em 14 de janeiro, incorporando a nova descoberta apontada pela PF.

Em paralelo, a deputada federal Heloisa Helena (Rede-RJ) levou à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma representação também pedindo a suspeição de Toffoli. Agora, voltou a defender a substituição imediata do relator: “Há mais de 15 dias pedimos que o relator do caso fosse substituído na mais alta Corte do país, para que não pairasse qualquer dúvida sobre a lisura do processo”.

Nó jurídico

Sustentar a permanência de Dias Toffoli na relatoria do caso Master transformou-se em um verdadeiro teste constitucional dentro do STF. A discussão deixou de ser apenas política ou institucional e passou a girar em torno de conceitos técnicos centrais do Direito: impedimento e suspeição.

Para o advogado criminalista Guilherme Gama, a situação ultrapassa o campo da aparência e alcança o núcleo da imparcialidade judicial. Segundo ele, o quadro “cria um cenário de grave conflito de interesses que se amolda às figuras do impedimento e da suspeição”.

O especialista Guilherme Gama explica que, no ordenamento jurídico brasileiro, o impedimento tem natureza objetiva — ou seja, não depende de intenção — e ocorre quando há vínculo que comprometa a neutralidade do julgador.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Antonio Augusto/STF



Medidas tomadas por Fachin complicam Toffoli

Apuração da PF aumenta pressão no STF e Congresso

As investigações da Polícia Federal que mencionam o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, geraram pressão não apenas na corte, mas no Congresso. Na avaliação de parlamentares do governo e da oposição, não será tão simples para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), adiar indefinidamente a convocação de uma sessão do Congresso Nacional que, na prática, definiria a abertura de uma CPI sobre o Master. No início do mês, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) protocolou pedido de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Alcolumbre ainda não fez qualquer movimento, mas o preço de ficar sentado sobre o caso aumentou.

Na mira

Alcolumbre conta, porém, com a solidariedade de outros políticos, de diferentes partidos, sobre os quais respingam suspeitas relacionadas ao Master. O próprio presidente do Senado teve atuação importante na indicação do presidente do Amprev (fundo de previdência dos servidores do Amapá), que aplicou R\$ 400 milhões em papéis do Banco Master. Seria difícil Alcolumbre escapar ileso da CPI.

Lula Marques/Agência Brasil



Alcolumbre procura adiar criação de CPI

Sessão necessária

Líder da Oposição no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ) avalia que será difícil não haver convocação de sessão do Congresso — este tipo de reunião é necessário até para que o governo proponha mudanças no orçamento. A oposição também depende da sessão para tentar derubar o veto do presidente Lula ao projeto que facilita a vida dos condenados por tentativa de golpe de Estado. O regimento do Congresso facilita a criação de CPIs na Câmara ou no Senado.

Impeachment na pauta

O senador ressalta, porém, que as revelações da Polícia Federal sobre Toffoli aumentam as chances de apresentação, no Senado, de um pedido de impeachment do ministro do STF. Segundo ele, há, até agora, 20 assinaturas. Ele prevê que não será difícil obter mais 21 apoios, o que caracterizaria a concordância de mais da metade dos 81 senadores.

Jogo jogado

Para Portinho, a situação de Toffoli é complicada para o próprio STF, já que mancha os demais integrantes da corte. Ele ressalta que, revelar ser sócio da empresa que era dona do resort no interior do Paraná, o ministro admitiu convivência com a existência de um cassino no estabelecimento.

Na fogueira

Ao convocar uma reunião de ministros do STF para ontem e ao enviar o relatório da PF para a Procuradoria-Geral da República, o presidente da corte, Edson Fachin, mostrou que não blefou ao dizer que não iria cruzar os braços no caso. Como diria Lula, nunca antes a situação de um membro do STF foi tão delicada.

Bastidores

O Carnaval no Sambódromo promete ser tão quente nos bastidores quanto na pista. O caso Master vai desfilar pelos bastidores: Alcolumbre confirmou presença no camarote do governador do Estado do Rio, Cláudio Castro (PL). O fundo de previdência fluminense botou quase R\$ 1 bilhão no banco.

Olho na pista

A decisão do Tribunal Superior Eleitoral de não tomar qualquer medida contra o desfile da Acadêmicos de Niterói, que homenageará Lula, deixou petistas com um carro alegórico atrás da orelha. Os ministros disseram que não é possível punir fato que ainda não ocorreu, mas deixaram claro que ficarão atentos ao que se passar por lá.

O 13 da discórdia

O problema todo é impedir, em meio a um desfile de escola de samba, que haja manifestações que possam ser classificadas como campanha eleitoral antecipada e ilegal. Não dá para garantir que não haverá pedidos explícitos para que, em outubro, o eleitor aperte o 13 (o número é citado no samba enredo).

Xandões da vez

Um detalhe tem sido ressaltado por aqueles integrantes do governo que preferem ver Lula e Janja, sua mulher, longe do Sambódromo. A partir de junho, o TSE será comandado por dois ministros indicados por Jair Bolsonaro: o presidente será Kassio Nunes Marques e o vice, André Mendonça.



Expectativa é que decisão sobre extradição não demore

Extradição de Carla Zambelli próxima

Corte de Apelação italiana finalizou fase de audiência

Por Gabriela Gallo

A Corte de Apelação de Roma, na Itália, deve divulgar a sentença para a extradição, ou não, da ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) para o Brasil nos próximos dias. Na quinta-feira (12), a Corte italiana finalizou a fase de audiência do julgamento de extradição da ex-parlamentar brasileira. Ainda não foi divulgado o resultado oficial da Corte.

Foram dois dias de julgamento, que ocorreram a portas fechadas. Prestaram depoimento um representante da Advocacia-Geral da União (AGU) e um advogado de defesa da acusada. Ao receber a decisão da Corte, a defesa de Zambelli poderá recorrer para a Corte de Cassação, última instância da Justiça italiana, em até 15 dias. Apesar da análise do mérito ter sido concluída, a Corte pode solicitar mais documentos para embasar a decisão final.

Após a decisão da Corte de Cassação, a palavra final ficará a cargo do Ministério da Justiça italiano. Os advogados da ex-parlamentar devem reforçar a narrativa de que Zambelli não estará segura caso seja transferida para cumprir pena na Penitenciária da Colmeia, no Distrito Federal.

Antes do início oficial do julgamento, que fora adiado três vezes, a defesa da detenta brasileira entrou com um pedido que solicitava a troca dos juízes envolvidos no julgamento, alegando

que estes não tinham condições de garantir um julgamento imparcial. O pedido foi negado no dia 10 de fevereiro, pela 1ª Seção Penal da Corte de Apelação, sessão que foi majoritariamente feminina.

Condenações

Carla Zambelli está presa desde julho de 2025 na Penitenciária Feminina de Rebibbia, em Roma. Ela foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por dois processos judiciais contra ela, que somam quinze anos de prisão.

O primeiro se refere a ela ter sido a mandante da invasão do sistema interno do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela contratou os serviços do hacker Walter Delgatti Neto, conhecido como o “hacker de Araraquara” para invadir o sistema do CNJ e emitir um mandado de prisão falso contra o ministro só STF Alexandre de Moraes, que estaria assinado pelo próprio. Ambos foram condenados pelos crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica, ela a dez anos de pena e Delgatti Neto a oito anos de detenção.

Após a condenação do STF, ela fugiu para a Itália. Inicialmente, Zambelli disse que tinha ido realizar tratamentos de saúde, mas depois confirmou que a intenção era se proteger da condenação vinda da Justiça brasileira, acreditando que a dupla cidadania italiana iria lhe dar garantias.

CORREIO ECONÔMICO

POR
MARTHA IMENES

CNA/Wenderson Araujo/Trilux



Projeção consta do 5º Levantamento da Safra de Grãos

Conab estima produção de grãos recorde na próxima safra

A produção de grãos no Brasil tem previsão de alcançar 353,4 milhões de toneladas na safra 2025/26, resultado que, se confirmado, será novamente recorde, com “ligeiro crescimento” de 0,3% na comparação com o ciclo 2024/25.

A projeção consta do 5º Levantamento da Safra de Grãos, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e leva em consideração o início da colheita das culturas de primeira safra.

De acordo com a companhia, a área plantada deve chegar a 83,3 milhões de hectares, resultado 1,9% maior do que o registrado no ciclo anterior. Esse percentual corresponde a um aumento de 1,5 milhão de hectares.

Alta de 6,5 milhões de toneladas

O levantamento projeta uma safra recorde de 178 milhões de toneladas de soja – aumento de 6,5 milhões de toneladas em comparação ao ciclo passado. Segundo a companhia, o bom resultado se deve às condições climáticas nas principais regiões produtoras. A colheita da oleaginosa já foi iniciada na maioria dos estados e atinge 17,4% da área, percentual superior em relação ao mesmo período do ano passado e pouco abaixo da média dos últimos cinco anos.

Paulo Pinto/ Agência Brasil



Movimento em aeroportos está em alta

Atividades turísticas crescem 4,6%

O Brasil terminou 2025 no maior nível de atividade turística em 14 anos. O Índice de Atividades Turísticas (Iatur) fechou o ano com alta de 4,6% em relação a 2024. Com esse desempenho, o setor atingiu o patamar mais alto da série histórica, em dezembro de 2024. O dado faz parte da Pesquisa Mensal de Serviços divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Iatur reúne 22 das 166 atividades de serviços investigadas na pesquisa e que são ligadas à atividade turística, como hotéis, agências de viagens, bufês e transporte aéreo de passageiros.

Acima do patamar pré-pandemia

O desempenho de dezembro de 2025 coloca as atividades turísticas 13,8% acima do patamar pré-pandemia da covid-19, em fevereiro de 2020, quando a economia começou a enfrentar restrições sanitárias e comerciais. O índice é calculado desde 2011. O do ano passado foi o quinto seguido com expansão nas atividades turísticas. A retração de mais de 30% em 2020 é explicada pela pandemia.

Leilão dos Correios

Os Correios iniciaram nesta quinta-feira (12) o primeiro leilão de imóveis próprios. A oferta inicial abrange 21 imóveis para venda imediata, localizados em 11 estados: Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Unidades

Os leilões de imóveis classificados como ociosos pela empresa integram a primeira etapa do plano de reestruturação financeira dos Correios. Em nota, a estatal esclareceu que as vendas dos imóveis ociosos “não trazem qualquer impacto à prestação de serviços à população.” A empresa tem 10,3 mil unidades.

Distribuição

Os Correios têm ainda 1,1 mil unidades de distribuição e tratamento, que são os centros logísticos onde as encomendas e cartas são processadas após a postagem e antes da entrega final. A estimativa da direção da estatal é de que os leilões reduzam os custos de manutenção dos imóveis e arrecadem até R\$ 1,5 bilhão.

Patrimônio

Os Correios selecionaram terrenos, prédios administrativos, antigos complexos operacionais, galpões, lojas e apartamentos funcionais para os leilões públicos. O déficit estrutural dos Correios é superior a R\$ 4 bilhões anuais, patrimônio líquido negativo de R\$ 10,4 bilhões e prejuízo acumulado de R\$ 6,057 bilhões até setembro de 2025.

100% digital

Os leilões são 100% digitais e estão abertos a pessoas físicas e jurídicas. Os pregões vão ocorrer às 14h do dia 26 de fevereiro, no horário de Brasília. Os lances iniciais dos imóveis leiloados variam de R\$ 19 mil a R\$ 11 milhões, o que deve permitir o acesso de investidores de diferentes perfis, dizem os Correios.

Informações

Os leilões serão realizados sob a modalidade de lances sucessivos. Isso significa que, caso não haja lances pelo valor inicial, o preço será reduzido imediatamente durante o evento. Para mais informações, o horário de atendimento pode ser feito pelo WhatsApp (11 3777-5942) e por e-mail: comercial@leilaovip.com.br.

Reprodução



Novonor é dona de 50,1% das ações com poder de voto

Petrobras abre mão do controle da Braskem

Novonor vai vender controle para fundo de investimento

Da redação

A Petrobras não vai exercer o direito de preferência para assumir a integralidade do controle da companhia petroquímica Braskem, a sexta maior do mundo, e a controladora, a Novonor (antiga Odebrecht), está em recuperação judicial condição em que uma empresa tenta, com aval da Justiça, renegociar dívidas para evitar falência.

Dona de 50,1% das ações da Braskem com poder de voto, a Novonor já anunciou que quer vender a empresa, que enfrenta uma crise financeira por causa do mercado petroquímico em baixa internacionalmente.

Em dezembro, a Novonor comunicou que fez um acordo de exclusividade com um fundo de investimentos que assumirá as dívidas da companhia em troca de receber as ações que estão com a antiga Odebrecht, ou seja, se tornando controlador da Braskem.

O fundo de investimento se chama Shine e é assessorado pela IG4 Capital, especializada em recuperação de empresas e dificuldade.

Nem compra nem venda

O acordo de acionistas permite que a Petrobras, dona de 47% das ações votantes, possa exercer o chamado direito de preferência, isto é, poderia optar e ter prioridade para ser a compradora

das ações detidas pela Novonor.

Outro direito da estatal era o tag along, prerrogativa no mundo dos negócios que permite vender a parte da estatal ao novo entrante.

Em comunicado enviado a investidores, a Petrobras informou que abriu mão dos dois direitos, não vai aumentar nem vender a participação na Braskem, continuando sócia, mas sem controle.

De acordo com o comunicado, a decisão foi tomada na quarta-feira (11) em reunião do conselho de administração da estatal.

Nos últimos meses, a diretoria da Petrobras tinha feito elogios públicos ao potencial da Braskem.

Sócia e fornecedora

Além de sócia, a Petrobras é fornecedora da Braskem. Em dezembro, a estatal renovou contratos de venda de matéria-prima que superam R\$ 90 bilhões, na contação atual do dólar. Os acordos são de longo prazo, com validade de até 11 anos.

A Braskem possui unidades industriais nos Estados Unidos, Alemanha e México, além de no Brasil.

A companhia tem 8 mil funcionários e clientes em mais de 70 países. A companhia foi criada em agosto de 2002 pela integração de seis empresas da Organização Odebrecht e do Grupo Mariani.

Com informações da Agência Brasil

Setor de serviços fecha 2025 em alta de 2,8%, aponta IBGE

Principal contribuição para o resultado do ano passado partiu de portais e serviços de internet

Por Martha Imenes

O setor de serviços encerrou 2025 com crescimento de 2,8%, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado marca o quinto ano consecutivo de expansão, mesmo com o recuo de 0,4% registrado na passagem de novembro para dezembro.

Com o desempenho do último mês, o setor ficou 0,4% abaixo do maior nível já alcançado, em novembro de 2025, mas permanece 19,6% acima do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

A média móvel trimestral, que indica a tendência mais recente, apresentou variação nula na comparação com o trimestre encerrado em novembro. Ao longo

de 2025, apenas janeiro (-0,3%) e dezembro registraram retração, enquanto os demais meses tiveram resultados positivos.

No acumulado desde 2020, o setor registra expansão de 31%. Os destaques positivos foram tecnologia da informação (84,4%), serviços técnico-profissionais (59,8%) e transporte terrestre (43,5%).

Desempenho por atividade

Das cinco grandes áreas pesquisadas, quatro terminaram 2025 em alta:

- Informação e comunicação: 5,5%
- Serviços profissionais, administrativos e complementares: 2,6%
- Transportes, auxiliares e correio: 2,3%
- Outros serviços: -0,5%



No período, os destaques positivos ficam com os serviços de tecnologia da informação (84,4%)

Maiores influências

Entre os 166 segmentos analisados, 53,6% registraram crescimento. As maiores influências vieram de portais e provedores de conteúdo na internet, transporte aéreo de passageiros, rodoviário de carga, publicidade e desenvolvimento de softwares.

Para o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, o resultado negativo em dezembro, não indica necessariamente uma mudança de tendência do setor.

“Não dá para inferir que há inversão de trajetória. Temos os serviços operando em grande força”, diz.

Análise

Sara Paixão, analista de Macroeconomia da InvestSmart XP, ao analisar os dados do setor de serviços, avalia que “o maior im-

pacto de queda foi novamente do setor de transportes”.

“Apesar da desaceleração durante o último trimestre do ano, a receita real de serviços cresceu 2,8% em 2025”, diz a analista.

De acordo com ela, para este ano, a expectativa é de que o setor mantenha um crescimento robusto, principalmente pelo impacto esperado da isenção no Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil.

“Após o resultado as curvas de juros se mantêm mistas, mostrando que o resultado não deve ter impacto significativo na próxima reunião do Copom. A curva continua precisando um corte inicial de 0,5 pontos percentuais em março”, finaliza.

Resiliência

O economista, Luiz Otávio Leal, economista da G5 Partners,

avalia que os números vieram abaixo da projeção e da expectativa do mercado.

“O fato de o setor de serviços ter crescido 2,8% em 2025, mesmo após emplacar uma elevação de 3,1% em 2024, demonstra como a economia brasileira seguiu resiliente ao longo do ano passado. Essa dinâmica deriva de fatores conjunturais e estruturais”, explica o economista.

Por exemplo, explica Leal, a safra recorde de 2025, por exemplo, contribuiu para a sustentação dos ‘serviços de transporte’, que acumularam um crescimento de 2,3% no ano passado. Por outro lado, o processo estrutural de digitalização da economia tem impulsionado a atividade de ‘serviços de informação e comunicação’, que, mesmo após crescer 6,4% em 2024, subiu 5,5% no ano passado.

Banco do Brasil tem lucro de R\$ 20,68 bi

O Banco do Brasil teve lucro líquido ajustado de R\$ 20,685 bilhões em 2025, queda de 45,4% em relação ao ano anterior, segundo balanço divulgado pela instituição. As novas regras contábeis e aumento da inadimplência pressionaram o resultado.

De outubro a dezembro, o BB lucrou R\$ 5,742 bilhões, recuo de 47,2% em relação ao último trimestre de 2024. Em relação ao terceiro trimestre, no entanto, o lucro subiu 51,7%.

Em nota, o BB destacou que a geração de receitas está aumentando, apesar das pressões provocadas pela inadimplência. Segundo o banco, as receitas financeiras com crédito a pessoas físicas e com o Programa Crédito do Trabalhador, que unifica a contratação de crédito consignado de trabalhadores de empresas privadas, têm ajudado o banco.

“Foram desembolsados R\$ 13 bilhões no crédito do trabalhador, uma demonstração que reafirma nossa expectativa declarada de que iríamos crescer em linhas com melhor retorno ajustado ao risco”,

ressaltou a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros.

Resolução

Em janeiro do ano passado, entrou em vigor uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que alterou a contabilidade das instituições financeiras e interferiu no resultado. Aprovadas em 2021, as novas regras só entraram em vigor em 2025.

A resolução muda o modelo de provisões (reservas financeiras para cobrir possíveis calotes) para perda esperada, feita com base em estimativas. Isso afetou a maneira como algumas despesas e receitas são reconhecidas, fazendo com que o banco deixasse de reconhecer R\$ 1 bilhão em receitas de crédito.

Inadimplência

O índice de inadimplência, que considera atrasos de mais de 90 dias, subiu de 3,16% em dezembro de 2024 para 5,17% no fim de 2025. O resultado é influenciado principalmente pelo agronegócio, segmento onde o banco lidera na concessão de crédito, e na linha de cartões de



BB destacou o aumento na geração de receitas

crédito.

A inadimplência da carteira de crédito do agronegócio encerrou o ano passado em 6,09%, aumento de 1,25 ponto percentual no último trimestre de 2025.

A inadimplência da carteira de pessoas físicas encerrou o período em 6,56%, elevação de 0,55 ponto percentual.

Mesmo com o aumento dos juros, o BB emprestou mais em 2025, puxado principalmente pelo crédito às pessoas físicas. A carteira de crédito ampliada encerrou o ano passado em R\$ 1,296 trilhão, alta de

1,4% no último trimestre e de 2,5% no ano.

Na distribuição por segmentos de crédito, os resultados foram os seguintes:

■ **Pessoa Física:** R\$ 356,96 bilhões no fim de dezembro, alta de 1,8% no trimestre e de 7,6% em um ano, com destaque para a nova modalidade de crédito consignado para CLT, destinado a trabalhadores da iniciativa privada, com R\$ 14,3 bilhões emprestados.

■ **Pessoa Jurídica:** R\$ 455,15 bilhões, alta de 0,5% no trimestre e de 0,6% em um ano. A carteira

para grandes empresas totalizou R\$ 260,4 bilhões, com alta de 4,3% em 12 meses, enquanto a carteira para micro, pequenas e médias empresas somou R\$ 115,2 bilhões, recuo de 7,9% no ano passado.

■ **Agronegócios:** R\$ 406,13 bilhões, alta de 1,8% no trimestre e de 2,1% em um ano. Nos seis meses do Plano Safra 2025/2026, o Banco do Brasil R\$ 103,9 bilhões em crédito ao agronegócio, além de R\$ 12,3 bilhões em linhas para a cadeia de valor do agro.

■ **Carteira de Crédito Sustentável:** R\$ 415,1 bilhões, financiando atividades que geram impactos sociais e ambientais positivos, com alta de 7,3% em 12 meses. Essa carteira corresponde a 32% do crédito total do banco.

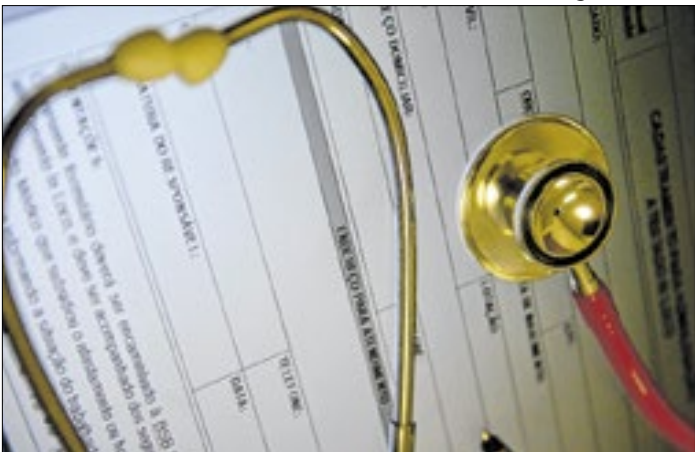
Receitas e despesas

As receitas de prestação de serviços somaram R\$ 34,813 bi em 2025. Segundo o BB, a queda foi amenizada pelo crescimento nas receitas com linhas de administração de fundos (13,5%), taxas de administração de consórcios (19,3%) e mercado de capitais (7,9%).

CORREIO DO APOSENTADO

POR MARTHA IMENES

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Plano queria correção de 11%, mas fechou em 6,06%

Plano de saúde vai subir menos que o solicitado

O Biovida Saúde, plano de saúde do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), terá um reajuste de 6,06% a partir deste mês. O percentual foi definido depois de negociação do diretor de Saúde da entidade, Luiz Alberto Catanoso, com a empresa. “Recebemos uma proposta de correção de 11%, mas achamos elevada e iniciamos conversas para a taxa fosse menor.”

Diferente dos planos individuais e familiares, que têm teto de reajuste regulado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), como lembra Catanoso, “os planos coletivos por adesão, como é o caso da Biovida, permitem que os percentuais sejam definidos por negociação direta entre a operadora e a entidade contratante”.

Aumento pode variar

“Na prática, isso significa que os aumentos podem variar de acordo com fatores como uso do plano (sinistralidade), custos médico-hospitalares e equilíbrio financeiro do contrato”, explica o diretor do Sindnapi.

“Mas como temos essa parceria desde 2016, conseguimos negociar a mesma correção que a ANS concedeu para os planos particulares”, afirma Catanoso, que complementa: “E isso vem ocorrendo nos últimos anos”.

Divulgação

Faixa Etária	Bio.Vida Enfermaria	Bio.Vida Apartamento
0 a 18	R\$139,97	R\$169,73
19 a 28	R\$174,95	R\$226,76
29 a 33	R\$204,13	R\$277,70
34 a 38	R\$220,48	R\$293,55
39 a 43	R\$253,48	R\$322,71
44 a 48	R\$329,59	R\$420,86
49 a 53	R\$428,38	R\$432,56
54 a 58	R\$514,09	R\$619,65
59 em diante	R\$771,17	R\$1.018,16

Tabela de preços do Biovida Saúde

Enfermaria ou apartamento

A nova tabela oferece valores mais atrativos. “Há duas opções: o Biovida Enfermaria, com valores que vão de R\$ 139,97 para a faixa de 0 a 18 anos, até R\$ 771,17, para os associados acima de 59 anos. Já o Biovida Apartamento passa a ter valores de R\$ 169,73 (de 0 a 18 anos) até R\$ 1.018,16 (acima de 59 anos)”, explica o diretor. O Biovida Saúde, diz o Sindnapi, tem valores reduzidos em relação a planos tradicionais do mercado, principalmente aos idosos, que costuma enfrentar mensalidades mais altas e dificuldades para contratação individual.

Correção anual menor

“Sabemos, muito bem, que para aposentados qualquer alteração no valor pesa no orçamento. Como a renda é fixa, qualquer reajuste acima da inflação impacta bastante. Por isso o Sindnapi faz todo esforço para garantir uma correção menor que a pedida pelo plano. Mesmo assim, lamentamos que seja acima do reajuste das aposentadorias. Mas é o que foi possível”, analisa Catanoso.

Rede de proteção

O Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi) anunciou uma parceria com a Mapfre, grupo segurador de origem espanhola e referência mundial no setor. O acordo busca fortalecer a rede de proteção social oferecida aos associados, com foco em segurança, saúde e bem-estar.

5 mil unidades

A espanhola Mapfre atua em seguros, resseguros, assistência e serviços financeiros. Com mais de 5 mil escritórios espalhados pelo mundo e dezenas de milhares de colaboradores, a companhia consolida sua presença global e amplia sua atuação no Brasil por meio da parceria com o Sindnapi.

Benefícios

Entre os benefícios disponibilizados aos associados estão serviços como Assistência Funeral para o casal, Atendimento Odontológico de Emergência, Telemedicina e Consultas on-line com especialistas. Pelo site da entidade, na Área do Associado, é possível agendar gratuitamente consultas virtuais.

Carência

O sindicato dos aposentados destaca que alguns serviços da seguradora possuem período de carência para novos associados. Como por exemplo, a assistência funeral, que passa a valer após 60 dias de adesão, enquanto a telemedicina exige 30 dias. A medida, segundo o Sindnapi, assegura a sustentabilidade e a organização do atendimento.

Soluções

“Com a iniciativa, o sindicato reforça seu compromisso em oferecer soluções práticas e acolhedoras, voltadas especialmente para aposentados, pensionistas e idosos, ampliando a rede de apoio e cuidado contínuo com a saúde geral estará disponível após 60 dias de adesão, enquanto a telemedicina exige 30 dias”.

Vacinação

Os postos de saúde realizam vacinação voltada para a população idosa. A ação oferece doses contra gripe (influenza), covid-19 e outras vacinas previstas no calendário nacional, com o objetivo de reforçar a proteção desse público, considerado mais vulnerável às complicações respiratórias. Consulte os postos da sua região.



Plataforma Meu INSS está disponível no site e no aplicativo

Veja como funcionará o INSS no Carnaval

Alternativa para usuários é acessar a plataforma Meu INSS

Por Martha Imenes

O Carnaval vai afetar o atendimento presencial nas Agências da Previdência Social e, consequentemente, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As agências estarão fechadas de segunda-feira (16) a terça-feira (17). O atendimento será retomado às 14h da Quarta-feira de Cinzas (18), exclusivamente para segurados com perícia médica ou avaliação social previamente agendadas. A partir de quinta-feira (19), as agências voltam a funcionar normalmente.

A alternativa para segurados e beneficiários que precisem de informação ou serviço previdenciário é acessar a Central Telefônica 135, que funcionará normalmente durante o período de Carnaval, das 7h às 22h, exceto no domingo, quando o atendimento é exclusivamente eletrônico, ou pelo Meu INSS, que funciona 24 horas por dia.

Na plataforma o segurado pode resolver questões sem precisar ir a uma agência. Entre os serviços mais comuns estão:

Consulta de benefícios

- Extrato de pagamento de benefícios.
- Carta de concessão.
- Histórico de créditos.

Solicitação de benefícios

- Aposentadorias (por idade, tempo de contribuição, especial).

- Auxílios (doença, acidente, reclusão).
- Pensão por morte.
- Salário-maternidade.

Simuladores e cálculos

- Simulador de aposentadoria (tempo de contribuição e idade).
- Cálculo de tempo de contribuição.

Serviços de atualização

- Alteração de dados cadastrais.
- Atualização de vínculos e remunerações.
- Inclusão de dependentes.

Documentos e comprovantes

- Extrato para Imposto de Renda.
- Extrato de empréstimos consignados.
- Declaração de benefício não recebido.

Agendamentos e acompanhamentos

- Agendamento de perícia médica.
- Acompanhamento de requerimentos.
- Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

Vantagens

- Acesso 24h: por site ou aplicativo.
- Redução de filas: evita deslocamentos às agências.
- Centralização: serviços previdenciários em um só lugar.

Decreto quer tirar analistas (justo) da análise de pedidos

Responsáveis por 10,12% da fila, 4.292 servidores podem deixar de checar processos

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Martha Imenes

A fila de requerimentos em análise no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode ultrapassar - e muito - a marca de 3 milhões. Em novembro, o estoque já somava 2,9 milhões de pedidos pendentes, segundo o Portal de Transparência Previdenciária. Se levados em conta os dados do Boletim Estatístico da Previdência Social (Beps) de dezembro, esse número passou de 3 milhões de requerimentos. E a tendência é de crescimento diante de uma proposta em estudo pelo governo federal que retira os analistas do seguro social justamente da análise de processos.

Uma minuta de decreto presidencial, à qual o Correio da Manhã teve acesso, prevê que apenas os técnicos do seguro social fiquem responsáveis por atividades como reconhecimento de direitos, apuração de irregularidades e operacionalização cadastral. A medida, segundo áreas internas da autarquia, ignora alertas sobre risco de colapso no atendimento.

Dados da Coordenação-Geral de Gestão das Centrais de Análise (CGCEA) mostram que 4.292 analistas respondem por mais de 10% da produção líquida das centrais. Com a exclusão desses servidores, aproximadamente



INSS tem hoje cerca de 4 mil analistas do seguro social, que respondem por 10,12% da fila

60 mil processos deixariam de ser analisados mensalmente. O INSS conta hoje com cerca de 19 mil funcionários.

A Auditoria-Geral da autarquia previdenciária classifica a perda de força de trabalho como um risco sem precedentes, explica a Associação Nacional de Analistas do Seguro Social (Anaseg), especialmente em um cenário em que a fila de perícias médicas já supera 1,2 milhão de pendências e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos com mais de

65 anos e pessoas com deficiência desde que ambos comprovem baixa renda, acumulam mais de 632 mil requerimentos.

Origem da proposta

A mudança decorre da Cláusula Quinta do Termo de Acordo de Greve nº 37/2024, firmado com entidades representativas dos servidores. O objetivo, segundo a associação, é blindar o cargo de técnico contra um suposto risco de extinção, garantindo aos técnicos

a exclusividade na atividade-fim do INSS.

O ingresso no cargo de técnico exige nível médio, enquanto o de analista requer formação superior. A Anaseg alerta que 45% do quadro ativo de analistas ficaria em um "limbo funcional", atuando apenas em caráter excepcional e transitório, sujeito a renovação anual.

Áreas técnicas do INSS também criticam a minuta. Uma delas afirma que a microespecificação de tarefas engessa a instituição; outra destaca que não

há precedentes na administração pública federal para a centralização de funções em cargos de nível intermediário, excluindo servidores de nível superior.

Os nomes das áreas técnicas foram preservados para evitar possível retaliação. "Não podemos expressar o que pensamos e muito menos apontar o que avaliamos como equívoco. A atual gestão não leva em conta nossas avaliações como servidores de carreira do INSS e pessoas que lidam no dia a dia com reconhecimento de direitos", diz uma fonte.

Suspeita de ajuste

Além das questões administrativas, a Anaseg levanta suspeitas de que a medida (retirada de mais de 4 mil analistas da análise de requerimentos) possa ser usada como ferramenta de ajuste fiscal para o governo. Ao reduzir a velocidade das concessões, o governo diminuiria o gasto previdenciário imediato.

Fontes da associação afirmam que manter a fila represada em ano eleitoral pode servir para conter artificialmente o déficit do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS).

Em 2023, dados apontavam que um em cada seis benefícios era concedido por via judicial, e a judicialização já consumia 15% do orçamento do fundo.

Fila nacional não prioriza casos graves

Agência Gov

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) iniciou em janeiro a operação de uma fila nacional para análise de benefícios, medida que busca reduzir o tempo de espera e equilibrar a distribuição de processos entre diferentes regiões do país. Apesar da mudança, segurados em situação crítica continuam enfrentando atrasos para a realização de perícias médicas e acesso ao benefício.

Isso ocorre, segundo o Ministério da Previdência Social (MPS), porque a fila segue a ordem cronológica de entrada dos requerimentos. A identificação da enfermidade ocorre apenas no momento da perícia médica.

Dados do BEPs

O tamanho atual da fila do instituto é um desafio adicional para segurados que dependem do benefício. De acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social (Beps) de dezembro de 2025, o INSS soma hoje mais de 3 milhões de requerimentos de benefícios em análise ou

aguardando perícia médica inicial. O número representa um novo recorde.

Desse total, cerca de 982,2 mil estão dentro do prazo de até 45 dias, enquanto quase 1,7 milhão já ultrapassou esse período. Outros 357 mil pedidos permanecem pendentes por falta de cumprimento de exigências documentais por parte dos segurados.

Dados do Beps mostram que, do total da fila, quase 1,7 milhão de requerimentos já ultrapassaram o prazo legal de 45 dias. Em alguns casos, segurados chegam à perícia já recuperados, o que pode resultar na negativa do benefício ou na ausência de pagamento retroativo.

O advogado previdenciarista Rômulo Saraiva diz que a falta de priorização clara ainda é um dos principais problemas do sistema. Segundo ele, apesar de existirem leis que asseguram atendimento preferencial a determinados grupos em situações como o pagamento de precatórios, o fluxo de marcação



Do total da fila, grande parte aguarda perícia médica

de perícias do INSS não distingue a gravidade dos casos no momento do agendamento.

Há ainda casos, de acordo com Saraiva, em que pessoas se machucam e esperam tanto tempo que, quando realizam a perícia, já estão melhores ou até voltaram a trabalhar, o que pode levar à negativa do benefício ou à não concessão dos valores de forma retroativa.

Home office

Saraiva diz que o grande contingente de servidores da autarquia em regime de home office também pode estar afetando o atendimento aos beneficiários. Para o especialista, com o retorno de um número maior de funcionários ao trabalho presencial, a fila poderia avançar com mais rapidez.

"A demanda social da Previdência é muito peculiar. São pessoas que não sabem mexer no celular, que não têm internet, que têm dúvidas mesmo", afirma.

Com informações da Folhapress

CORREIO NO MUNDO

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Reformas de Milei foram aprovadas, apesar dos protestos

Milei consegue aprovar reforma trabalhista no Senado

Após o respaldo das urnas nas eleições legislativas do ano passado, o governo de Javier Milei avançou em sua agenda e conseguiu aprovar no Senado nesta quinta-feira (12) a reforma trabalhista, após um longo debate, em que quase não houve espaço para divergências. O texto, aprovado com 42 votos a favor e 30 contra, ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados. A discussão começou na manhã anterior e a votação geral foi concluída após a meia-noite, com a aprovação final e alterações propostas durante a madrugada. Protestos realizados em Buenos Aires terminaram em confrontos violentos entre policiais e manifestantes. Os detalhes do projeto foram discutidos reservadamente pelos blocos, e o texto final foi apresentado para votação minutos antes.

Alguns pontos serão negociados

O artigo que propunha reduzir as alíquotas do imposto de renda para grandes empresas de 30 para 27% foi eliminado. A CGT (Central Geral dos Trabalhadores) negociou dois pontos importantes para manter o fundo sindical: a contribuição de 2% aos sindicatos continuará por dois anos e as taxas do empregador para serviços sociais se manterão em 6%, não em 5%.

Por Douglas Gavras (Folhapress)

Presidência de Venezuela



Situação política na Venezuela ainda é conflitante

Delcy defende Maduro como presidente

Mais de um mês após a captura de Nicolás Maduro pelos Estados Unidos, a líder interina da Venezuela, Delcy Rodríguez, afirmou em entrevista à emissora americana NBC publicada na quinta (12) que o ditador deposto continua sendo a autoridade legítima de seu país. Ao mesmo tempo, Delcy, que mantém diálogos com o governo de Donald Trump, disse ter sido convidada para viajar a Washington. A líder afirmou que ainda avalia o convite e não deu detalhes sobre quando a viagem poderá ocorrer nem sobre as pessoas que integrariam a comitiva.

Líder crê na inocência de Nicolás

“Estamos considerando ir para lá assim que estabelecermos essa cooperação e pudermos avançar com tudo”, disse. Desde que assumiu o cargo, Delcy tem afirmado que Maduro, acusado de crimes relacionados ao narcotráfico, continua sendo o presidente legítimo do país. “Digo isso como advogada. Tanto o presidente Maduro quanto Cilia Flores, a primeira-dama, são inocentes”, disse ao “Meet the Press”.

Ajuda humanitária

Dois navios da Marinha do México atracaram no porto de Havana na quinta (12) com mais de 800 toneladas de ajuda humanitária para Cuba, que vive uma profunda crise econômica, agravada pela pressão de Donald Trump. A chegada das embarcações Pa-paloapan e Isla Holbox ocorre em momento de negociações.

Apoio do México

O governo de Claudia Sheinbaum negocia uma entrega de petróleo para a ilha sem enfrentar sanções dos EUA, que ameaçaram aliados do regime. Na segunda (9), quando anunciou que continuaria enviando ajuda humanitária a Cuba, a presidente mexicana afirmou ser “muito injusto” o que os EUA estão fazendo.

Intimidação injusta

Segundo a mexicana, Washington tenta intimidar com tarifas os países que fornecem petróleo à ilha e lançou um “chamado internacional” para que os EUA reconsiderassem as sanções. “Não se pode asfiliar um povo dessa maneira”, disse Sheinbaum na ocasião, em uma entrevista coletiva.

Evitar prejuízos

A política reconheceu que seu governo interrompeu os envios de petróleo a Cuba e que segue negociando com Washington para retomar as exportações. “Estamos tentando evitar prejuízos ao México, e de maneira diplomática encontremos a forma para que Cuba receba o combustível”. Estima-se que Cuba produza menos da metade do petróleo de que precisa.

Crise generalizada

Sem Caracas, que está impedida pelos EUA de comercializar com Cuba após a intervenção americana para capturar o ditador Nicolás Maduro, a ilha é palco de apagões que chegam a 20 horas diárias e filas para comprar combustível. A crise se dá em um contexto de escassez de remédios, instabilidade econômica e êxodo massivo.

Plano emergencial

Cuba suspendeu por um mês o fornecimento de combustível para aviões. “O combustível está sendo destinado à proteção de serviços essenciais para a população e a atividades econômicas indispensáveis”, afirmou o vice-primeiro-ministro cubano, Oscar Pérez-Oliva Fraga, ao anunciar as medidas.



Governo Trump recua e removerá ICE de Minneapolis

EUA anunciam retirada do ICE de Minneapolis

Cidade tinha manifestações contra os agentes federais

Tom Homan, encarregado para questões de fronteira e enviado de Donald Trump a Minneapolis, disse que a operação do ICE, polícia da imigração, será encerrada em Minnesota. “Eu propus e o presidente Trump concordou que esta operação especial seja encerrada”, disse Homan, em entrevista a jornalistas na quinta (12). Ele também reafirmou que agentes já estão deixando o estado de Minnesota.

Conhecido como “czar da fronteira”, ele foi enviado a Minneapolis, maior cidade do estado, após a morte do enfermeiro Alex Pretti, que foi baleado e morto por agentes federais enquanto registrava uma operação de fiscalização.

Homan disse, novamente, que foi enviado ao estado porque a operação não estava “perfeita” e que, entre os pedidos do presidente Trump, estava a importância de reduzir a tensão na região. A morte de Pretti -assim como a de Renée Good, outra cidadã dos EUA morta por agentes federais- provocou uma onda de protestos em Minnesota e em outras partes do país.

Diante da reação negativa em todo o país, Trump recuou, demitiu Gregory Bovino - que estava à frente da operação, iniciada em dezembro - e enviou Tom Homan à região. A ameaça de democratas de não aprovar o orçamento federal com verba extra para o Departamento de Segurança Interna (DHS, na sigla em inglês), responsável pelo ICE, e obrigar uma nova paralisação também foi determi-

nante para a mudança de tom.

O novo anúncio de Homan acontece na véspera do limite do Congresso em votar pela aprovação do orçamento DHS.

Ainda na entrevista desta quinta, o czar das fronteiras afirma que, desde que chegou, realizou mudanças no quadro de pessoal, trabalhou pela implementação de câmeras corporais entre agentes federais e reorganizou a cadeia de comando na operação.

Apesar da redução do efetivo, Homan continuou criticando imigrantes, atacando o governo estadual, chefiado pelo democrata Tim Walz, e elogiando a administração Trump. A operação especial em Minnesota começou em dezembro do ano passado, quando cerca de 3.000 agentes federais foram enviados para a região.

Com cenas frequentes de policiais detendo e ameaçando pessoas em suas casas, carros e até envolvendo crianças, a população começou a se mobilizar em vigílias e a ajudar vizinhos em situação irregular que passaram a ter medo de sair de casa - agravando ainda mais a tensão na comunidade.

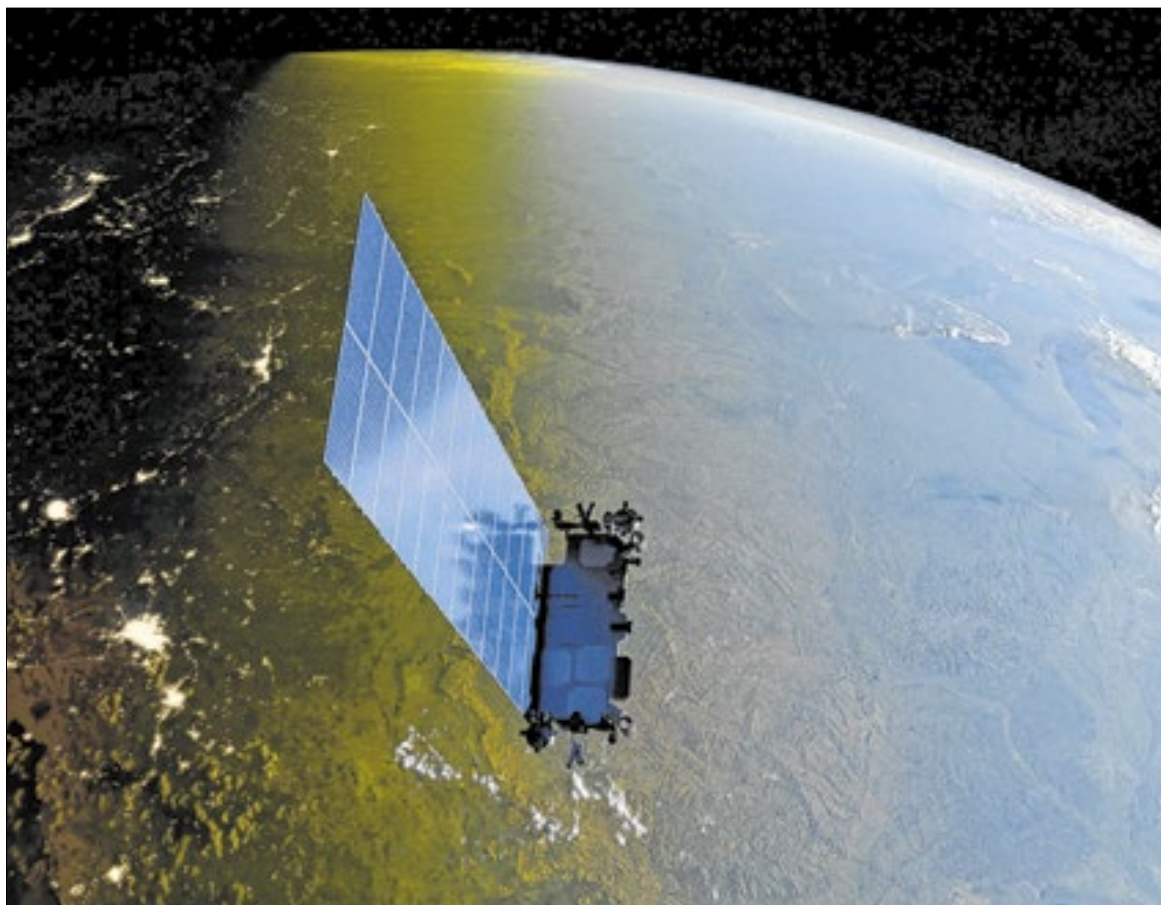
Pelas redes sociais, o prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, celebrou o fim da operação. “Eles acharam que poderiam nos derrotar, mas o amor pelos nossos vizinhos e a determinação de resistir podem durar mais do que uma ocupação”, afirmou o democrata.

Por Isabella Menon (Folhapress)

Bloqueio do Starlink e de apps gera crise na frente de guerra russa

Acesso a satélites sobre a Ucrânia de terminais não registrados por Kiev foi cortado

Wikideas1 via Wikimedia Commons



Bloqueio da internet via satélite de Elon Musk afetam a comunicação na Guerra da Ucrânia

Duas medidas não relacionadas estão provocando uma crise nas comunicações russas na linha de frente da Guerra da Ucrânia nesta semana, expondo a fragilidade de um setor vital para conduzir operações de combate.

Primeiro foi o Starlink, a internet por satélite de Elon Musk. Na semana passada, após queixas do governo da Ucrânia de que os russos estavam equipando drones com antenas do sistema para atacar alvos com mais precisão, o bilionário decidiu intervir.

Ele mandou cortar o acesso a satélites sobre a Ucrânia de qualquer terminal que não seja registrado pelo governo de Kiev. A SpaceX, que controla o Starlink, não opera na Rússia, mas seus equipamentos chegam lá e na linha de frente contrabandeados de outros países, como a Armênia.

“O que está acontecendo aqui é um caos, unidades perderam comunicação uma com as outras, e os provedores russos não são tão velozes e confiáveis”, diz Pavel, um soldado separatista pró-Rússia de Donetsk, capital da província oriental homônima, que pede reserva de seu sobrenome.

Ainda não há uma avaliação do impacto da medida, mas monitores militares notaram uma pausa na pressão da linha de frente ao redor da contestada região de Pokrovsk (Donetsk) desde o fim de semana, que pode estar relacionada à reorganização das linhas de comunicação.

Musk celebrou nesta semana o que considerou sucesso da medida. Ele já foi criticado

no passado pela Ucrânia, cujas Forças Armadas dependem do Starlink para sobreviver no campo, por ter cortado acesso a satélites sobre a Crimeia anexada, alegando que ataques ali poderiam escalar o conflito.

Depois, voltou atrás, mas evidenciando a perigosa dependência estratégica de militares de um provedor privado estrangeiro que, a qualquer momento, pode puxar o proverbial plugue da tomada. Mas não só eles.

O próprio governo russo, que cerceia a liberdade na internet há anos, começou a restringir na terça (10) a operação do Telegram, um dos mais populares apps de mensagens no espaço ex-soviético.

A alegação do governo é de que o Telegram não colabora na coerção a abusos e golpes online. Nesta quinta (12), foi a vez do Whatsapp. Segundo o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, a controladora do app, a Meta, também não trabalha com as autoridades.

Segundo ele, a opção está dada: o MAX, um aplicativo lançado em março de 2025 pela gigante russa VK, dona da popular rede social VKontakte, o Facebook russo. A empresa é controlada por uma subsidiária da estatal de gás Gazprom.

“A Rússia está restringindo o acesso ao Telegram para forçar seus cidadãos a usar um app

controlado pelo Estado e construído para vigilância e censura política”, reagiu no X Pavel Durov, o russo exilado dono do Telegram.

O Whatsapp, que desde agosto teve a funcionalidade de ligações por voz e vídeo vetada sob a alegação de evitar golpes, foi na mesma linha nesta quarta. “Tentar isolar mais de 100 milhões de usuários de comunicação segura e privada é um passo atrás que apenas leva a menos segurança para o povo da Rússia”, disse no X.

Peskov, claro, nega que o MAX seja usado para espionar os cidadãos. O app emula o chinês WeChat e funciona como central de serviços, comunica-

ção e pagamentos. Em dezembro, tinha 70 milhões de usuários, atrás dos 94,5 milhões do WhatsApp e 93,6 milhões do Telegram.

Para a guerra, o problema é que militares usam de forma universal esses apps com criptografia, e não sistemas de comunicações próprios.

Houve uma avalanche de críticas entre os influentes blogueiros militares do país, que repostaram vídeos de soldados com o rosto coberto protestando contra as medidas. Até mesmo deputados se queixaram em discursos no Parlamento, uma raridade no país de Vladimir Putin.

“O Telegram é quase o único meio de comunicação entre as unidades ativas. Ele organiza o trabalho de grupos de tiro móveis. Por que diabos ainda não há um sistema unificado de controle?”, escreveu o canal Dva Maiora (“dois maiores”).

“Não queremos usar o MAX porque, por surreal que pareça, não queremos ser punidos se avisarmos um colega de alguma ameaça”, disse o blogueiro Silovik, confirmando o temor de vigilância.

O drible nas restrições é dado com o emprego de VPN, tecnologia que disfarça o endereço de seu celular ou computador na rede como se estivesse em outro país, fugindo de controles locais. “Mas o VPN é instável aqui na linha de frente”, afirmou nesta quinta Pavel, usando um aplicativo do sistema, mas da segurança relativa de sua casa.

Por Igor Gielow (Folhapress)

Filha de Kim Jong-un participa de decisões estratégicas da Coreia do Norte, aponta relatório

O líder norte-coreano, Kim Jong-un, estaria adotando medidas para consolidar a posição de sua filha como possível sucessora, afirmaram parlamentares da Coreia do Sul nesta quinta-feira (12) com base em um relatório da agência de inteligência do país.

De acordo com os legisladores, o Serviço Nacional de Inteligência (NIS) avalia que a filha - acredita-se que ela se chama Kim Ju-ae - já teria começado a participar de discussões polí-

ticas e a exercer influência em decisões estratégicas.

O deputado Lee Seong-kwe-un afirmou que, em análises anteriores, a inteligência sul-coreana descrevia Ju-ae como alguém “em estudo” para suceder o pai. Agora, porém, a expressão utilizada teria mudado para a de uma sucessora “internamente designada”, o que sugere um estágio mais avançado no processo de consolidação de sua posição.

Ainda com cerca de poucos anos de vida pública, Ju-ae

passou a aparecer com frequência crescente na mídia estatal norte-coreana ao lado do pai, inclusive em visitas a projetos militares e inspeções de armamentos. Para o NIS, o destaque indica que ela estaria sendo tratada como a líder de fato número dois do país.

A Coreia do Norte anunciou que o Partido dos Trabalhadores fará, no fim do mês, a reunião inaugural de seu nono congresso, um evento que analistas consideram decisivo para a definição das

prioridades econômicas, diplomáticas e de defesa dos próximos anos. Parlamentares sul-coreanos disseram que a presença ou o papel atribuído à filha de Kim durante o encontro será um indicador importante sobre seus planos de sucessão.

A agência deverá monitorar se ela comparecerá a uma próxima reunião do Partido dos Trabalhadores e como será apresentada em público, incluindo a eventual adoção de um título oficial.

Durante o relatório, a inte-

ligência também mencionou avanços militares norte-coreanos. Segundo os deputados Lee e Park Sun-won, o líder Kim Jong-un estaria supervisionando o desenvolvimento de um grande submarino com deslocamento estimado em 8.700 toneladas, possivelmente capaz de transportar até dez mísseis balísticos. Ainda não está claro, porém, se a embarcação será movida por reator nuclear ou se terá plena capacidade operacional, de acordo com a avaliação da agência.

CORREIO ESPORTIVO

Cesar Greco/ Palmeiras



Gustavo Gómez e Maurício poderão jogar juntos na seleção

De olho na Copa do Mundo, Maurício se naturaliza paraguaio

O meia Maurício, do Palmeiras, conseguiu a naturalização e pode jogar a Copa do Mundo deste ano pelo Paraguai. A naturalização foi oficializada no site da FIFA. A mudança foi possível por causa da nacionalidade do pai de Maurício, que é paraguaio. Além disso, o jogador também tem vivência no país vizinho. Nascido em São Paulo, Maurício passou pela base do Desportivo Brasil (SP) e depois se mudou para o Cruzeiro, onde ganhou espaço entre os profissionais pela primeira vez. Antes de jogar no Palmeiras, o meio-campista passou pelo Internacional. O jogador defendeu as seleções de base do Brasil. Ele acumulou convocações na categoria sub-20 e também integrou por algumas vezes a equipe sub-23, o que não o impede de jogar pelo Paraguai.

Convocação é considerada difícil

Maurício, agora, sonha com a Copa do Mundo. O Paraguai está no Grupo D, ao lado de Estados Unidos, Austrália e uma seleção que virá da repescagem europeia. Se for convocado, ele pode encontrar companheiros de Palmeiras, como Gustavo Gómez e Sosa, na seleção. O meio-campista não tem portas fechadas, mas o cenário é difícil. O técnico Gustavo Alfaro, do Paraguai, que a comissão técnica dá prioridade aos atletas que fizeram parte de todo o projeto.

Skyscraper2010 via Wikimedia Commons



João Fonseca foi eliminado no ATP 250 de Buenos Aires

João Fonseca foca no Rio Open

João Fonseca segue sem vitórias em 2026. Na quarta (11), ele foi novamente eliminado na estreia de uma competição, o ATP 250 de Buenos Aires, seu segundo compromisso no ano. Atual campeão do torneio em solo argentino, o brasileiro acabou derrotado pelo chileno Alejandro Tabilo, número 71 do mundo, e foi derrotado por 2 sets a 1, com parciais 6/3, 3/6 e 7/5. Também eliminado na abertura do Australian Open, o número 33 do mundo vai voltar para sua cidade natal para o início do Rio Open, que será realizado entre os dias 14 e 22 de fevereiro.

Ano começou mal para o carioca

Depois de encerrar 2025 na 24ª posição do ranking mundial, João começou a nova temporada enfrentando dificuldades físicas. Uma lesão nas costas o obrigou a abandonar os torneios de Adelaide e Brisbane, comprometendo sua preparação. Sem ritmo de jogo, o brasileiro acabou eliminado na estreia do Australian Open, ao ser superado pelo norte-americano Eliot Spizzirri.

Acertando as contas

Previsto para ser acertado antes do clássico contra o Guarani, os salários atrasados dos atletas, referentes ao mês de dezembro de 2025, foram pagos pela Ponte Preta. Pelo acordo feito com a diretoria, os salários de janeiro deverão ser pagos até o próximo dia 28. Ou seja, não são considerados atrasados.

Acionar contatos

Em coletiva, o volante do Guarani, Willian Farias, brincou que vai consultar amigos que já jogaram ou trabalharam no Palmeiras para conseguir dicas de pontos a serem explorados no duelo deste domingo, que vale a classificação do Bugre. “Atletas têm uma percepção diferente dos analistas e isso pode nos ajudar”, disse.

Di Cesare

Após o Botafogo desistir oficialmente da contratação do zagueiro Di Cesare, por considerar que a diretoria do Racing estava fazendo “leilão” pelo jogador, o Santos formalizou aos argentinos uma oferta de cerca de R\$ 4 milhões pelo empréstimo com opção de compra do zagueiro. O contrato seria válido por um ano.

Cauly no São Paulo

Destaque do Bahia há cerca de duas temporadas, o meia Cauly perdeu espaço em 2025. Agora, seu destino será o São Paulo. O Tricolor Paulista encaminhou um empréstimo de um ano, mediante pagamento de cerca de R\$ 3 milhões. Caso ele jogue mais de 25 partidas, o São Paulo terá obrigação de comprar 50% do passe por cerca de R\$ 12 milhões.

No prejuízo

O técnico Rafael Guanaes não ficou feliz com o empate por 2 a 2 do Mirassol com o Cruzeiro. De acordo com o treinador, o Leão do Interior foi prejudicado pelo VAR, que indicou a expulsão do volante Yuri Lara e ainda anulou um gol do time. O empate do Cruzeiro também veio de pênalti marcado após revisão do VAR.

Contrato renovado

Vice-campeão brasileiro sub-20 em 2025, o técnico Fernando Oliveira teve seu contrato junto ao Red Bull Bragantino renovado até dezembro de 2028. O treinador está no clube desde 2023 e a diretoria considera seu trabalho “excepcional” na preparação de jovens talentos para o futebol profissional.



Lucas Silvestre atua no elenco como um “irmão mais velho”

Corinthians conta com parceria entre pai e filho

Auxiliar e filho de Dorival, Lucas Silvestre vem se destacando

O bom momento do Corinthians sob o comando de Dorival Júnior passa diretamente pelo trabalho de Lucas Silvestre, filho e auxiliar técnico do treinador alvinegro. Aos 38 anos, Lucas é hoje o profissional responsável por organizar a rotina diária do elenco e coordenar as funções da comissão técnica no CT Joaquim Grava, exercendo papel central na metodologia aplicada pelo Timão.

Integrante da comissão do pai desde os 22 anos, Silvestre iniciou a trajetória como observador técnico, evoluiu para auxiliar e, atualmente, é considerado a principal referência intelectual do trabalho de Dorival. Cabe a ele a montagem e o desenvolvimento dos treinamentos, o que permite ao treinador principal acompanhar todas as etapas das atividades em campo.

No dia a dia, Lucas divide funções com o auxiliar Pedro Sotero. Enquanto Sotero atua de forma mais ampla, o filho de Dorival concentra seu trabalho principalmente nos exercícios voltados ao setor ofensivo da equipe.

“De modo geral, ele assumiu esse contexto do dia a dia, da prática, para que eu possa transitar por todos os setores com condições de resolver problemas mais pontuais e participar dos treinamentos como um todo, porque as atenções são divididas pelas fases ofensiva e defensiva da nossa equipe”, disse Dorival Júnior em coletiva.

Lucas Silvestre é percebido no elenco como uma espécie de irmão

mais velho. Na esteira do pai, que talhou a carreira visto internamente como um “paizão” dos jogadores,

De perfil discreto, o auxiliar é descrito como alguém reservado no dia a dia. A reportagem apurou que ele possui uma postura mais acolhedora do que propriamente enérgica no convívio cotidiano. Ainda assim, é reconhecido como um profissional de amplo conhecimento, que extrapola os aspectos técnicos e táticos e alcança também as questões físicas. Na prática, esse repertório é compartilhado com o grupo nos treinamentos e nas orientações diárias, de forma constante e direta.

Dorival, inclusive, avalia que o filho está preparado para seguir carreira independente, ainda que esse não seja um movimento planejado no momento. Nos últimos trabalhos ao lado do pai, Lucas chegou a receber convites para permanecer nos clubes mesmo após a saída do treinador principal. Isso ocorreu em Athletico-PR, Ceará e São Paulo, conforme apurado pela reportagem.

“Tenho certeza de que ele vai ter um caminho talvez até mais tranquilo do que eu tive na minha carreira. Minha torcida é que ele seja muito melhor do que eu fui até aqui. Ele tem preparo para isso. É uma questão de tempo e oportunidade”, afirmou Dorival Júnior.

Apesar do reconhecimento, a intenção de Lucas Silvestre é seguir trabalhando com o pai enquanto for possível.

Por Fábio Lázaro (Folhapress)

Campinas sediará o Campeonato Sul-Americano de Vôlei Masculino

De 25 de fevereiro a 1º de março, a cidade será a capital do vôlei na América do Sul

O prefeito de Campinas, Dário Saadi, participou na última terça-feira, 10 de fevereiro, do lançamento do 26º Campeonato Sul-Americano de Vôlei Masculino de Clubes, que será disputado pela primeira vez em Campinas. A competição será realizada entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março, no ginásio de esportes do Taquaral. O time campeão disputará o Campeonato Mundial de 2027.

O evento é uma promoção do Vôlei Renata em parceria com a Prefeitura de Campinas. A Confederação Sul-Americana será a responsável pela coordenação geral da competição.

O anúncio da realização da disputa foi feito na Sala Azul do Paço Municipal, com a presença do secretário de Esportes e Lazer de Campinas, Fernando Vanin; da secretária de Cultura, Alexandra Capriolli; dos vereadores Luiz Carlos Rossini e Niki Schneider; do Ceo do Vôlei, Renata Fernando Maroni, e dos embaixadores do Vôlei Renata, Maurício Lima e André Heller. Os jogadores da base do projeto do Vôlei Renata também participaram do lançamento.

Para o prefeito Dário Saadi, a cidade ganha projeção no cenário internacional recebendo o Sul-Americano de vôlei.

“Este é um momento de muito orgulho para todos nós. Receber o Sul-Americano pela primei-



Carlos Bassan

Embaixador do Vôlei Renata, André Heller, ressaltou a importância do projeto, que tem base em Campinas há 16 anos

ra vez projeta Campinas como referência do vôlei internacional. O Vôlei Renata é um projeto de 16 anos que cresce e orgulha a todos”, afirmou.

Alto nível

Durante o campeonato, o melhor vôlei da América do Sul estará na quadra do Taquaral, com as presenças de três equipes brasileiras e três argentinas, além de um representante do Uruguai, Chile e Equador. O sistema de disputa é de confrontos dentro do próprio grupo. Passarão às semifinais os primeiros colocados de cada chave e o segundo melhor colocado. Passada a fase classificatória, começarão as eliminatórias.

O secretário de Esportes e Lazer, Fernando Vanin, está entusiasmado com a realização do campeonato e espera grande presença de público no Ginásio do Taquaral, a casa do vôlei da cidade.

“Organizar um evento dessa magnitude exige excelência. Vai ser um espetáculo porque o torcedor terá a chance de ver os melhores da atualidade”, afirmou.

Ainda segundo Vanin, os apaixonados por vôlei podem ficar tranquilos porque o Campeonato Sul-Americano terá jogos no ginásio do Taquaral, mesmo que continue chovendo e o parque esteja fechado.

“Já criamos uma alternativa lateral para que o acesso do público às arquibancadas seja feito com se-

gurança e conforto, como merece o nosso torcedor”, concluiu

Equipes e grupos

■ **Grupo A:** Vôlei Renata (Brasil), San Lorenzo (Argentina), Murano (Chile)

■ **Grupo B:** Sada Cruzeiro (Brasil), Defensores de Banfield (Argentina), Lagomar (Uruguai)

■ **Grupo C:** Itambé Minas (Brasil), Ciudad Voley (Argentina), Deportivo JML (Equador)

Os jogos da fase classificatória serão às 14h, 17h e 20h. Os vencedores de cada grupo e o melhor segundo colocado avançam às semifinais, marcadas para 28 de fevereiro. A grande final será no domingo, 1º de março.

Tabela da fase de classificação:

25/02 quarta-feira

■ Cruzeiro (Bra) x Lagomar (Uru) – 14h (grupo B)

■ Minas (Bra) x Deportivo JML (Equ) – 17h (grupo C)

■ Vôlei Renata (Bra) x Deportivo Murano (Chi) – 20h (grupo A)

26/02 quinta-feira

■ Cruzeiro (Bra) x Banfield (Arg) – 14h (grupo B)

■ Minas (Bra) x Ciudad (Arg) – 17h (grupo C)

■ Vôlei Renata (Bra) x San Lorenzo (Arg) – 20h (grupo A)

27/02 sexta-feira

■ Banfield (Arg) x Lagomar (Uru) – 14h (grupo B)

■ San Lorenzo (Arg) x Deportivo Murano (Chi) – 17h (grupo A)

■ Deportivo JML (Equ) x Ciudad (Arg) – 20h (grupo C)

Ingressos e solidariedade

Um dos destaques das disputas será o Ingresso Solidário: em partidas específicas, o torcedor poderá pagar meia-entrada mediante a doação de 1 kg de alimento não perecível, destinado ao Banco de Alimentos de Campinas.

■ Fase de Grupos: R\$ 50 (inteira) / R\$ 25 (meia)

■ Semifinais: R\$ 100 (inteira) / R\$ 50 (meia)

■ Final: R\$ 120 (inteira) / R\$ 60 (meia)

As vendas começam logo após o Carnaval pelo site oficial do Vôlei Renata: www.voleirenata.com.br/torcedor.

‘Preço da dignidade’, diz ucraniano desclassificado dos Jogos de Inverno

O atleta ucraniano de skeleton Vladislav Heraskevich se manifestou nas redes sociais após ser desclassificado dos Jogos Olímpicos de Inverno de Milão-Cortina por usar um capacete com a imagem de atletas ucranianos mortos na guerra com a Rússia.

“Este é o preço da nossa dignidade”, disse o atleta nas redes sociais.

O atleta foi informado da desclassificação pouco antes do início da prova masculina, prevista para às 5h30 (de Brasília). A presidente do COI, Kirsty Coventry, se reuniu com Heraskevich no local de competição.

Pouco antes, o ucraniano afirmou que não tinha a intenção de criar um conflito com o COI: “Eu nunca quis um escândalo com o COI, e não fui eu quem o criou. O COI o criou com sua interpretação

das regras, que muitos consideram discriminatória. Embora este escândalo tenha tornado possível falar em voz alta sobre os atletas ucranianos que foram mortos, ao mesmo tempo o próprio fato do escândalo desvia uma enorme quantidade de atenção das competições em si e dos atletas que estão participando delas”, disse em postagem nas redes sociais.

O capacete usado por Vladislav Heraskevich tem a foto de 24 atletas ucranianos mortos. O COI indicou que a peça infringe a regra 50.2 da Carta Olímpica, que estabelece que nenhuma forma de manifestação ou questão política, religiosa ou racial pode ser levantada nos campos de jogo ou nos pódios.

O comitê internacional ofereceu que o atleta ucraniano usasse uma braçadeira preta. O COI dis-

se que o atleta poderia exibir o seu “capacete da memória”, que apresenta 24 imagens de compatriotas falecidos, antes do início e após o término da prova.

A presidente do COI afirmou que a desclassificação “não é sobre a mensagem, mas sobre regras e regulamentos”. Ela lamentou que não foi possível encontrar uma solução para o caso.

“Ninguém, especialmente eu, está discordando da mensagem. A mensagem é poderosa. É uma mensagem de recordação. É uma mensagem de memória. [...] Não é sobre a mensagem; é literalmente sobre as regras e os regulamentos. Temos que ser capazes de manter um ambiente seguro para todos. E, infelizmente, isso significa apenas que nenhuma mensagem é permitida”, disse Kirsty Coventry, presidente do COI.



Reprodução/Vladislav Heraskevych

Vladislav Heraskevich foi desclassificado por “manifestação política”

Um terremoto sem precedentes no Olimpo e um STF sangrando

Por Cláudio Magnavita *

Só um ministro do STF pode deter outro colega. Fazem parte de uma casta suprema, algo similar ao Olimpo dos deuses da mitologia grega, bem acima dos planos dos mortais. Neste cenário, a convivência entre os pares ocorre diferente de outros colegiados. Só um Deus pode fulminar outro.

Este balé cria uma liturgia respeitosa indiferente da origem de cada um colocado neste patamar supremo.

Na Grécia Antiga, o Olimpo era a morada dos 12 deuses principais (conhecidos como Deuses Olímpicos), como Zeus, Hera e Poseidon. Os gregos acreditavam que o topo da montanha era um reino divino, acima das nuvens, onde os deuses se reuniam para decidir o destino dos mortais e consumiam néctar e ambrosia. O nosso Olimpo é formado por 11, hoje 10, com uma cadeira vazia.

Uma ironia é que os romanos tenham adotado a estrutura grega, substituindo as divindades por equivalentes latinos, que já possuíam raízes na cultura local. Zeus virou Júpiter e, no Brasil, Edson Fachin.

O nosso Alexandre de Moraes seria, na Grécia, o Deus da Guerra, Ares, e, em Roma, Marte.

Dias Toffoli poderia agora ser chamado de Poseidon ou Netuno, Deus dos Mares e dos Terremotos.

Pela primeira vez, o Olimpo está ameaçado e vivendo um terremoto sem precedentes. Um master terremoto que abala especialmente o lado que reverenciou e se beneficiou do seu Olimpo vermelho.

A crise do STF pega de proa os atuais ocupantes do Palácio do Planalto. Quem foi o autor da volta de Lula ao jogo político? Quem amordaçou a direita na campanha de 2022? Quem colocou nas grades o principal adversário de Lula, o ex-presidente Jair Bolsonaro? O atual quadro da maioria do Olimpo do STF tem a cara, as cores e a imagem dos deuses eleitos nos governos petistas.

Ao abalar a imagem do STF, uma crise que irá se alastrar por semanas e me-

ses, o processo eleitoral da reeleição de Lula fica comprometido por um fato surpreendente e inesperado.

O protagonismo de Dias Toffoli tem como ironia o seu DNA no PT; o mesmo ocorrendo com Édson Fachin com DNA no MST; Flávio Dino como ex-ministro do Lula 3; Cristiano Zanin como advogado e defensor do próprio Lula; e até o ministro aposentado do STF, Ricardo Lewandowski, está contaminado com esta crise.

A contaminação do Planalto é indiscutível, somando as ligações de Augusto Lima com os ministros Rui Costa e Sidônio Palmeira, além do líder do governo no Senado, Jaques Wagner.

A eleição para o Senado vai virar um plebiscito a favor ou contra o Supremo que sangra.

Se Dias Toffoli renunciar, caberá a Lula o direito de uma nova indicação para o Olimpo brasileiro. Esta crise atropela também este estágio de nomeações. O caso da indicação de Jorge Messias também é atestado por ela.

Neste cenário hostil, os ministros André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Luiz Fux ficam em outro plano, bem longe da contaminação petista, o mesmo ocorrendo com Cármen Lúcia e Gilmar Mendes, este último com uma observação diferenciada por ser decano e ter convivido com outros integrantes do Olimpo.

Só um “Deus” pode matar outros deuses e o cenário é de Olimpo que sangra, colorindo de vermelho um solo que deveria ser sagrado.

O terremoto é forte e balança as colunas do Planalto e do Alvorada ameaçando os mortais que estão abrigados nesses Palácios até o final de dezembro de 2026.

A nota divulgada na quinta, 12, assinada por todos os ministros e defendendo Toffoli, demonstra que o Olimpo está junto. Resultado de uma reunião fechada que defendeu a imortalidade dos seus participantes. Afinal, só um ministro pode causar a outro membro do Olimpo.

***Diretor de Redação do Correio da Manhã**



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com



@colunamagnavita

Fecomércio RJ condecora lideranças do estado com a Ordem do Mérito Comercial Estácio de Sá

Fotos: Erbs Jr. e Adriano Ishibashi

O presidente da Fecomércio RJ, Antonio Florencio de Queiroz Junior, condecorou com a Ordem do Mérito Comercial Estácio de Sá personalidades que se destacam pelo impacto de suas iniciativas no desenvolvimento do comércio, dos serviços e do turismo no Rio de Janeiro. Também participaram da entrega das comendas o Chanceler Pedro Wähmann, o Secretário Paulo Romano e o Conselheiro de Ética, Nestor Porto, que compõem, junto com o Grão-Mestre Antonio Florencio, o Conselho da Ordem. Confira a lista de homenageados em nosso site.



Os presidente da Fecomércio RJ, Antônio Florencio de Queiroz, com os homenageados na solenidade



Conselho da Ordem do Mérito Comercial Estácio de Sá: Secretário Paulo Romano, o Grão-Mestre Antonio Florencio de Queiroz Junior, o Conselheiro de Ética Nestor Porto, e o Chanceler Pedro Wähmann



O subsecretário Nilo Sérgio Félix sendo homenageado



O consultor da Presidência da Fecomércio RJ, Otávio Leite



Ângela Costa é abraçada pelo neto durante a cerimônia



Humberto Mota foi um dos homenageados



Antonio Melo Alvarenga Melo recebendo a medalha



Daniel Homem de Carvalho sendo condecorado



Recebendo a medalha, Silvino José Rodrigues de Souza



Natan Schiper recebido pelo presidente Antonio Florencio



Entre os homenageados, Marlene Neder Amendoeira



Jorge Luiz das Neves Moraes sendo condecorado



José Essiomar Gomes recebendo a medalha

Huguette Gallo

Instagram @huguette.gallo

E-mail: huguette.gallo@gmail.com



High lights

O Laces and Hair Campinas, no Iguatemi, recebeu um time de mulheres para um bate-papo conduzido por Cris Dios (fundadora da marca e cosmetóloga) que falou sobre alquimia e essência da beleza natural. Sob a recepção dos anfitriões Felipe Zaccaria e Monique Godoy, as convidadas mergulharam no universo das ervas e óleos essenciais, criando os seus próprios banhos personalizados.



Fotos: HGPress

Laís Peçanha



Mara Panobianco, Roseane Monteiro e Eni Bertolini



Ana Geremias



Mosaico com ilustrações inspiradas nas vencedoras e seus projetos e pesquisas

Mulheres na Ciência

A 3M América Latina anuncia as vencedoras da 6ª edição do programa “25 Mulheres na Ciência”, que este ano teve como tema “Mulheres na Manufatura”. A iniciativa visa reconhecer e dar visibilidade a projetos liderados por mulheres que aplicam conhecimentos em ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) para transformar processos produtivos e impulsionar a inovação industrial nos países da América Latina. Entre as vencedoras, dez são brasileiras, evidenciando a forte representação do país na iniciativa. Nesta edição de 2026, temos 25 vencedores de países latino-americanos, 10 representando o Brasil. Entre elas, estão representadas todas as regiões do país: Norte (Amazonas), Nordeste

(Ceará e Sergipe), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul), Sudeste (São Paulo) e Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

As 25 mulheres selecionadas nesta edição receberam troféu e reconhecimento oficial da 3M, além de visibilidade nos canais de mídia e na publicação digital “25 Mulheres na Ciência 2026”, que contará com uma ilustração inédita criada para cada uma, em cada projeto. O anúncio das vencedoras ocorreu na última quarta-feira, data que marca o “Dia Internacional da Mulher e Meninas na Ciência”. A lista completa das 25 vencedoras, incluindo informações sobre representantes de outros países da América Latina, está disponível em: <https://3m25mulheresenlaciencia.org/pt/>

Trintona

As obras de preparação da Campinas Decor 2026 já estão em andamento e marcam o início oficial dos trabalhos para uma edição histórica de 30 anos da mostra. O evento será entre 10 de abril e 7 de junho no mall do complexo empresarial Royal Trade Center. O prédio de 4 mil metros quadrados de terreno e 3,2 mil metros quadrados de área construída, disponibilizado pela Piccoloto Negócios Imobiliários, parceira da Campinas Decor nessa iniciativa,



Saymon Sampaio

será devolvido aos proprietários totalmente reformado, revitalizado e será, futuramente, utilizado para fins corporativos.